

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA

**OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA ARENA
PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NA MICRORREGIÃO DE FOZ DO
IGUAÇU-PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2018

RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA

**OS ATORES E AS REDES DESENVOLVIMENTO RURAL NA ARENA DO
PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NA MICRORREGIÃO DE FOZ DO
IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Dr Adilson Francelino Alves

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Ferreira, Rafael Lucas Alves

Os atores e as redes de desenvolvimento rural na arena do Programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu - PR / Rafael Lucas Alves Ferreira; orientador(a), Adilson Francelino Alves, 2018. 120 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2018.

1. Perspectiva Orientada ao Ator. 2. Teoria Ator-rede. 3. Agroindústria. . I. Alves, Adilson Francelino. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA

OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA ARENA DO
PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NA MICRORREGIÃO
DE FOZ DO IGUAÇU- PR

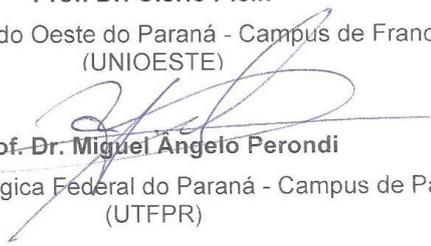
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) – Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)


Prof. Dr. Clério Plein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)


Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus de Pato Branco
(UTFPR)

Marechal Cândido Rondon, 28 de junho de 2018

Dedico este trabalho ao meu pai José Alves Ferreira (*In memoriam*) com todo meu amor e carinho, suas mãos calejadas do seu cotidiano de trabalho duro e árduo, pagaram as minhas canetas e cadernos ao longo da minha trajetória de estudos. Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Em princípio a Deus

por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir em frente.

À minha família

pelo apoio, motivação e orações constantes. Em especial a minha mãe Esmaura Maria por seu amor e pela compreensão da longa distância entre nós; e a todos os meus irmãos que sempre torceram por mim ao longo desses anos de estudo.

Ao professor Orientador Adilson Francelino Alves

pela dedicação e auxílio na construção desta pesquisa. Sem dúvidas, compartilhou muito mais do que experiências e saberes, obrigado pelo apoio, compreensão e amizade, mostrou um exemplo de profissional a ser seguido.

A minha grande amiga Dona Célia

pelos palavras de conforto, e pelo apoio em um dos momentos mais difíceis durante essa trajetória do mestrado, sou grato ao universo e a Deus por estar presente em minha vida por acreditar na minha capacidade e pelos momentos de convivência fraterna.

A todos os participantes da pesquisa,

sem os quais a concretização deste trabalho não seria possível. Especialmente ao técnico extensionista da Emater Roberto Lolis ponte entre mim e os demais entrevistados.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná

e a todos os professores do PGDRS, em especial, aos professores Clério Plein e Luciana Farinã, pelas fundamentais contribuições deste trabalho.

Ao professor Dr. Miguel Ângelo Perondi

obrigado, por ter aceito o convite de participação da banca examinadora e por compartilhar ricas contribuições nesta pesquisa.

A Capes

pela concessão da bolsa de estudos, este suporte financeiro foi essencial para viabilizar a pesquisa e minha permanência em outro estado durante o curso.

À secretária Lizete,

Por sua eficiência, dedicação e apoio no que se refere as questões burocráticas do curso de mestrado.

Aos amigos,

aos bons e velhos, e àqueles que conheci ao longo do curso, principalmente a Gislaine Bergamo, Renata Brasileiro, Pablo Coutinho, Eder Cordeiro, Jean Berwaldt Thatiane Nepomuceno, Mayara, Vandilson, Eunice, Daniela Herman, Ana Paula pelos vários momentos de descontração pela motivação e apoio; digo que vocês são meus anjos enviados por Deus sem asas.

RESUMO

FERREIRA A, Rafael Lucas, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, novembro – 2018. **Os Atores e as Redes de Desenvolvimento Rural na Arena do Programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu - PR.** Orientador: Dr. Adilson Francelino Alves.

Esta dissertação tem como objetivo analisar agroindustrialização rural familiar enquanto um processo de intervenção para o desenvolvimento rural, seguindo a perspectiva dos atores envolvidos no Programa Fábrica do Agricultor- PR na Microrregião de Foz do Iguaçu, neste sentido procuramos analisar as relações que se estabelecem entre seus múltiplos Atores. Para realização deste estudo utilizou-se, os seguintes instrumentos teórico-metodológico, a perspectiva orientado a ator (POA), a Teoria Ator-Rede (TAR) e análise documentária de Karl Mannheim. A pesquisa revelou a complexidade que envolve as relações sociais, políticas e econômicas dentro de um processo de desenvolvimento rural.

Palavras-Chaves: Perspectiva Orientada ao Ator. Teoria Ator-rede. Agroindústria.

ABSTRACT

FERREIRA A, Rafael Lucas, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, november – 2018. **The Actors and Networks of Rural Development in the Arena of the Farmer's Factory Program - PR - Mastermind:** Dr. Adilson Francelino Alves.

This dissertation aims to analyze family rural agroindustrialization as a process of intervention for rural development, following the perspective of the actors involved in the Farmer's Factory Program. In order to carry out this study, the following theoretical-methodological tools were used: actor-oriented perspective (POA), actor-network theory (TAR) and documentary analysis by Karl Mannheim. The research revealed the complexity involved in social, political and economic relations within a process of rural development.

Keywords: Actor-Oriented Perspective. Theory Actor-network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu.....	16
Figura 2: Áreas do município de Foz do Iguaçu.	19
Figura 3: Logo do Programa Paranaense Fábrica do Agricultor.	20
Figura 4: Redes na arena na Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu- PR	27
Figura 5: Desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000	35
Figura 6: Temas dominantes e sequenciais do desenvolvimento rural	41
Figura 7: Interação social entre indivíduos que pertencem a grupos sociais distintos, para Mannheim	55
Figura 8: Processo de produção social do conhecimento, para Mannheim.	55
Figura 9: Processo de produção social do conhecimento em relação ao PFA por agricultores e técnicos.....	56
Figura 10: Redes de interação com assistência técnica	93
Figura 11: Redes de interação na comercialização dos produtos da agroindústria familiar.....	94
Figura 12: Redes de interação na distribuição e consumo dos produtos da agroindústria familiar	95
Figura 13: Agroindústria como ponto de passagem obrigatório na rede sociotécnica	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área territorial do município de Foz do Iguaçu	18
Quadro 2: Objetivos do Programa Fábrica do Agricultor - PR.....	22
Quadro 3: Categoria de produtos da agroindústria familiar com cadastro no Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu.	25
Quadro 4: Conceitos aplicados nas pesquisas de desenvolvimento rural.....	51
Quadro 5: Nível de escolaridade dos titulares das agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu....	73
Quadro 6: As quatro agroindústrias investigadas, ano de criação e principais produtos produzidos pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor no Município de Foz do Iguaçu.	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de estabelecimentos rurais e estabelecimentos da agricultura familiar dos municípios pesquisados	17
Tabela 2: Agroindústria rural por produto e origem da matéria-prima	70
Tabela 3: Linha de Produção agroindustrial pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.....	75

LISTA DE SIGLAS

EMATER- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

TAR- TEORIA ATOR REDE

POA- PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

PRONAF- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

COFASO- COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO OESTE DO PARANÁ

APROFOZ- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE FOZ DO IGUAÇU

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PAA- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PNAE- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ANVISA- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SIM- SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E OS ATORES LOCAIS NA ARENA DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR	15
1.1 Caracterização da microrregião de Foz do Iguaçu	15
1.2 Caracterização do município de Foz do Iguaçu	17
1.3 O Programa Fábrica do Agricultor - PR (PFA).....	19
1.4 Quem são os atores na arena do Programa Fábrica do Agricultor no município de Foz do Iguaçu	24
2 NOÇÕES E TRAJETÓRIAS DAS PERPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	29
2.1 O desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen.....	30
2.2 O desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar	32
2.3 Desenvolvimento rural: noções e trajetórias.....	34
2.3 Evolução das políticas públicas a partir dos paradigmas de desenvolvimento rural dominantes.....	40
3 OPÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	44
3.1 Seguindo os atores do desenvolvimento rural: percorrendo a sociologia do desenvolvimento de Norman Long.....	44
3.1.1 A capacidade de agenciamento dos atores	45
3.1.2 Outros conceitos elementares na (POA): domínios, arenas, interface e heterogeneidade	48
3.2 O método documentário de Karl Mannheim e sua contribuição para o desenvolvimento rural	52
3.3 Abordagens da teoria ator rede (TAR)	60
3.3.1 O conceito de tradução	63
4 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E SEUS ELEMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA PESQUISA	66
4.1 Agroindústria familiar – delimitações teóricas	66
4.2 Perfil da produção da agroindústria rural no brasil: análise da mesorregião oeste do Paraná e da microrregião de Foz do Iguaçu.....	69
4.3 Perfil das agroindústrias rurais cadastradas no programa “Fábrica do agricultor na microrregião de Foz do Iguaçu no âmbito da feira de sabores/Emater”	72

5	SEGUINDO OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA ARENA DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU	84
5.1	Caracterização das agroindústrias investigadas em Foz do Iguaçu- PR..	84
5.2	A Emater como ator mundo traduzindo a perspectiva de intervenção para o desenvolvimento rural	87
5.3	A constituição da rede, os atores seus interesses e estratégias nas agroindústrias.....	89
5.4	Visões de mundo entrelaçadas: ações dos atores, suas interfaces sociais, agências e traduções	96
5.5	Capacidade de agência das agroindústrias investigadas	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERENCIAS	107
	Apêndice 1: Roteiro de entrevistas com agentes técnicos do pfa	110
	Apêndice 2: Roteiro de entrevistas com agricultores familiares	111
	Apêndice 3: Questionário: roteiro de entrevista com agroindústrias familiares	112

INTRODUÇÃO

As abordagens atuais em relação aos temas do desenvolvimento rural apontam para a necessidade e interesses de novos estudos que contemplem essas perspectivas que a todo momento estão sendo construídas e reconstruídas pela dinâmica dos atores do espaço rural¹, que se relacionam e interagem em seus cotidianos, nas maneiras mais diversas de enfrentar e aprimorar seus projetos de vida.

Tendo em vista este contexto, nota-se, cada vez mais a consolidação de estratégias e processos de desenvolvimento rural que permitem refletir sobre questões de inclusão social e econômica da agricultura familiar², segmento que tem sido objeto de vários estudos e será componente desta pesquisa, além do mais, este seguimento de atores tem mobilizado diversos agentes da sociedade civil (instituições, organizações sociais, órgãos públicos, universidades). Alves (2008) confirma essa perspectiva ao referir-se à expressividade da emergência de novos atores na busca de elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural que atuam na intervenção de agendas de desenvolvimento.

Considerando a emergência desses novos atores nos processos de desenvolvimento rural como apontou Alves (2008), destacamos a importância de compreendermos como esses atores se relacionam e convivem dentro desses processos. Neste sentido, para compreendermos as lógicas de intervenção de projetos de desenvolvimento é preciso trazê-los para o centro das análises o que oportunizará a possibilidade de ampliarmos a compreensão das experiências que adotam novas abordagens para o desenvolvimento rural.

Nesse sentido temos a proposição de criação das agroindústrias rurais de base familiar que são sugeridas por órgãos de desenvolvimento/fomento estatal, Ong's, pesquisadores etc., como estratégia possível de intervenção para o desenvolvimento rural. A agroindústria familiar é apontada como uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no espaço rural e para a construção de um

¹ O conceito de espaço rural considerado na nossa pesquisa é de Wanderley, entendido a partir de uma construção social, um lugar de vida, ou seja, um lugar onde se vive, onde ocorre particularidades do modo de vida e referência de identidade e lugar onde se vê e se vivi o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional (WANDERLEY, 2001).

² O conceito de agricultura familiar considerado na pesquisa é o de Lamarche, que explica a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas de diversas situações nas quais opera a lógica familiar, representando uma rica heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação das explorações de tipo familiar em diversos países (LAMARCHE, 1998).

novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado apenas a produção agrícola (MIOR, 2007).

Dentro desta ótica temos o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” (PFA) criado no estado do Paraná com objetivo de promover a agroindustrialização na agricultura familiar, dando suporte aos pequenos agricultores-beneficiários do programa, permitindo o acesso a mercados e o desenvolvimento de empreendimentos. Executado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR) nos últimos anos o programa buscou apoiar iniciativas de processamento por meio de projetos e ações de agregação de valor com a implementação de agroindústrias comunitárias estimulando a produção e diversificação de produtos regionais, com o objetivo de propiciar a geração de renda e melhores condições de vida, segurança e soberania alimentar dos agricultores familiares envolvidos.

O objetivo geral deste estudo está em analisar agroindustrialização rural familiar enquanto um processo de intervenção para o desenvolvimento rural, seguindo a perspectiva dos atores envolvidos no Programa Fábrica do Agricultor. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: 1. Caracterizar o perfil de agroindústrias na arena do Programa Fábrica do agricultor; 2. Analisar como ocorre a dinâmica e o papel de diferentes atores no programa Fábrica do Agricultor; 3. Analisar as redes que se constituem e as relações entre os múltiplos atores do Programa Fábrica do Agricultor. Para alcançarmos esses objetivos, buscamos elementos teóricos através de duas abordagens analíticas, a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) e a Teoria Ator-Rede (TAR). Essas duas correntes teóricas em conjunto irão permitir compreendermos como se confluem as dinâmicas dos atores envolvidos na arena do Programa Fábrica do Agricultor.

Este estudo foi conduzido no âmbito da Feira dos Sabores, específica de agricultores contemplados pelo Programa Fábrica do Agricultor, que ocorreu entre os dias 5 a 8 de Outubro de 2017, na cidade de Medianeira. Nesta feira realizamos 24 entrevistas quali-quantitativas, a amostra de entrevistados corresponde a agroindústrias de diferentes municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu, como: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Matelândia, Santa Terezinha de Itaipu. No entanto no sentido de analisar com mais profundidade que permita contemplar todos os objetivos da nossa pesquisa com a aplicação das perspectivas teóricas analíticas escolhidas, dessa amostra escolhemos o município de Foz do

Iguaçu que contou com quatro agroindústrias de panificados expondo e comercializando seus produtos nesta feira.

As entrevistas qualitativas foram gravadas com gravador de voz e, em seguida, transcritas e analisadas segundo o método de análise documental de Karl Mannheim.

A análise TAR (Teoria ator-rede) de Michel Callon e Bruno Latour reúne elementos de categorias humanas e não humanas. O fato desta teoria permitir a aglutinação de diferentes elementos, permite ao pesquisador observar e analisar a existência de variadas conexões entre os atores uma vez que a TAR foca, dentre outros elementos, nos processos de elaboração e construção de redes que, por sua vez, agregam elementos sociais, naturais e técnicos. Neste sentido, essa análise será útil para a pesquisa, pois além de analisarmos os agricultores familiares como atores, analisaremos também o programa agroindústria familiar Fábrica do agricultor como um ator-rede, assim como outros elementos não humanos que envolvem a atividade de agroindustrialização, como exemplo, as máquinas necessárias para o processamento dos produtos, o acesso a demais recursos do governo, o acesso aos canais de comercialização entre outros atores-redes e outras conexões que irão surgir ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Já a metodologia de análise (Ator Orientado) de Norman Long, permitirá compreendermos a confluência dos conflitos, transformações e dificuldades que os atores técnicos - (projetos, programas), agricultores familiares (agroindústrias familiares) construíram/enfrentaram no processo de implantação do Programa Fábrica do Agricultor. Portanto, alguns conceitos que envolvem essa teoria, como de heterogeneidade, agência e arenas serão fundamentais para a compreensão da realidade da pesquisa. A análise documental proposta pelo método desenvolvido por Karl Mannheim irá permitir reconhecer as experiências e os significados que orientam as estratégias e projetos de vida dos atores e processos pesquisados.

Esta pesquisa justifica pela importância do Programa Fábrica do Agricultor (PFA) como política pública estadual que envolveu agricultores familiares em processos produtivos não-agrícolas. Processos esses que pela sua proposta inicial e dificuldades de implantação necessitam ser estudados. Também destacamos os aspectos teóricos adotados para a confecção da pesquisa, pois procuram trazer inovações metodológicas para a compreensão do objeto de estudos.

Além dessa introdução a dissertação está dividida em cinco capítulos: no primeiro será exposto uma caracterização da nossa área de estudo, e da arena do

Programa Fábrica do Agricultor, com objetivo de contextualizar quem são os atores que estão participando diretamente na arena do PFA, e em seguida a descrição dos atores que compõem a amostra que analisaremos através da análise *documentária* (*capítulo cinco*) com base em suas narrativas.

No segundo capítulo intitulado: “*Noções e trajetórias das perspectivas de desenvolvido rural*”, tem como objetivo realizar uma reflexão em relação aos paradigmas de desenvolvimento rural predominantes na última década, para iniciar essa reflexão apresentamos inicialmente uma breve consideração a luz das teorias de desenvolvimento no que se refere ao próprio entendimento da noção de desenvolvimento. Para sustentar essas reflexões, apoiamos nas seguintes literaturas: a respeito das noções de desenvolvimento (Favaretto, 2006; Sen, 2000; Escobar, 1995) do desenvolvimento rural (Ellis e Biggs, 2001; Navarro, 2001; Ploeg, 2000, 2011; Alves, 2008).

O terceiro capítulo intitulado “*Opções teóricas metodológica da pesquisa*”, objetiva construir as bases teóricas-metodológicas que orientam nossa pesquisa. Neste capítulo, apresentamos a Perspectiva Orientada ao Ator do Norman Long e sua contribuição para os estudos de desenvolvimento rural, a análise Ator-Rede (TAR) de Michel Callon e Bruno Latour e análise documentária de Karl Mannheim.

No quarto capítulo, abordaremos as perspectivas da agroindustrialização rural familiar, enfatizando seu papel nos processos de emancipação social e econômica para agricultura familiar (Mior, 2007; Wesz, 2007; Wilkinson, 2008, Prezzotto, 2011), analisamos a partir de pesquisa teórica e empírica por meio de aplicação dos questionários quali-quantitativos em agroindústrias da Microrregião de Foz do Iguaçu, obtemos dados dos municípios que participaram da Feira dos Sabores que ocorreu no município de Medianeira em Outubro de 2017.

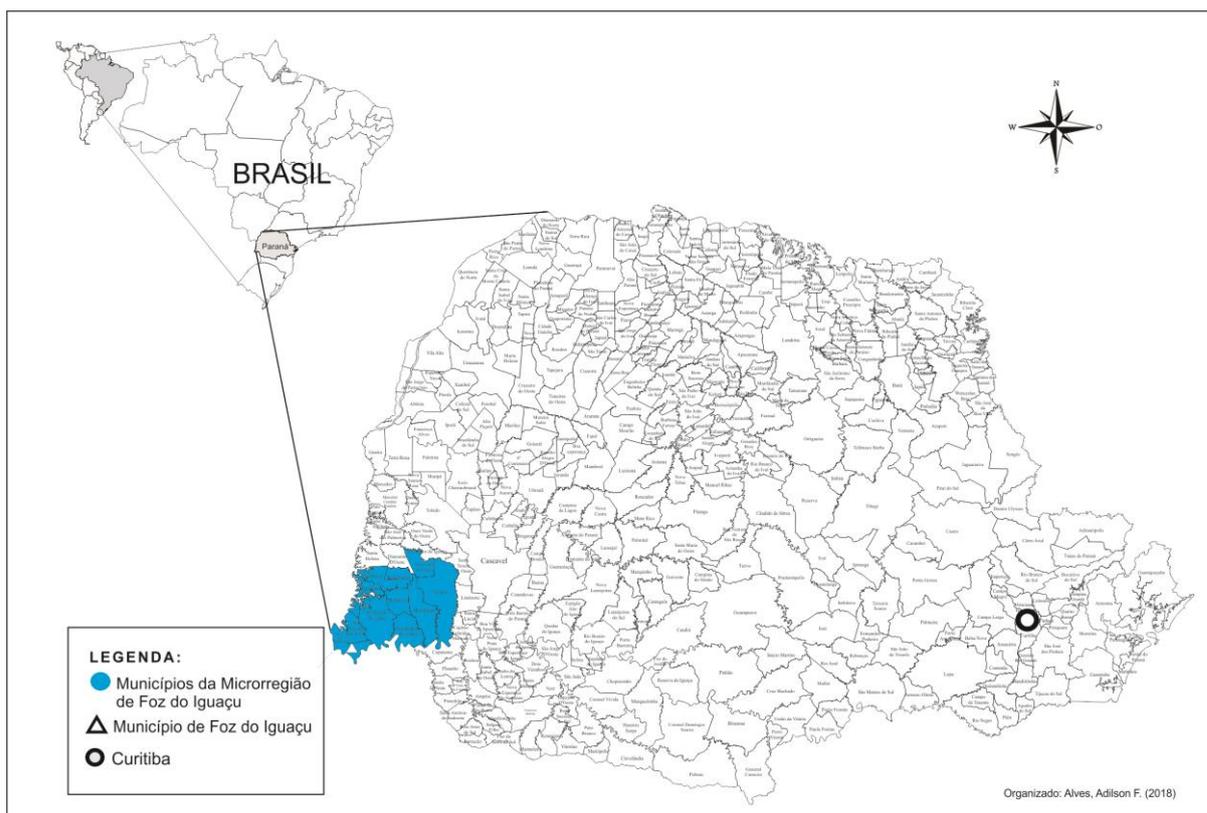
E um último capítulo, que apresentará os resultados obtidos através da aplicação do método documentário e analisado a luz das perspectivas analíticas escolhidas.

1 A MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E OS ATORES LOCAIS NA ARENA DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR

No sentido de procurar aprofundar as dinâmicas entre os atores que ocorrem no âmbito deste programa, optamos em analisar sua atuação em uma escala local. De modo que priorizamos em analisar o caso do Município de Foz do Iguaçu/PR, um dos municípios contemplados pelo PFA na área de abrangência Microrregião de Foz do Iguaçu. Um dos fatores que reforçam a escolha da escala a ser analisada é trazida por Wesz Jr (2009) que destaca que os estudos a nível local permitem que algumas evidências sejam captadas e investigadas de maneira mais minuciosa, seja pelo fato de que a escala permite essa entrada analítica ou pela viabilidade de execução da pesquisa de campo.

1.1 Caracterização da microrregião de Foz do Iguaçu

A microrregião de Foz do Iguaçu está localizada no Oeste do Paraná, que possui uma extensão territorial de 22.851,1 Km² com uma população de 1.219.551 habitantes. Seu PIB anual corresponde a 27.937.555.000 (IBGE, 2010). Essa região foi colonizada por migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a maioria desses migrantes são de origem italiana, polonesa e alemã. Segundo dados do último censo agropecuário realizado, a região conta com uma quantidade de 43.752 agricultores familiares, correspondendo aproximadamente a 82% do total dos estabelecimentos agropecuários da região.

Figura 1: Municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu

Fonte: Organizado por Alves, Adilson F (2018)

Do total de municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu obtemos dos seguintes municípios: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena, Missal. A tabela 1, demonstra o número de estabelecimentos agrícolas da amostra de municípios que coletamos os dados da pesquisa, incluindo o número total de estabelecimentos agrícolas, e o número de estabelecimentos da agricultura familiar, contendo o percentual que é da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos rurais.

Tabela 1: Total de estabelecimentos rurais e estabelecimentos da agricultura familiar dos municípios pesquisados

Município	N de estabelecimentos	N de estabelecimentos familiares	Percentual de agricultura familiar
Foz do Iguaçu	1.044	319	30,25
Matelândia	974	813	83,47
Medianeira	1.165	914	78,45
Missal	1.709	1.518	88,92
São Miguel do Iguaçu	1.990	1.553	78,04
Santa Terezinha de Itapu	421	290	68,88

Fonte: IBGE (2006).

Analisando os municípios que abrange amostra da pesquisa de campo quantitativa, verificamos que Foz do Iguaçu, possui 1.044 estabelecimentos rurais, dos quais 319 se configuram como familiares, totalizando em 30,25% da agricultura familiar. O município de Matelândia, possui 974 estabelecimentos rurais no qual 813 desse total são considerados familiares totalizando uma porcentagem 83,475 do total de estabelecimentos. Medianeira possui 1.165 rurais desse total 914 correspondem a agricultura familiar. Já Missal conta com 1.709 estabelecimentos rurais, desse total 1.518 se enquadram no segmento da agricultura familiar, assim como em Matelândia verificamos a expressividade das práticas da agricultura familiar como aponta os dados. Em São Miguel do Iguaçu, temos 1.990 estabelecimentos rurais, desse total mais 80% correspondem em unidades familiares. Esses dados expressam a representatividade da agricultura familiar na Microrregião de Foz do Iguaçu.

1.2 Caracterização do município de Foz do Iguaçu

O município de Foz do Iguaçu está situado no extremo oeste do Paraná, fazendo fronteira com outros dois países (Argentina e Paraguai). Com base no plano diretor do município, a área total corresponde a 617,71km² com uma área urbana de 191,46 km² (31% do total) e com a área rural de 138,17 km²(22,37%). O restante da área é dividido entre o parque nacional, que representa 22,44% da área total, e o lago de

Itaipu, que conta com 24,14% da área total do município (Figura 2). A distribuição dessas áreas pode ser observada no (Quadro 1).

Quadro 1: Área territorial do município de Foz do Iguaçu

Área Territorial	Área em Km2
Área Urbana	191,46 Km2
Área Rural	138,17 Km2
Área do Parque Nacional do Iguaçu	138,60 Km2
Área alagada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu	149,10 Km2
Ilha Acaray	0,38 Km2
Área Total	617,71 Km2

Fonte: PMFI – 2017

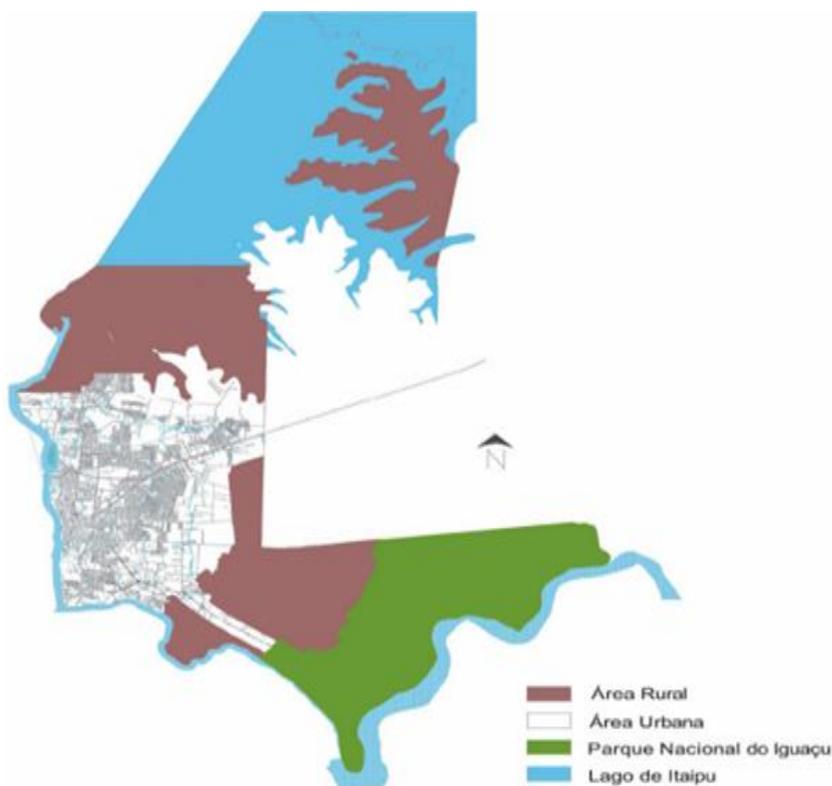
De acordo com dados do IBGE (2009 p. 8) a população iguaçuense estava estimada em um total de 325.137 habitantes. Conforme dados da PMFI (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu), o município passou por diferentes ciclos econômicos: a extração de madeira e cultivo da erva mate nos anos 70; a construção da Hidrelétrica de Itaipu nos anos 80; o turismo a partir dos anos 90, acentuando o comércio, turismo de compras e eventos. Estes ciclos econômicos contribuíram para o crescimento populacional do município, mas gerou muitos problemas posteriores como desemprego, pobreza e desordenamento sócio ambiental.

A área rural de Foz do Iguaçu representa 22,37% da superfície total do município, o que pode indicar que a atividade agropecuária não possua destaque acentuado na economia. Apesar disso, Foz localiza-se em umas das regiões em que ganha destaque as atividades relacionadas ao agronegócio. Além da produção de *commodities* (sobretudo soja e milho), as atividades de piscicultura têm crescido localmente, associada a prática turística e culinária, com a presença de mais de 200 tanques no município, segundo a Secretaria de Agricultura.

Em relação às características do espaço rural em Foz do Iguaçu a existência de pequenas propriedades que atuam na produção de animais (bovino, suínos e aves) e no cultivo de vegetais (soja, milho, feijão, mandioca e fruticultura) essas propriedades são administradas por produtores familiares (SEMAG, 2011).

De acordo com informações da Semag (2011), em relação aos dados socioeconômicos da agricultura de Foz do Iguaçu apontam que a agricultura de base familiar é responsável por aproximadamente 40% do total da produção agrícola no Município. As principais culturas agrícolas que são produzidas em Foz do Iguaçu consistem em milho, soja, trigo e mandioca. De modo que verificamos que pequenas propriedades rurais estão se diversificando em suas produções de cultivos agrícolas.

Figura 2: Áreas do município de Foz do Iguaçu.



Fonte: PMFI (2017)

1.3 O Programa Fábrica do Agricultor - PR (PFA)

O Programa Fábrica do Agricultor corresponde a uma ação do governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), criado em 1999 com o objetivo de promover a agricultura familiar no estado, com propósito de estimular as atividades que envolvem as agroindústrias na agricultura familiar, seu público específico, permitindo a valorização e agregação de valor de seus produtos diferenciados, oportunizando a inserção do agricultor no mercado. Sua coordenação técnica é realizada pela Empresa

Paranaense de assistência técnica e Extensão Rural (EMATER). Este programa possui apoio e parcerias com outras instituições como Central de Abastecimento do Paraná (CEASA), Empresa Paranaense de assistência técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR). Possui outros parceiros estratégicos para sua execução como universidades, cooperativas de agricultores familiares, colégios agrícolas, dentre outras instituições.

Figura 3: Logo do Programa Paranaense Fábrica do Agricultor.



Fonte: Emater (2017).

De acordo com os documentos oficiais do programa, esta ação é realizada em nível estadual possuindo como objetivo fornecer qualificação e profissionalização aos agricultores familiares que já possuem em suas famílias a tradição de agroindustrialização. O PFA possui quatro componentes técnicos considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades de processamento: tecnologia, marketing, incentivos e mercados.

O público alvo do programa, no início de sua implantação restringiu-se aos agricultores familiares que acessavam o PRONAF e aos agroempreendedores familiares.

Uma característica importante do programa Fábrica do Agricultor, é que para o acesso a esta política estatal, é preciso possuir experiência na atividade de agroindustrialização, pois esta iniciativa “não procura fomentar novos produtores, mas sim, novos produtos, estimulando os produtores que já tenham tradição em alguma atividade de transformação, legalizando e potencializando-os” (DEL GROSSI E GRAZIANO DA SILVA, 2000, P. 10).

Outro destaque que chama atenção nesta política é em relação ao processo de legalização das agroindústrias familiares, visto que a maioria delas se encontravam em situação informal, o programa procurou agilizar o processo de legalização desses empreendimentos.

O quadro a seguir demonstra-se de forma sistemática e lógica dos principais objetivos e processos de intervenção do programa.

Quadro 2: Objetivos do Programa Fábrica do Agricultor - PR

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Lógica de Intervenção
Beneficiar, transformar e industrializar a produção seguindo procedimentos legais e organizar canais de comercialização, visando melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais.	Inovação Tecnológica	-Verticalizar o processo produtivo rural paranaense; -Inovar tecnicamente através da geração, adaptação e melhorias aperfeiçoando as tecnologias atuais; -Implantar, modernizar e/ou adequar pequenas e médias unidades agroindustriais; -Implantar Unidades de Referência Técnica para os produtos de origem animal e vegetal.
	Foco no Mercado	- Identificar mercados potenciais e nichos específicos de mercados; - Identificar facilitadores de acesso através de redes de comercialização; - Inserir o público beneficiário do programa de formação profissional e com competitividade no mercado; - Assessorar os processos de constituição, regularização, tanto da unidade Industrial quanto dos produtos destinados à comercialização.
	Sustentabilidade	- Identificar formas de atuação sustentável tanto econômica, quanto social e ambiental; - Atuar de forma integrada total, cujos resultados propiciem a permanência da família no meio rural.
	Integração com as entidades	- Identificar, buscar, aportar linhas creditícias específicas e adequadas ao processo de agroindustrialização da pequena produção rural; - Executar as políticas públicas viabilizando as atividades que redundem na permanência do Agricultor e sua Família no meio rural; -Promover forte integração com as entidades públicas e privadas.
	Desenvolvimento Regional	- Buscar e otimizar a geração de emprego e postos de trabalho nas atividades; - Identificar o potencial da diversidade regional e étnica da cultura do Estado, resgatando suas formas típicas de produção pautadas na originalidade dos processos e dos produtos; - Identificar formas de atuação nos territórios, com vista ao desenvolvimento; - Otimizar a renda nas cadeias produtivas.
	Apoio a Agricultura Familiar	- Profissionalizar os Clientes Agricultores Familiares beneficiários do programa; - Desenvolver a competência profissional (entendida como a soma dos conhecimentos, habilidades e atitudes) voltados agroindustrialização da produção rural; - Agregar valor aos produtos agrícolas, pesca e aquicultura; - Melhorar a renda, condição e a qualidade de vida da Família Rural; - Estimular o processo sucessório nos negócios da família, profissionalizando as mulheres e a juventude rural.

Fonte: Emater (2017)

De modo geral, considerando o conjunto de objetivos expostos no quadro, o PFA tem como função desenvolver a consolidação da agroindústria familiar, para isso, busca uma articulação entre instituições públicas e sociais, no sentido de obter apoio para processos de legalização sanitária, ambiental e jurídica, como também de estratégias que permitem o acesso aos canais de comercialização, a linhas de crédito do governo, e principalmente agregação de valor aos produtos da agroindústria.

O processo de capacitação e qualificação é umas das linhas dos objetivos que também ganham destaque nesse quadro, pois o alcance desses objetivos, irão permitir uma melhor integração da agroindústria/produtor ao mercado e uma garantia da qualidade e valor agregado aos produtos. No trecho a seguir extraído da Secretaria de Agricultura e Abastecimento temos em síntese o papel do Programa Fábrica do Agricultor:

As ações do programa se propõem a realizar análise de viabilidade econômico-financeira da intenção de negócio; suporte estratégico para a legalização sanitária ambiental e jurídico-fiscal; parcerias entre instituições públicas e privadas e também entre instituições de representação social; apoio à comercialização, buscando a integração do produtor ao mercado, através de criação de espaços em supermercados, feiras municipais, regionais e estaduais, pelo apoio à formação de centros de comercialização de forma associativa e do turismo rural; apoio à criação de rótulos, embalagens e logomarcas para o produto; capacitação, profissionalização e orientação de assistência técnica especializada; orientação e identificação de linhas de crédito de financiamento para investimento e capital de giro; apoio em centros de referência tecnológica para a pequena agroindústria familiar; padronização da qualidade do produto transformado de acordo com as exigências de mercado; participação em novos mercados para o produto da agroindústria familiar; divulgação dos produtos da agroindústria familiar; informações sobre cursos de capacitação, programação de feiras e eventos, cadastro de especialistas, perfis agroindustriais e lista de fornecedores de insumos e serviços; apoio à organização de forma coletiva para compra de insumos, assistência técnica e para comercialização de produtos transformados beneficiados com uso da NOTA DO PRODUTOR RURAL, sem perder a característica de agricultor familiar, de acordo com os Decretos 1823/00 e 3076/00 (SEAB, 2000).

Em suma, observamos que o Programa Fábrica do Agricultor se propõe apoiar e buscar soluções para superar as limitações que o agricultor familiar possui nas unidades de processamento. O PFA propõe uma articulação entre diferentes atores que se integrariam e se relacionariam entre si para a consolidar as atividades agroindustriais.

1.4 Quem são os atores na arena do Programa Fábrica do Agricultor no município de Foz do Iguaçu

No tópico anterior, apresentamos alguns aspectos da implementação e desenvolvimento do Programa Fábrica do Agricultor. Importante, ressaltar neste estudo que este é um programa com a presença de múltiplos atores, mesmo que se configure e responda a institucionalidades definidas por suas entidades que o compõem, no caso a EMATER. Neste sentido, procuramos analisar na pesquisa os papéis e posicionamentos dos atores na arena do PFA, analisando as prováveis reflexões dos mesmos, a partir de suas narrativas e suas próprias atuações e percepções dos demais atores.

Entender e identificar quem são os diferentes atores no âmbito do programa é importante, pois nos permitirá analisar os pontos de divergências, conflitos, que ocorrem nas relações sociais que se estabelecem entre os atores, paralelamente será possível reconhecer as interfaces que são construídas a partir dessas relações.

O primeiro grupo de atores do Programa Fábrica do Agricultor no município de Foz do Iguaçu são os agricultores familiares que possuem um perfil bastante heterogêneo. Esses agricultores possuem uma tradição nas atividades com a transformação e processamento de alimentos com agroindústria de panificados, derivados de leite, vegetais e outras linhas de produtos. Além das atividades de processamento esses agricultores possuem outras linhas de produção no escopo de suas propriedades rurais, dessa maneira, esses agricultores acreditam na diversificação da propriedade como base para pensar sua reprodução social e econômica.

Nesta perspectiva, é fundamental compreender o agricultor familiar como um ator social partícipe pleno do progresso, da sua sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural (WANDERLEY, 2003, p. 49). Esse papel de protagonista nos processos sociais será percebido na capacidade de agenciamento desses agricultores, como será analisado no próximo capítulo.

Os agricultores enxergam na agroindústria uma das alternativas que permitem complementar sua renda e ao mesmo tempo outra forma de alcançar mercados para comercialização de seus produtos. Essas características são marcantes nos agricultores que acessam o programa PFA. Em foz do Iguaçu, são 34 agroindústrias

com cadastros ativos no Programa Fabrica do Agricultor com diversas linhas de produtos (quadro 3).

Quadro 3: Categoria de produtos da agroindústria familiar com cadastro no Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu.

Agroindústrias	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Derivados de carne	3	8,8	8,8	8,8
Derivados de leite	2	5,9	5,9	14,7
Derivados de vegetais	6	17,6	17,6	32,4
Hortifrúti	17	50,0	50,0	82,4
Panificados	6	17,6	17,6	100,0
Total	34	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Importante salientarmos que dessas 34 agroindústrias cadastradas (quadro 3), nove são produtores que estão solicitando o projeto de implementação da agroindústria junto ao PFA. Pois o programa trabalha na lógica de apoio aos empreendimentos agroindústrias familiares já em desenvolvimento, mas também para aqueles produtores que possuem o interesse de iniciar atividades de agroindustrialização. Nas 34 fichas analisadas, verificamos as seguintes linhas de atividades das agroindústrias já implementadas e as projetadas, como sendo três de derivados de carne, dois de derivados de vegetais, 17 de hortifrúti, e seis de panificados.

Para os produtores que possuem interesse em acessar o PFA, é preciso procurar a EMATER que é a instituição responsável pela execução do programa, o técnico responsável pela unidade municipal ou regional realiza uma visita na propriedade e verifica as condições e interesses da família na atividade de agroindustrialização. Seguindo esta perspectiva, apresentamos outro grupo de atores presentes na arena do Programa Fábrica do Agricultor, refere-se aos extensionistas, que são os gestores do programa, bem como os técnicos de outras organizações que também se constituem como atores na arena.

Os técnicos da extensão rural, dão apoio técnico aos agricultores familiares beneficiários do programa Fábrica do agricultor. Estes atores estão envolvidos em

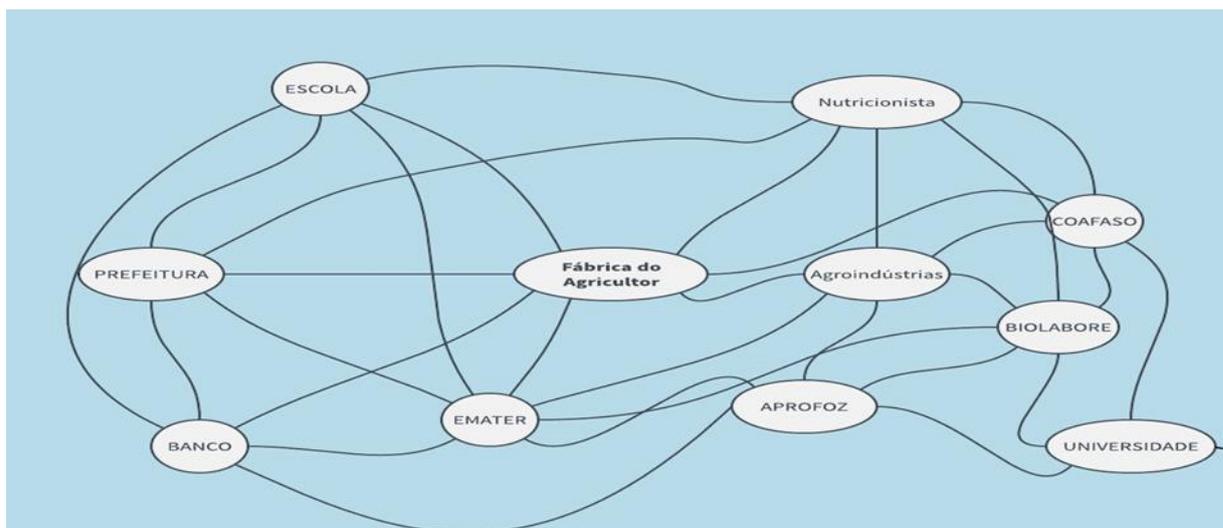
práticas de planejamentos de projetos, qualificações e formações para formalização e acesso dos agricultores familiares ao programa.

Quadro 4: Atores na arena do Programa Fábrica do Agricultor

Atores	Papel na rede	Estratégias e práticas
Produtores Rurais	Garantir sua reprodução social e econômica; Manutenção de seus modos de vida.	Associação de produtores. Contato direto com o consumidor Realização de feiras livres
Aprofoz	Organização dos agricultores; Capacitação das demandas dos agricultores juntos as outras instituições.	Parcerias e alianças. Representações
Coafaso	Agregação de valor e comercialização dos produtos.	Assistência técnica, apoio, capacitação.
Biolabore	Assistência técnica	Formação, qualificação e apoio técnico as agroindústrias
Emater	Divulgação e acesso ao PFA.	Legalização das agroindústrias, qualificação.
Prefeitura	Legalização da agroindústria. Chamadas públicas.	Liberação e legalização da atividade agroindustrial
Escolas	Recebe os produtos das agroindústrias.	Segurança alimentar dos estudantes.

Fonte: Organizado pelo autor (2017)

Na figura 4 demonstramos a arena do PFA no município de Foz do Iguaçu, lembrando que consideramos neste estudo a arena enquanto um espaço social onde se desenvolve a interface entre diversos atores que a constituem. A interface é construída a partir das diferentes ações e decisões estratégicas que os atores realizam na arena. Considerando essa perspectiva, a arena é constituída através das conformações de espaços sociais e não exclusivamente a partir de estruturas físicas. Conseqüentemente a interface entre os atores é essencial nesse processo de configuração da arena, uma vez que, os atores e as relações sociais formam a base e a estrutura da arena (LONG, 2001). Apresentar o recorte teórico da arena do PFA no município de Foz do Iguaçu permite identificarmos suas interfaces e as redes entre atores envolvidos na arena.

Figura 4: Redes na arena na Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu- PR

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Ainda considerando a figura 4 o PFA é visto como o espaço mais abrangente em relação aos processos de agroindustrialização rural familiar, deste modo, delimitaremos a seguir na arena do PFA os espaços que estão mais próximos do cotidiano dos agricultores familiares/agroindústrias, neste contexto, encontra-se EMATER, que é a entidade executora do programa, aqui temos os técnicos e gestores, esse espaço na arena se consolida como um lugar de busca e entendimentos, trocas de conhecimentos entre técnicos e agricultores sobre os processos burocráticos e legais das agroindústrias familiares.

A associação de produtores familiares de Foz do Iguaçu representa outro ator na arena, um ambiente de interação entre diferentes agricultores, um espaço de construção coletiva de demandas e interesses coletivos. A Biolabore, corresponde ao espaço na arena, com o papel de prestar assistência técnica para os agricultores, essa empresa é ligada diretamente a COAFASO, que é cooperativa da agricultura familiar responsável que possui um papel fundamental na arena, o de comercialização e agregação de valor nos produtos das agroindústrias. A prefeitura, outro ator importante na arena do PFA, pois atua com os processos e formalização das agroindústrias e na viabilização de chamadas públicas, ainda no âmbito da prefeitura temos a nutricionista que irá ter um papel importante na constituição da rede, como veremos na descrição e interação desses atores mais detalhadamente no capítulo 5.

Os atores beneficiários e implementadores envolvidos do PFA estão conectados a um conjunto de práticas por intermédio de diversas redes que parecem configurar um modo específico de vida restrito ao grupo estudado. Contudo, quando

ampliamos os horizontes teóricos, metodológicos e históricos observamos que existem uma série de elementos que os conectam. Nesse sentido, no capítulo subsequente procuramos aprofundar nossa análise na tentativa de encontrar elementos de narrativas e teorias que ampliem a compreensão sobre o objeto estudado, para tal procuraremos construir um pequeno cenário dos principais elementos do desenvolvimento rural das últimas décadas.

2 NOÇÕES E TRAJETÓRIAS DAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Observando a atuação dos atores em seus papéis (assumidos e atribuídos) pelo PFA fica claro que há uma narrativa que visa o processo de industrialização da agricultura que implica que os agricultores assumam papéis, riscos e responsabilidades que são diferentes dos “tradicionalmente” a eles atribuídos. Quando observamos o quadro mais amplo percebemos que ao longo da história recente diversas interpretações e papéis foram endereçados à compreender o agricultor, a agricultura e o mercado.

Atualmente há uma retomada de discussões centradas nos estudos sobre a concepção de desenvolvimento bem como de desenvolvimento rural. Ambos conceitos têm sofrido muitas transformações nos últimos 50 anos e vêm passando por contextos políticos e econômicos a nível mundial, de modo que se torna quase um desafio detalhar e compreender as trajetórias e críticas dessas abordagens. Desafio de natureza teórica e conceitual, pelo fato de que para compreendermos o conceito de desenvolvimento rural é preciso entender, primeiramente, o conceito de desenvolvimento, e para ambos os termos é preciso realizar um resgate histórico contextual da época para seu entendimento.

De modo geral, as abordagens contemporâneas de desenvolvimento rural surgem da constatação de que os reflexos do processo de modernização da agricultura trouxeram uma série de controvérsias no espaço rural brasileiro. Sendo a pobreza rural, a luta por terra, equidade social e econômica ficando claro que o desenvolvimento agrícola não promoveu o desenvolvimento rural e, sim, se consolidou com a revolução verde na segunda metade da década de 1960, intensificando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas no espaço rural, excluindo os pequenos agricultores e promovendo o protagonismo dos grandes latifundiários. Assim, essas novas abordagens acontecem como referências para analisar e compreender as dinâmicas, processos e experiências de desenvolvimento rural.

Termos como desenvolvimento e modernização tem sido pauta de debate mundialmente em diversos ambientes, sejam eles institucionais, acadêmicos, políticos ou sociais. De modo que antes de iniciar uma investigação a respeito da noção de desenvolvimento, é preciso reconhecer uma interrogação que sempre estará presente em qualquer estudo que pretenda esclarecer a ideia de desenvolvimento. É

reconhecer se é possível elucidar o que há de científico, normativo, ideológico, exclusivamente discursivo presente por detrás dela (FAVARETTO, 2006).

De acordo com Favaretto (2006), existem diferentes visões que irão coexistirem e disputarem os significados e ideias de desenvolvimento. O autor destaca três dessas vertentes: a primeira é enrustada na economia, tida como visão clássica do desenvolvimento e como sinônimo de crescimento; a segunda é a que enxerga o desenvolvimento como mito; e uma terceira vertente do desenvolvimento é conhecida enquanto mobilizadora de discursos ideológicos com falsas intenções.

As abordagens inovadoras a respeito da concepção de desenvolvimento tiveram sua origem no pós-guerra mundial e apenas não se restringem ao crescimento econômico como um único elemento chave para que de fato ocorra o desenvolvimento. Pelo contrário, elas criticam esse modelo no sentido de problematizar e desconstruir qualquer ideia de desenvolvimento atrelado apenas ao crescimento econômico e a modernização. Neste sentido, trazemos para esse debate reflexões de alguns autores como Sen (2000), com sua leitura contemporânea direcionada a noção de liberdade e do discurso de desenvolvimento de Escobar (1995). Neste capítulo pretendemos apresentar diferentes visões sobre processos de desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento rural, que abordem em suas reflexões um conjunto de aspectos sociais, culturais e ambientais desses processos, contudo, importante salientarmos que não temos a intenção de analisar exaustivamente o vasto conjunto de autores disponíveis que avançam neste debate. Portanto, este capítulo se propõe a revisar alguns conceitos noções de desenvolvimento e desenvolvimento rural, analisando suas concepções e suas trajetórias.

2.1 O desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen

Sen (2000) procura analisar o desenvolvimento sob uma ótica que procura contradizer a noção de desenvolvimento, atrelada apenas a fatores como crescimento do produto interno bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço da tecnologia ou modernização da sociedade. De acordo com esse autor, o desenvolvimento atrelado apenas ao crescimento econômico não serve como parâmetro para ser analisado isoladamente, ainda que esses fatores possam contribuir para expandir as liberdades que uma determinada sociedade possa usufruir.

Paralelamente a estes fatores, o desenvolvimento precisa estar associado, sobretudo, com as melhoras de condições de vida das pessoas e de suas liberdades, sejam elas individuais ou coletivas (SEN, 2000). Desse modo, o autor propõe que a noção de desenvolvimento deve ser analisada sob outra ótica, a partir de outras variáveis que não se restringem apenas ao progresso tecnológico, a modernização massiva da sociedade em relação ao crescimento econômico em geral.

Portanto, em sua obra intitulada *desenvolvimento como liberdade*, SEN (2000, p. 17) expande sua definição, considerando o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Neste sentido, certas liberdades possuem um papel fundamental na liberdade de outras espécies, de modo que tais liberdades não devem se limitarem apenas na acumulação de riquezas ou ao crescimento, com relação a variáveis que envolvam apenas aspectos de rendas (SEN, 2000). De acordo com o autor, essas liberdades, vistas de maneiras restritas, dependem igualmente de direitos civis, políticos e até mesmo sociais, abrangendo capacidades indispensáveis como, por exemplo, ter:

Condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão (SEN, 2000, p. 52).

Na análise de processos de desenvolvimento, como propõe Sen (2000), a magnitude da liberdade humana é fundamental para compreender esses processos, pois é através dela que é possível conquistar o acesso a oportunidades de educação, saúde, segurança, alimentação, entre outros. Nesta perspectiva, a liberdade humana é alcançada por meio da conquista de variados tipos de liberdades que se configuram em instrumentos valiosos para seu alcance. Neste sentido, Sen (2000) enfatiza cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais como saúde e educação, garantias de transparência e segurança protetora.

Para o autor, o crescimento torna-se um fim, um meio essencial para o desenvolvimento econômico. Com isso, fica evidente a crítica que Sen estabelece em relação a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pois a noção de desenvolvimento fica apenas restrita neste sentido.

No entanto, devido às consequências que esse modelo gerou em aspectos de pobreza e desigualdades sociais contínuas como já mencionado, houve uma

necessidade de procurar novas abordagens teóricas e ferramentas de avaliação conforme a análise da realidade dos diferentes contextos sociais.

Neste processo, de novas leituras acerca da noção de desenvolvimento temos a experiência de Sen (2000) que deixou claro que o aumento de qualidade de vida é capaz de ocorrer mesmo perante de circunstâncias com baixo desempenho econômico, o que acontece que na ligação entre crescimento econômico e qualidade de vida ocorre uma ambiguidade através dos fins e meios nos processos de análise de desenvolvimento como evidenciou Sen.

Seguindo essa leitura de novas redefinições a ideia de desenvolvimento, Arturo Escobar contribui com esse debate ao abordar a desconstrução dos discursos de desenvolvimento, assim como Sen, destacando outros elementos teóricos e empíricos nas realidades e processos de desenvolvimento.

2.2 O desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar

Em seus estudos Escobar (1995) aborda a concepção de desenvolvimento como um discurso baseado em estratégias de dominação social e cultural, e até mesmo econômica, o qual será pauta de projetos a nível nacional e mediador de relacionamentos entre os países desde o Pós Segunda Guerra Mundial. De acordo com este autor, esse discurso é resultado de práticas concretas da maneira de agir, de enxergar o mundo, de estabelecer objetivos a nível nacional e até mesmo mundial, onde o terceiro mundo é produzido. É considerado um discurso ideológico de dominação em diversos aspectos que é exportado mundialmente. Em *“la invención del tercer mundo, construcción y desconstrucción del desarrollo”*, publicado pela primeira vez em 1995, Arturo Escobar critica profundamente a concepção de desenvolvimento no sentido de analisar o desenvolvimento como discurso historicamente construído. De modo que nos permita entender a corrida que os países, supostamente ditos como subdesenvolvidos, começaram em busca do suposto desenvolvimento. Como vimos anteriormente, o termo desenvolvimento possui significados de várias vertentes, onde a vertente econômica sobressai.

Como visto anteriormente, nos últimos 50 anos o desenvolvimento era entendido e relacionado a partir da ótica do crescimento econômico, o qual gerava prosperidade e abundância de bens. Nesta perspectiva, surgiram dicotomias do moderno com o atrasado/arcaico, no entanto, essas percepções foram se modificando

a partir dos novos paradigmas de desenvolvimento e das crises que a própria concepção de desenvolvimento provocou.

De acordo com Escobar, na década de 50, com a intenção de livrar o subdesenvolvimento da América Latina, Ásia e África, em detrimento das regiões desenvolvidas, o autor refere-se a essas regiões como “ocidente”, onde foram implementadas uma série de ajustes estruturais. Estes são conhecidos como modelos de modernização e aplicação de técnicas científicas e tecnológicas em detrimento das já existentes e tradicionais transformações diretas no estilo de vida das pessoas. Assim, essas transformações nas regiões subdesenvolvidas criariam possibilidades de um mundo melhor, de paz e prosperidade.

No entanto, ao contrário de que o discurso de desenvolvimento propõe, esses ajustes não levaram a nada. Mais do que só a originar uma enorme crise em quase todos os aspectos em que foram implementados. A miséria e a desigualdade dos denominados países subdesenvolvidos aumentaram a um nível altíssimo, o que demonstrou que o projeto de “desenvolver” as regiões menos favorecidas economicamente do mundo terminou, e uma nova categoria foi criada para descrever estas regiões conhecidas como “terceiro mundo” (ESCOBAR, 1995). Os políticos e teóricos da época garantiam o fim da miséria, graças à ciência e tecnologia. No entanto, estes elementos foram aplicados em benefícios apenas para os países já desenvolvidos e não para os reconhecidos como “subdesenvolvidos”, pois esses elementos apenas desenvolveram os setores da agricultura e o capital, de modo que levava ao favorecimento apenas do agronegócio. Enquanto isso, os aspectos em relação a saúde, educação, moradia, dentre outros valores ditos “modernos”, o desenvolvimento obteve déficit.

De acordo com Escobar (1995) o discurso do desenvolvimento econômico propriamente dito teve seu auge na década de 50, e seguiu se transformando ao longo desses anos. Mas ainda contém quase a mesma importância de seu auge. A adoção do termo *desenvolvimento*, nos países ditos como subdesenvolvidos, se tornou tão forte que não se enxerga os danos e os custos na tentativa de buscar seguir e imitar um modelo de desenvolvimento dos países do ocidente.

Em síntese, no pensamento de Escobar os processos de desenvolvimento são mediados por discursos de poder, os quais não valorizam aspectos do local, esses processos consideram apenas aspectos que envolvem o crescimento econômico, não considerando dimensões que estão presentes no local onde eles ocorrem, como: gênero, raça, etnia, relações com o meio ambiente, dentre outras.

Amartya Sen e Arturo Escobar deixam um debate necessário e importantes reflexões sobre as noções e concepções de desenvolvimento. Neste debate os autores apresentaram suas críticas as perspectivas teóricas e empíricas sobre as noções e processos de desenvolvimento de modo geral, eles colocam outros elementos que fazem necessários para análise de desenvolvimento que não se restringem apenas em um único aspecto o econômico aparecendo como um principal plano de fundo desses processos.

2.3 Desenvolvimento rural: noções e trajetórias

Para entendermos as trajetórias das diferentes noções de desenvolvimento rural, recorreremos aos estudos de Ellis e Biggs (2001) que apresentam as transformações teóricas desse conceito. O qual expressa, de maneira geral, as discussões socioeconômicas em determinados contextos e épocas. Ellis e Biggs (2001) realizam um levantamento no tocante aos principais temas e correntes que traduziram a noção de desenvolvimento rural entre os anos de 1950 a 2000 nos países centrais. Importante ressaltar também neste contexto que o próprio Brasil também adotou todos os modelos com suas respectivas temáticas que serão listadas a seguir.

A década de 1950 é marcada pelo início do processo de modernização da agricultura em que predominou o modelo atual de economia baseado na acumulação do capital, onde o sujeito camponês era visto como um atrasado, não capaz de acessar o cenário de desenvolvimento da agricultura. Na década de 60 temos a abordagem da transformação, transferência e acesso a tecnologias específicas para o desenvolvimento agrícola, dando início a revolução verde. Neste momento o camponês passa a ser enxergado como um sujeito racional.

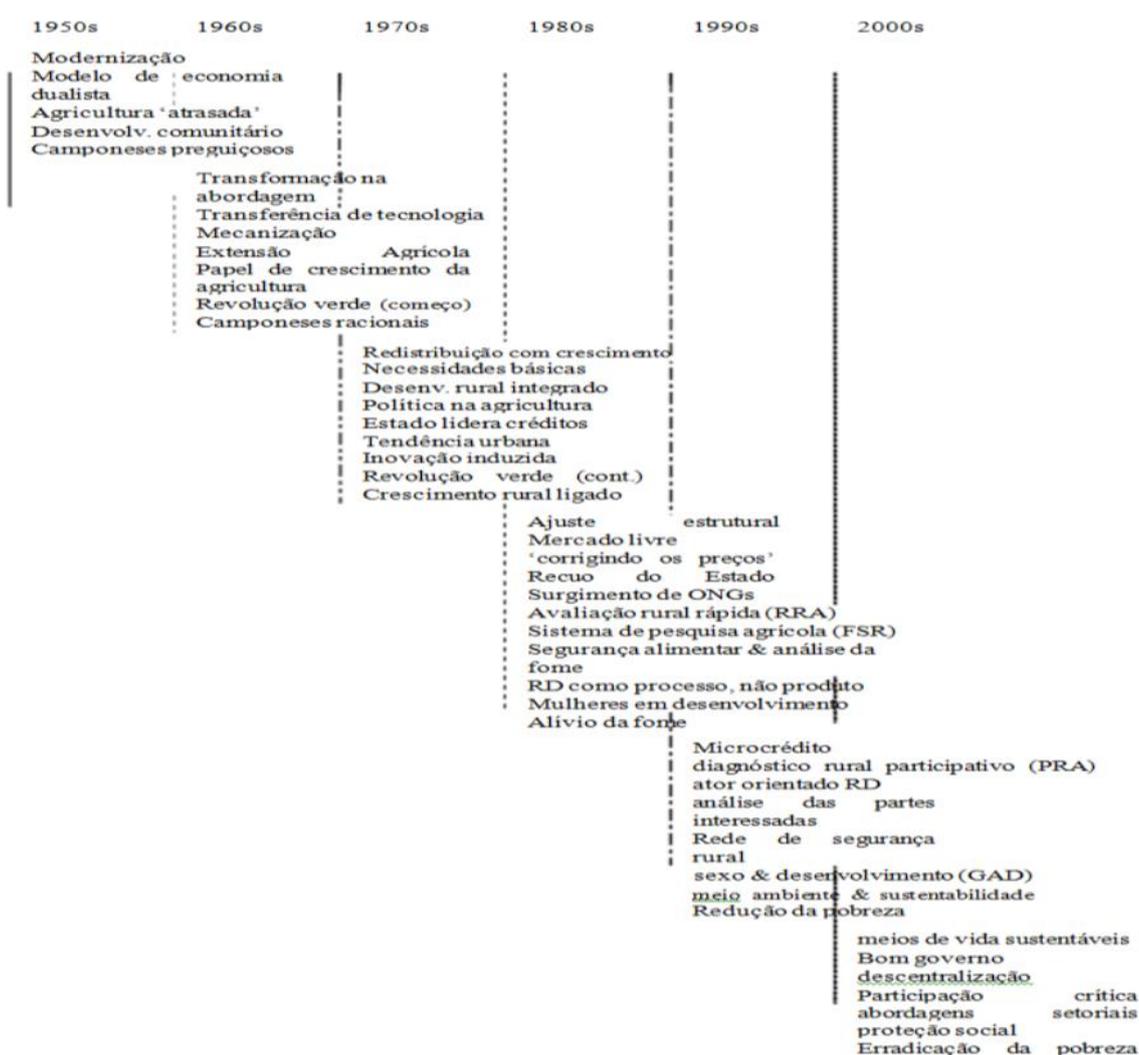
Já nos anos 1970, temos a atenção voltada para o estado tido como um elemento primordial para promover o desenvolvimento da agricultura através de políticas agrícolas. Assim, dando continuidade à revolução verde de modo que o cerne do debate sobre desenvolvimento rural, nessa época foi a intervenção estatal (ELLIS e BIGGS 2001).

Nos anos 1980, destaca-se o debate da retirada do estado nas políticas de desenvolvimento agrícola e ainda incluí na discussão a questão da liberalização dos mercados livres. A década seguinte – 1990 – é caracterizada pelo acesso ao microcrédito, pois a participação dos atores sociais para o desenvolvimento rural, as questões de gênero, o meio ambiente e a sustentabilidade começam a ser discutidas

nessa época. Nos anos 2000 apresenta-se uma noção de desenvolvimento rural que aborda temas como meios de vida sustentáveis, participação crítica dos atores em processos de desenvolvimento rural, bem como o combate da pobreza no meio rural (ELLIS e BIGGS 2001).

É evidente que essas diferentes correntes teóricas estiveram em momentos confusos durante o debate, a partir dos diversos temas que foram sendo incorporados à discussão. De modo que essas noções de desenvolvimento rural passam por contextos e décadas distintas. Algumas correntes dessas noções surgiram em uma determinada época e foram ganhar força apenas nas próximas décadas, como por exemplo, nos anos 60, onde houve uma primeira ruptura nos paradigmas de desenvolvimento rural, considerando a pequena produção como motor de crescimento e desenvolvimento (ELLIS e BIGGS 2001).

Figura 5: Desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000



Fonte: Ellis e Biggs (2005)

Na visão de Ellis e Biggs (2001), para a ocorrência de um novo paradigma de desenvolvimento rural, sem dúvidas, este estará pautado na potencialidade que as atividades não agrícolas possam propulsionar, junto com os agrícolas, promovendo assim, modos de vidas diversificados.

Para estes autores, o êxito desse novo paradigma acontece na medida em que ocorra a diminuição da pobreza rural e o avanço na execução de políticas públicas que considerem o espaço rural em seus diversos aspectos. Seguindo esta perspectiva, percebemos uma procura por novas abordagens e interpretações de processos de desenvolvimento no espaço rural que não se restringem no paradigma do desenvolvimento agrícola exclusivamente.

Esse cenário de avanço nas interpretações de desenvolvimento rural, ganha lugar no espaço público na medida que se faz necessário refletir e repensar sobre os processos de desenvolvimento que vem ocorrendo no espaço rural. Contudo, Navarro (2001) considera que existem dois momentos destaques predominantes na trajetória da noção de desenvolvimento rural nos últimos 50 anos. Estes momentos movimentaram ambientes institucionais como o próprio Governo, além de intelectuais (acadêmicos) e grupos sociais (movimentos sociais). O primeiro momento está no cenário de desenvolvimento, com base no modelo norte americano de vida, onde a concepção de desenvolvimento tinha como eixo central a acumulação de bens e capital, e a modernização da sociedade em geral.

De acordo com Navarro (2001), essa foi a primeira noção de desenvolvimento rural a qual estava ligada diretamente ao conceito de crescimento econômico que poderia ser obtido a partir do aumento da produtividade e da renda. O segundo momento aparece a partir da década de 1990, onde é caracterizada pela percepção da impossibilidade de alcançar o suposto desenvolvimento, proposto no primeiro momento.

Neste sentido, temos o primeiro período em que a noção de desenvolvimento rural se expressa com a expansão agrícola. Isso acontece a partir da revolução verde quando se materializou através de um padrão tecnológico, onde uma parcela significativa da sociedade, supostamente avançada, conseguia se modernizar através da mercantilização rural. Paralelamente a esse processo de modernização, temos uma série de problemas de cunho social e econômico, como a exclusão do pequeno produtor que não consegue acessar esse cenário de desenvolvimento, ficando a mercê de uma pobreza rural. Além disso, o segundo momento surge justamente através de uma inquietude social sobre a concepção dominadora de desenvolvimento,

colocando o foco nas relações de produção e não mais nas questões voltadas para a produção (NAVARRO, 2011).

No primeiro período, muitas das sociedades, atualmente avançadas, tinham grande parte da população agrícola, e a “revolução verde” se materializou como padrão tecnológico, facilitando a mercantilizando das famílias rurais. Devido aos pequenos resultados sociais obtidos em diferentes países, esta fase se esgota no final do ano de 1970, coincidindo com o estancamento da fase econômica expansionista do pós-guerra e, posteriormente, ao neoliberalismo gradualmente instalado. Já o segundo período surgiu justamente pelo abandono da sociedade ao mercado que, por isso, ressurgem as inquietações sobre o desenvolvimento, retirando o foco das questões sobre a produção em si para as questões ligadas a transformação nas relações de produção (NAVARRO, 2011).

Portanto, para Navarro (2011), a noção de desenvolvimento rural é representada pelo Estado como um instrumento fundamental para estimular a economia e modos de vida social no meio rural. Entretanto, segundo Ploeg et al. (2000), atualmente é preciso repensar a necessidade de existência de um novo paradigma de desenvolvimento rural que contemple uma série de questões, como a busca por sinergias ambientais, a valorização de economias locais e a pluriatividade das famílias que vivem no meio rural. Um paradigma de desenvolvimento rural que considere a diversificação dos meios de vida é apresentado por Ploeg (2008) que denominou como “a luta constante pelo fortalecimento da base de recursos disponíveis”. Assim, no que diz respeito aos agricultores e de suas habilidades de “luta constante por autonomia e liberdade”.

Ellis (2000, p. 15) define a diversificação dos meios de vida rurais como um “processo em que as unidades familiares constroem um portfólio crescentemente diverso de atividades e recursos para sobreviver e melhorar os seus padrões de vida”. De modo que, para compreender o desenvolvimento, requer admitir e elucidar diferentes estilos de vida, econômica e cultural dos atores sociais no meio rural, bem como suas formas de vivência e reprodução social. Contudo, para um novo paradigma de desenvolvimento rural é preciso romper com as abordagens que foram impostas anteriormente. É necessário reconhecer que o meio rural é um espaço heterogêneo, ou até mesmo um espaço de vida, pois, só assim será possível desconstruir algumas teorias que foram impostas e permearam por muitos anos as análises sobre desenvolvimento rural.

De acordo com Ploeg (2000), o desenvolvimento deve considerar os seguintes pontos:

a) as inter-relações globais entre agricultura e sociedade, retomando a capacidade da agricultura, dos bens públicos, como paisagem, enquanto valor natural;

b) os novos modelos de desenvolvimento para o setor agrícola- o qual refere-se ao desenvolvimento rural que compreendes novos elementos de um modelo emergente, a existência de estilos de agricultura e sinergias entre ecossistemas locais e regionais;

c) unidades domésticas agrícolas individuais- com destaque para emergência de identidades, estratégias, práticas e inter-relações e redes dos atores, a ocorrência da pluriatividade;

d) os *countryside* e seus atores- o entendimento que o meio rural é um espaço de relações sociais e geográfico, ocorrência da heterogeneidade no meio rural dada pelo conjunto de atores que coexistem e competem por oportunidades e recursos em arenas distintas;

e) a diversidade de políticas e de instituições- a ocorrência de um espaço institucional complexo que considera o desenvolvimento rural um seguimento com a presença de distintos atores.

f) a natureza multifacetada do desenvolvimento – distintas práticas e estratégias de reprodução social e econômica que podem estar interconectadas, ou não. Conforme Ploeg (2000) é preciso novas abordagens que contemplem e reflitam sobre essas novas práticas e estratégias de desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, as reflexões de Buttel (1994) são indispensáveis para o entendimento da sociologia da agricultura enquanto uma nova corrente teórica-metodológica que permita analisar distintas formas sociais do espaço rural e o próprio em sua totalidade de aspectos sejam eles sociais, culturais, ambientais e não apenas de caráter econômico e de produção, pois de acordo com este autor a realidade social é constantemente transformada, portanto, é indispensável mudanças nas abordagens teóricas para sua compreensão.

Ainda de acordo com Ploeg (2000), considerando os contextos de desenvolvimento rural com base nos pontos citados, a produção agrícola possui algumas características específicas como: aproveitamento dos recursos internos, diminuição na dependência de insumos, produção mais preocupada com as questões ambientais, reduzindo o máximo possível de impactos ambientais, inclusão da pluriatividade e diversidade, bem como maior autonomia nos processos de trabalho.

Neste sentido, os desenvolvimentos rurais conforme apontam Long e Ploeg (2011) é a respeito de uma configuração de novas redes que irão construir e estabelecer relações sociais, bem como a revalorização e recombinação de recursos e ainda a valorização do capital social, cultural e ecológico.

De modo geral, as propostas de desenvolvimento rural, conforme sustenta Alves (2008), tem girado em torno de dois paradigmas básicos, o desenvolvimento exógeno e endógeno. De acordo com esse autor, as abordagens do desenvolvimento exógeno são pautadas nos princípios da revolução verde, onde o espaço rural é considerado apenas como um receptáculo para fins produtivos.

Já as propostas de desenvolvimento endógeno, vem sofrendo uma série de transformações nos últimos 50 anos. Como também foi investigado nos estudos de Ellis e Biggs (2001), elas giram em torno do próprio entendimento do desenvolvimento rural que são elencados em temas como o rural, visto como motor para a economia; as controvérsias da revolução verde; a ocorrência de debates internacionais sobre questões ambientais; a participação social dos atores sociais e suas estratégias de reprodução, de modo, que nos permita a compreender o objetivo desta perspectiva de desenvolvimento que é de “melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos” (ALVES, 2008, p. 28).

De acordo com Alves (2008) é necessário reconhecer que essas duas correntes de desenvolvimento rural apontam para uma dicotomia que estará presente nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural, pois algumas abordagens, na maioria das vezes, nem sempre serão claras, pois a ocorrência de misturas em ambas as correntes, sendo necessárias pesquisas que permitam elucidar um diálogo entre ambos os lados. Retomando a leitura em Ploeg (2011), considerando a necessidade de compreensão dessas duas abordagens, é preciso reconhecer que o desenvolvimento rural pode ser em menos ou mais medidas, endógeno ou exógeno, pois temos a presença de distintos atores, com diferentes estratégias que irão atuar em diferentes arenas.

Neste sentido, verificamos que os conceitos de desenvolvimento, assim como o de desenvolvimento rural, sofreram inúmeras transformações. Constatadas em documentos e analisadas sob diferentes perspectivas e períodos nos últimos 50 anos. Ficou evidente que apesar da existência de um exaustivo debate em torno a essas transformações e trajetórias de ambos os termos, não se esgotam no contexto atual.

É preciso pensar e refletir em novos paradigmas de desenvolvimento rural que enxergam o espaço rural para além dos fatores de produção, mas como um espaço de vida heterogêneo com distintos atores e com capacidade de agência, e ao mesmo tempo que se inter-relacionam entre si e com outros elementos externos a sua realidade.

2.3 Evolução das políticas públicas a partir dos paradigmas de desenvolvimento rural dominantes

As políticas públicas podem ser compreendidas como ações, projetos e programas de intervenções que são promovidos por instituições governamentais no sentido de regular a existência de vários problemas e contradições presentes na sociedade. De modo geral, as políticas públicas estão de alguma forma de frente com um processo complexo de acesso a recursos e possibilidades entre distintos grupos sociais com seus respectivos interesses, escolhas, em questão.

Nos últimos anos as políticas públicas voltadas para agricultura sofreram inúmeras transformações, sobretudo, as direcionadas ao público da agricultura familiar. Se olharmos para evolução do quadro paradigmático elaborado por Ellis Biggs (2000) que apresentam as principais temáticas que orientaram as noções e as transformações no conceito de desenvolvimento rural, enxergamos neste mesmo cenário na última década uma profunda transformação nas iniciativas de concepção e implementação de políticas públicas, sobretudo as de nível local.

Essa transformação, vai ao encontro do esforço teórico da própria definição de desenvolvimento rural, ao colocar em evidência os significados que são atribuídos as ideias de desenvolvimento (Favaretto 2010) e as noções de rural (Wanderley 2009). No entanto mesmo de frente de todo esse esforço teórico de expor a diversidade das noções de desenvolvimento ainda temos ela atrelada a ideia de progresso e crescimento econômico, de modo que a partir dessas ideias dominantes as políticas públicas e projetos do governo eram executadas para pensar e atender aspectos produtivistas da produção agrícola, dando ideia do progresso técnico na agricultura de acordo com Graziano da Silva (1999).

A importância que as políticas públicas passaram a assumir em questões sociais e humanas do desenvolvimento é relativamente recente, como vimos nas próprias teorias contemporâneas acerca do desenvolvimento, de modo que elas apresentam inquietações em questões ligadas a educação, alimentação, saúde,

assistência social e outros temas, os quais a maioria se referenciam a pobreza (ELLIS E BIGGS 2001, SEN 2010). Como consequência dessa mudança de paradigma nas questões de desenvolvimento que ainda está em curso, passa a influenciar os processos de elaboração e implementação das políticas públicas. Considerando este cenário novamente colocamos em evidência o quadro elaborado por Ellis e Biggs (2010) ao questionarmos de que forma as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil evoluíram na última década em função das transformações e ressignificações conceituais.

Figura 6: Temas dominantes e sequenciais do desenvolvimento rural

Anos 1950	Anos 1960	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000
Paradigma dominante					
Modernização		Rendimentos crescentes na pequena propriedade familiar			
			Processo, participação e fortalecimento		Modo de vida sustentável
Ênfase na difusão de pesquisa & desenvolvimento					
Desenvolvimento da comunidade		Crescimento da pequena propriedade			
			Desenvolvimento rural integrado		Privatização
				Participação	
					Plano de estratégias de redução da pobreza

Fonte: Ellis e Biggs (2001)

Entre as teorias de desenvolvimento rural, considerando o contexto entre as décadas de 50 e 60, devido ao surgimento das indústrias agroalimentares, e modernização da agricultura o setor agrícola passa a fazer parte do sistema econômico. Assim a agricultura de pequena escala também passa a ser vista como potencial econômico sendo incorporada em políticas de crescimento econômico. Esse momento é marcado por uma primeira geração de políticas públicas do paradigma de desenvolvimento rural dominante na época, do crescimento agrícola baseado na eficiência da pequena produção (Ellis e Biggs 2001) aqui temos a implementação de políticas de crédito e assistência técnica inspiradas na modernização da agricultura considerando os ideais da revolução verde.

No contexto brasileiro, essas características são encontradas na criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implementado em 1996, onde a agricultura de pequena produção ou conhecida ainda de forma não institucionalizada como agricultura familiar passa a integrar os processos de desenvolvimento com o propósito de ampliar apenas os aspectos de produção e produtividade se sobressaindo nos processos de fornecimento de alimentos básicos

paras as cidades. A criação de uma política específica para agricultura familiar se tornou um marco importante na transformação das políticas voltadas para o espaço rural.

Dessa forma, a década de 1990 foi marcada pela emergência da agricultura familiar enquanto uma categoria social e política, esse processo foi mobilizado pelos esforços do movimento sindical dos trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) os quais passaram a redirecionar suas demandas e lutas para reorganização produtiva dos agricultores familiares, os quais seriam excluídos da abertura dos mercados da economia.

As políticas públicas de apoio a agroindústria familiar se inserem no paradigma de desenvolvimento rural listado por Ellis e Biggs (2001) na década de 2000, que retrata como linha de frente temática as possíveis e diferentes estratégias de enfrentamento da pobreza rural, neste contexto a constituição da agroindústria familiar se configura como um mecanismo que permite atuar e pensar em estratégias de intervenção para o desenvolvimento rural. Desse modo, as políticas públicas de apoio a agroindústria familiar veem sendo implantadas em diversas regiões do país no decorrer dos anos com o objetivo de possibilitar a criação de um ambiente institucional favorável para a consolidação e fortalecimento da agroindustrialização familiar.

Diante desse cenário institucional as propostas do governo tanto estadual quanto nacional em políticas públicas e programas de fomento de agroindústrias na agricultura familiar é uma forma de criar oportunidades no espaço rural que permitem a reprodução social, cultural e econômica das famílias envolvidas nessas atividades.

A nível nacional temos Pronaf Agroindústria: Integração, Agroindustrialização, Comercialização da Produção da Agricultura Familiar que surgiu em 1998 por pressão de diversos atores que tiveram um peso importante para a criação de uma linha de crédito voltada especificamente para este tema, uma das principais estratégias de intervenção desta política pública era desmobilizar uma linha de crédito para investimento.

Dentro do contexto das políticas públicas específicas para a agroindústria familiar temos o processo de criação e modificações nas legislações específicas para agricultura familiar, assim como a disponibilização de linhas de crédito, assistência técnica, capacitação e qualificação de profissionais especializados trabalharem com esse público. Diante desse cenário percebemos que são muitos os atores que estão

mobilizados para trabalharem diretamente ou indiretamente dentro dessa linha temática de políticas públicas. Desse modo é importante enxergarmos que esses diferentes atores estão interconectados por diversos fatores, seja através das técnicas, pela própria política pública, ou por interesses em comum, como é o caso dos beneficiários desses programas. Essa interconexão entre os atores, pressupõe observar os processos de desenvolvimento rural interconectado por redes, pois ocorre uma interação entre os atores que são os agentes que atuam na linha de intervenção e os beneficiários, ambos que com sua história de vida, visão de mundo etc.

Portanto, a análise a partir das redes, utilizando a perspectiva orientada ao ator e a teoria ator-rede permite compreendermos como esse conjunto de atores envolvidos em um processo de desenvolvimento rural definem seus papéis e expectativas. Considerando essa perspectiva Alves (2008) reconhece que ao analisar o desenvolvimento rural, deve ser entendido como o resultado da co-evolução e do entrelaçamento das relações entre os atores. Desse modo, a reflexão de redes permite verificar os elementos que são interconectados sem nível de hierarquização entre eles, o que torna possível que cada ator seja fundamental ou assume um papel importante na rede (CALLON, 1983).

Outro ponto central no estudo é em relação a ação dos atores locais nos processos que contemplam projetos e programas de desenvolvimento rural. Dessa maneira, é oportuno identificarmos a capacidade de agência dos atores em suas relações e interações com os demais mundos (simbólico, político, técnico) que eles articulam diferentes estratégias de vida em seus cotidianos.

3 OPÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Neste presente capítulo, apresentamos as teorias analíticas escolhidas para interpretação dos nossos resultados a partir dos objetivos propostos no estudo. Dessa forma ao interpretarmos essas teorias será possível identificarmos a interação e as estratégias desenvolvidas pelos atores envolvidos no Programa Fábrica do Agricultor, as quais ocorrem em defesa de seus interesses.

Esse referencial teórico metodológico servira como base para sustentar nossa análise de um processo de desenvolvimento rural com foco em seus atores. Para isso alguns conceitos serão fundamentais na nossa análise, como visão de mundo, agência, interface, arena, ator-mundo, redes sócio técnicas e tradução, é com essas noções que iremos identificar e analisar a trajetória de um processo desenvolvimento rural complexo de múltiplos atores interconectados.

Essa opção metodológica escolhida neste estudo está relacionada a teoria social contemporânea a qual permite enxergamos o espaço rural em sua totalidade e as relações de poder que são tecidas nas relações sociais dos atores a partir de uma perspectiva que procura analisar as complexas interações que ocorrem em diferentes realidades agrárias. A primeira opção está inscrita na sociologia do desenvolvimento, com as contribuições do antropólogo inglês Norman Long; a segunda, fundamentada no método documentário proposto pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim, e a terceira está relacionada as abordagens teóricas analíticas dos franceses Bruno Latour (sociólogo) e Michel Callon (engenheiro) sobre a construção e constituição de redes socio-técnicas.

3.1 Seguindo os atores do desenvolvimento rural: percorrendo a sociologia do desenvolvimento de Norman Long

Ao procurarmos compreender o surgimento da perspectiva orientada aos atores, inicialmente precisamos refletir sobre a própria trajetória histórica das ciências sociais, enxergando que dentro de sua corrente histórica houve a existência de uma série de paradigmas, outro ponto que devemos considerar é que nenhum deles se transformou em um princípio central ou universal. Neste sentido, considerando que em dada época ou período, um ou outro paradigma ou teoria social obteve as bases de apoio por pesquisadores e instituições preocupadas em explicar os fenômenos sociais (LONG; PLOEG, 1994).

O conjunto de conceitos que abarcam essa teoria procura explicar os diferentes padrões de desenvolvimento que emergem de projetos e processos de desenvolvimento rural focando a análise nas respostas dos atores envolvidos, sobretudo ao implementarem, processarem e refletirem sobre as agendas de desenvolvimento implementadas. Uma das críticas à qual a POA endereça estão nos pressupostos das teorias estruturalistas que seriam insuficientes para análise das diversas dimensões que assumem os projetos de desenvolvimento rural. De modo que se considera que esses padrões variados de desenvolvimento são construídos pelos próprios atores sociais.

Conforme destaca Long (2007), os atores sociais não correspondem apenas em simples categoriais sociais despersonalizadas ou receptáculos passivos de processos de intervenção, eles são componentes ativos, os quais irão processar informações e construir estratégias com variados atores locais ou com instituições e fatores externos. De modo que para Long (2007) uma das vantagens da utilização da teoria centrada nos atores ocorre pela possibilidade de identificar e, até mesmo compreender, variadas respostas em processos, experiências em projetos de desenvolvimento supostamente homogêneos. De acordo com o autor, os atores sociais possuem a capacidade de criar uma série de estratégias em função de suas interações com ambientes sociais e institucionais. Assim, ao considerar essa capacidade de respostas a essas interações é possível compreender como ocorre a construção de processos de desenvolvimento e como esses distintos atores sociais irão agir nessa construção (LONG, 2007).

A abordagem teórico-metodológica Ator-orientado se complementa com uma série de conceitos que irão fazer parte da aplicação e compreensão dessa metodologia. Dentro desse arcabouço conceitual temos um conceito central que é o de agência³, o qual é utilizado na maioria das pesquisas que envolvem estudos com diferentes atores sociais, principalmente atores envolvidos em processos e projetos de desenvolvimento rural.

3.1.1 A capacidade de agenciamento dos atores

A compreensão do conceito de agência¹ fundamenta-se na capacidade dos atores de processar suas experiências bem como de outras experiências. É a partir

³ O Conceito de agência é tomado de Giddens.

delas que os atores irão refletir e buscar estratégias para enfrentarem a vida, mesmo sobre formas de coerção advindas por diversas maneiras (LONG, 2007). Neste sentido, percebemos a importância do conceito para entendermos a capacidade reflexiva dos atores de acordo com suas experiências, pois com esse conceito é possível analisar as ações que os atores tomam em interfaces sociais distintas e como decidem dentro do escopo analítico e conceitual que operacionalizam e compreendem.

A agência está diretamente ligada à interação entre os atores que ocorrem em suas práticas organizativas, que faz com que ocorra a manifestação da capacidade de agência humana a partir das relações sociais estabelecidas. Portanto, a agência é um conceito relacional entre os atores com limites constituídos a partir de convenções sociais e valores (LONG, 2007).

As interpretações dos atores sociais em relação aos seus significados, valores e interesses são socialmente construídas. Contudo, esses são transformados e reinterpretados na maioria das vezes, ocasionando novas regras culturais. A percepção dos atores sobre o mundo, particularmente de sua relação com a natureza lhe ocasionam um processo de construção de um conjunto de significados que são transformados socialmente em função da agência. Portanto, os atores possuem objetivos e são conscientes da razão que os levaram a suas práticas sociais. Neste sentido, percebe-se a capacidade de reflexão nos atores sociais, na medida que tomam consciência de refletir sobre as escolhas tomadas em seus projetos de vida. Em síntese, a capacidade de perceber o que escolhe enquanto escolhem (GIDDENS, 1989).

Tendo em vista a Perspectiva Orientada pelo Ator, as ações e práticas dos atores sociais, estão demarcadas por um fluxo contínuo de sua atuação e maneiras de lidar com seus projetos de vida. Por isso, a capacidade de reflexão é muito importante no processo de agenciamento dos atores, pois é através dela que eles conseguem avaliar e monitorar suas ações.

A perspectiva de construção social que atores processam ocorre pelas múltiplas realidades que eles vivem sua experiência e cultura. Os atores possuem conhecimento e habilidade, apesar de possuírem limitações no acesso a informação e restrições de caráter física, normativa, econômicas etc. Neste sentido, verificamos que os atores operam em um fluxo de eventualidades sociais a sua volta, na busca de soluções para seus problemas, para isso, elaboram e executam estratégias de acordo com sua observação e reação e conduta de outros atores (GIDDENS, 1989).

Nesta perspectiva, a capacidade de agenciamento dos atores é construída distintivamente em culturas diferentes e em componentes diferentes da sociedade, como, por exemplo, entre agricultores e os gestores do Programa Fábrica do Agricultor, assim como entre outros atores envolvidos no programa, pois cada ator tem sua experiência de vida, sua cultura e seus interesses. Considerando essa perspectiva, a análise de como se moldam as respostas e estratégias desses diferentes atores se configura como um elemento central desta abordagem. De acordo com Long (2007) o fato da agência dos atores ser diferenciada em seus aspectos culturais, pode vir a ocorrer um conflito nas relações interpessoais entre os atores e as formas de controle que cada ator pode possuir em suas relações sociais.

A capacidade de agenciamento por parte dos atores requer organização e habilidade organizativa ou planejada, isso permitirá ao ator agir com influência em suas relações sociais (GUIVANT, 2002). Pois de acordo com Ploeg (2003) a agência ainda é caracterizada pela habilidade do ator de ocasionar interesse e abranger outros atores com um objetivo comum, destacando nesse processo essa habilidade de motivar outros atores no desdobramento de seus projetos em direção a um projeto comum entre eles. Neste sentido, agência também é poder e está sujeita principalmente da emergência de espaços de relações sociais entre os atores.

Portanto, a noção da capacidade de agenciamento dos atores nos leva a entendermos a crítica da POA as teorias estruturalistas na medida em que enxergamos o ator como um sujeito ativo que irá processar informações e utilizar diferentes estratégias em suas relações sociais, possuindo a habilidade de processar suas experiências sociais e assim planejar maneiras de enfrentar a vida mesmo sobre aspectos coerção social (LONG, 2007; PLOEG, 1994).

Outra característica importante que ganha destaque na noção de agência é o fato dela permitir nos levar a compreensão da constituição de formas sociais distintas em meio de condições idênticas ou circunstâncias similares, constituindo assim no centro da Perspectiva Orientada pelos Atores (LONG, 2007).

Em suma, a noção de agência se origina dos processos organizativos das redes em que os atores se encontram, as quais se conformam nos campos sociais, domínios e arenas, onde os atores se interagem, atuam e constroem diferentes estruturas, sejam elas institucionais, econômicas, sociais ou culturais. A prática da agência ocorre no cotidiano dos atores sociais em suas relações e interações sociais com os ambientes internos e externos ao seu redor, motivada por interesses

individuais ou coletivos entre os atores e pode ser transformada e resignificada a partir de suas experiências individuais ou em grupo.

Essa leitura da interação e construção das estruturas, e a capacidade de agência dos atores faz com que percebamos que os conceitos que abarcam essa abordagem teórico-metodológica se complementam e torna útil para compreensão de processos de desenvolvimento. Para o presente estudo, consideramos que as noções de ator e agência são conceitos chaves para entendermos a relação dos diferentes atores envolvidos na Arena do Programa Fábrica do Agricultor e suas relações quando na interface.

3.1.2 Outros conceitos elementares na (POA): domínios, arenas, interface e heterogeneidade

Abrindo o leque de conceitos que a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) nos oferece para compressão da ação e prática dos atores em suas dinâmicas sociais. Dentre eles, temos o de domínios que é utilizado para reconhecer as áreas da vida social, que eles se organizam em função de um núcleo central, que se configura em um espaço com determinados valores, regras, normas, que demandam certo acordo social.

Os domínios caracterizam valores sociais que são comuns e compartilhados entres os atores sociais. Um exemplo disso, podemos pensar nos domínios da família, da comunidade, do Estado, de uma política pública etc. A noção de domínio é essencial para o entendimento da ordem social, sua regulação, conflito de valores sociais, poder e além do mais, nos permite o entendimento da criação de fronteiras sociais e seus significados simbólicos (LONG, 2007).

Considerando este contexto, o entendimento do conflito entre atores sociais ocorre pelo choque entre domínios que expressam seus valores e interesses. Esses domínios podem ser vistos como elementares e habilitadores para processo de constituição da opção de estratégias e agenciamento dentro da arena (LONG, 2007).

O entendimento dos domínios auxilia na conformação de processos de conhecimento e poder na dinâmica das relações sociais entre os atores. Conforme.

A utilidade de sua teoria é que ela nos força a investigar como tipos específicos e distantes de conhecimentos (incluindo o nosso próprio) são formatados pelos domínios de poder e relações sociais, nas quais eles estão/são articulados, encaixados e gerados. Isto nos possibilita entender o grau no qual os “mundos de vida de atores específicos”, com suas práticas

de organização e percepções culturais são relativamente autônomas “de” ou se foram, nas palavras de Long, “colonizadas” “por” aspectos mais amplos de ideologias, instituições ou por relações de poder a nível macro-social (ALVES, 2008, p. 41

O entendimento da noção de domínios é fundamental para interpretar como ocorre a ordem social nas arenas e como se configuram os campos sociais.

O espaço social onde os atores desenvolvem sua capacidade de agencia é definido como arena. As arenas são estruturas sociais onde atores se enfrentam uns com os outros, criam relações sociais e usam e traduzem discursos afim de seus interesses (LONG, 2007).

Dentro das arenas, que os atores empregam seus domínios particulares na lógica de auxiliar seus interesses, objetivos e motivações. Importante ressaltarmos que as arenas sociais são construídas a partir dos discursos de seus atores, sendo concebidas na prática, através do uso da linguagem e por meio das manobras de estratégias de vários atores. A definição de arena contribui para identificar e definir quem são os atores envolvidos e mobilizados com seus discursos na busca por recursos e embate e disputa nas práticas sociais (LONG, 2007).

Em síntese as arenas se constituem como “espaços nos quais tem lugar as contendas entre diferentes práticas e valores” (Long, 2007p. 125), neste sentido, de acordo com o autor as arenas se constituem em variadas formas a partir de diversas existências sociais. As arenas envolvem os tipos de elementos que estabelecem e capacitam as escolhas e os espaços de estratégias dos atores sociais. Neste sentido, a arena se constitui em um local de encontro e disputa de diversas práticas sociais.

Para esta pesquisa, a noção de arena é especialmente útil para compreendermos as dinâmicas de interesses, conflitos e agenciamento dos atores que ocorrem nas situações de interfaces em torno do Programa Fábrica do Agricultor.

Como visto, a POA possui um arcabouço teórico relacional, onde é fundamental a interação entre os atores da arena social que pretendesse investigar. A arena se constitui nos espaços públicos, além dos privados e nestes espaços que os agricultores e articuladores dos processos de intervenção para o desenvolvimento rural tomam decisões e buscam suas estratégias de ação na arena.

Outro conceito importante é o de heterogeneidade que, de acordo com Long (2007), consiste na coexistência de variadas formas sociais dentro de um mesmo contexto, e dentro deste cenário encontra-se diferentes repertórios culturais sobre circunstâncias de aparente homogeneidade (Alves, 2008 p. 41). Assim, a aplicação

deste conceito permite investigar como ocorrem esses diferentes repertórios e ao mesmo tempo como diferentes atores sociais com diferentes hábitos culturais convivem e transformam suas relações.

Por sua vez, o conceito de interface social permite analisar as inter-relações que ocorrem entre os atores. Sua aplicação permite compreender os pontos críticos que ocorrem nos processos de articulação, além disso, confrontos entre os atores podem surgir na maioria das vezes em função das diferenças sociais e culturais na disputa por poder, e na batalha por conhecimento, dentre outras questões. Contudo, o conceito de interface é mais amplo que o de face-a-face, pois para ele as interfaces podem ocorrer em várias direções e com variados atores simultaneamente.

Esta abordagem metodológica é importante, pois se considerarmos que nos últimos 50 anos como observam Ellis e Biggs (2005), a noção de desenvolvimento rural vem sofrendo uma série de transformações que alteraram não apenas o escopo paradigmático do desenvolvimento, mas as visões e noções que os atores sociais assumem frente a essas transformações. Consequentemente os estudos e pesquisas que envolvem esse debate precisam ser reformulados e revistos, assim novas abordagens de análise teórico-metodológica são necessárias, neste sentido, temos na perspectiva orientada ao ator uma importante contribuição teórico-conceitual e metodológica de analisar e entender os processos diversos de desenvolvimento rural. Vários pesquisadores como Alves, 2008; Cotrin, 2013; Gazolla, 2012, têm utilizado essa abordagem para pesquisas que envolvem temas relacionados a projetos e processos de desenvolvimento rural.

A aplicação desta abordagem pode ser exemplificada nos estudos de Alves (2008) que se propõem analisar e compreender a dinâmica dos atores sociais que ocorrem em um projeto de desenvolvimento rural sustentável, neste estudo o ator procurou observar as interfaces e campos de batalha de conhecimento entre os atores envolvidos em um projeto rural, levando em consideração as abordagens de Norman Long. De acordo com Alves (2008) as relações que ocorrem no espaço rural são permeadas por complexas redes que se cruzam entre si. Portanto, neste estudo, para Alves (2008) o elemento chave de análise foram as relações existentes nas interfaces do projeto Vida na Roça, o que permitiu estabelecer e identificar um conjunto de diferentes elementos e visões acerca de diferentes visões que o desenvolvimento rural e agricultura familiar. Essa abordagem o que permitiu colocar os atores sociais envolvidos neste projeto à frente de seus próprios problemas e de fatores que os

conectam a outras redes, além das propostas pelo projeto de desenvolvimento denominado Projeto vida na Roça (ALVES, 2008).

Outro autor que aplicou a abordagem foi Gazolla (2012) que investigou como os agricultores produzem novidades a partir da agroindústria familiar, e paralelamente como eles constroem seus mercados para os seus produtos e interagem entre diferentes atores, agricultores, instituições e ações governamentais.

A abordagem Ator-orientado para este estudo foi relevante para utilização do conceito de agência, pois, de acordo com o autor, o entendimento de agência dos atores sociais na realidade investigada permitiu captar as ações e saberes. O autor também oportunizou ao entendimento de como esses atores constroem suas próprias estratégias para a produção de novidades nas agroindústrias na construção de mercados e redes sociais (GAZOLLA, 2012).

Por sua vez Cotrin (2013) também utilizou da abordagem teórica para analisar as ações de agricultores a partir de espaços de convivência e trocas de conhecimento e construção de alternativas para a vida social desses atores. Neste sentido, o autor se propôs investigar neste estudo a produção de conhecimentos nas arenas em que os agricultores circulam. Cotrin (2013) verificou que os agricultores constroem seus conhecimentos em uma perspectiva agroecológica, a qual é entendida como um campo de conhecimento multidisciplinar. De acordo com o autor o conjunto de conceitos teórico-analíticos ofertados pela Perspectiva Orientada ao Ator oportunizou a compreensão de como ocorre a construção das experiências e práticas sociais dos agricultores familiares, o que permitiu em sua pesquisa entender a construção do conhecimento agroecológico.

Quadro 4: Conceitos aplicados nas pesquisas de desenvolvimento rural

Autores	Conceitos utilizados	Objeto de estudo
Alves (2008)	Agencia, arenas, campos de batalha do conhecimento, interface social	PVR
Gazolla (2012)	Agencia	Agroindústrias
Cotrin (2013)	Agencia, arenas, batalha de conhecimento	Agricultores agroecológicos

Fonte: Elaborado com base nos autores.

Nestes três estudos percebe-se o quanto a abordagem POA foi útil para a compreensão da dinâmica dos atores envolvidos e para o entendimento de como eles respondem a essas dinâmicas a partir de suas interações e relações sociais nos diversos ambientes. Pois essa perspectiva nos estudos de desenvolvimento rural

permite realizar uma leitura de como diferentes processos se incorporam no cotidiano pessoal e coletivo dos agricultores e na conformação de recursos, estratégias desses atores (LONG, 2007).

Tomando como base as diferentes abordagens em relação a aplicação da perspectiva orientada ao ator nos estudos sobre desenvolvimento rural, desde entender a dinâmica e estratégias a partir de projetos de desenvolvimento rural como também dos próprios agricultores, enquanto atores sociais, verificou-se neste presente estudo, a possibilidade de utilizar a abordagem Ator orientado, enquanto uma ferramenta de análise que permita compreender como ocorre a emergência de redes de desenvolvimento rural suas ações e efeitos nos processos experiências de desenvolvimento rural que envolvem as atividades com agroindústrias familiares, como o universo da pesquisa compreende-se a agricultores familiares que desenvolvem atividades de agro industrialização e que acessam o programa agroindústria familiar Fábrica do Agricultor (PFA), essa abordagem torna-se útil para que possamos compreendermos as percepções e estratégias dos atores que acessam a este programa, e por outro lado entender qual a percepção dos articuladores em relação aos agricultores.

3.2 O método documentário de Karl Mannheim e sua contribuição para o desenvolvimento rural

Karl Mannheim nasceu no ano de 1893 na Hungria, filho de pais judeus, seu pai de origem Hungria e sua mãe alemã. Iniciou seus estudos em Budapeste, onde terminou sua graduação em 1912. Mannheim participou da formação de um grupo de intelectuais coordenado por Georg Lukács. A partir da formação desse grupo, surge em 1917 a escola livre de humanidades. Teve aulas em Paris e Berlim, defendeu sua dissertação em filosofia em 1917 intitulada *“Análise Estrutural da Epistemologia”*.

A trajetória e formação intelectual de Mannheim, em outras palavras, suas preocupações de caráter teórico-metodológicos podem ser divididas em três momentos de sua vida em países diferentes, com temáticas diferentes que expressam a inquietação deste autor em compreender as transformações da estrutura social no início do século XX. De modo que o autor possui obras que contém assuntos em relação a temas filosóficos e literários realizados na Hungria.

No sentido de obter uma melhor compreensão do método documentário proposto por Karl Mannheim, procuramos utilizar alguns autores que se dedicaram a

estudar ou a trabalhar com as reflexões de Mannheim, e a aplicação de seu método, como: Weller (2005), Alves (2008) e Mazucato (2015).

Mazucato (2015), realiza uma imersão arqueológica nas reflexões de Mannheim, anteriores a sua sociologia do conhecimento, as quais, que de acordo com esse autor, se aproximam mais da produção filosófica em seus escritos. Tendo em vista o interesse desta pesquisa, em utilizar a aplicação do método documentário proposto por Mannheim, recortamos o texto em qual o autor destaca quando Mannheim propõem e publica pela primeira vez a aplicação do método com bases de sua produção epistemológica.

Num texto de 1921/1922 intitulado “Sobre a Interpretação das ‘Visões de Mundo’”, Mannheim traça as balizas metodológicas para se compreender o “espírito de uma época”, e procura definir a natureza da *Weltanschauung* (visão de mundo ou espírito de uma época), apontando para o problema epistemológico da natureza dos objetos culturais e das formas possíveis de acessá-los cientificamente, propondo o método documentário. (MAZUCATO, 2015 p. 17).

De acordo com Weller (2005), Mannheim apresenta um método que permite compreender as visões de mundo de um grupo e atores sociais de uma determinada época. Visão de mundo (*Weltanschauung*) refere-se a uma série de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura que, por sua vez, constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos (MANNHEIM, 1980 apud WELLER, 2005). Neste sentido, percebemos que as visões de mundo são formatadas a partir das vivências do cotidiano dos atores sociais, do saber fazer de suas experiências práticas de suas vidas, isto é, do conhecimento *ateórico*. Importante destacar neste recorte que essas práticas cotidianas dos atores sociais dependem muito de suas visões de mundo que irão orientar seus próprios pensamentos. Neste sentido, Mazucato (2015) realiza um estudo profundo a respeito deste conceito utilizado por Mannheim como *Weltanschauung*

De acordo com este autor, com base nas reflexões propostas por Mannheim, os atores sociais não vivenciam os mesmos elementos de uma estrutura de pensamento ou de uma determinada realidade existencial de uma época, contudo, considera-se necessário que esses atores compartilhem minimamente elementos de suas existências para criação de uma identidade coletiva de um grupo social (MAZUCATO, 2015). Portanto, admita-se:

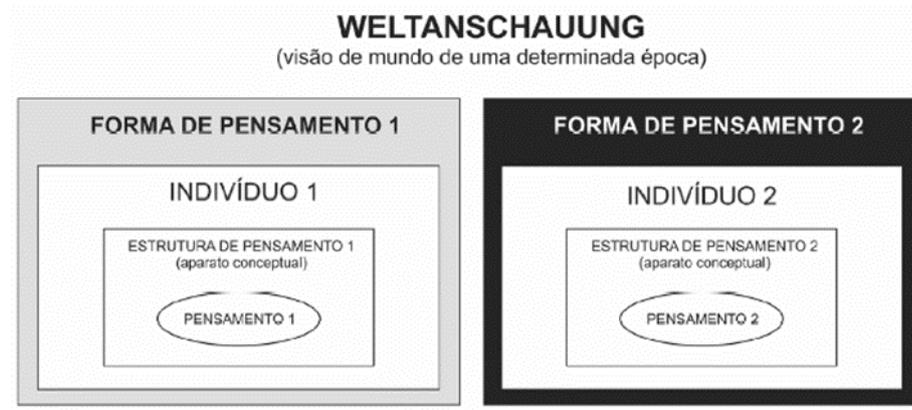
vários grupos sociais podem coexistir simultaneamente e (b) um mesmo indivíduo pode fazer parte de mais de um grupo social simultaneamente. Temos então três tipos básicos de relações sociais: (1) relações indivíduo/indivíduo, (2) relações indivíduo/grupo e (3) relações grupo/grupo, as quais podem assumir, cada qual, uma forma harmoniosa ou conflitante (MAZUCATO, 2015 p. 20).

O interesse desta pesquisa em detalhar como ocorre a produção do pensamento, a partir da *Weltanschauung* por meio das relações sociais entre indivíduos e grupos sociais, está exatamente pelo fato de que temos dois grupos sociais que serão analisados. Dentre os grupos estão os agricultores beneficiários do programa, a Fábrica do Agricultor, assim como seus gestores, ambos provavelmente com pensamentos distintos e relações sociais distintas, tanto entre indivíduos do mesmo grupo.

As variadas formas de relações indivíduo/indivíduo, indivíduo/grupo e grupo/grupo dependem basicamente de “(i) da natureza dos pensamentos produzidos pelos indivíduos situados em grupos diferentes ou ainda (ii) das formas de pensamento adotadas pelos diferentes grupos sociais” (MAZUCATO, 2015 p. 26).

Desta forma, de acordo com Mazucato (2015), Mannheim considera que a produção social do pensamento possui duas naturezas, uma epistemológica e uma política, as quais resultam em relações entre a teoria (visões de mundo e formas de pensamento) e a prática (interação entre indivíduos e grupos). Portanto, (a figura 7) representa um esquema que permite verificar o nível de não reconhecimento dos pensamentos de indivíduos/grupos, oponentes (em um nível limitado, o qual afeta apenas parte dos pensamentos ou da estrutura de pensamento ou um nível mais desenvolvido que afeta toda a visão de mundo e formas de pensamento do grupo oponente).

Figura 7: Interação social entre indivíduos que pertencem a grupos sociais distintos, para Mannheim



Fonte: Mazucato (2015, p.15)

De modo que a aplicação do método documentário permitirá, na presente pesquisa, interpretar as formas de pensamentos e visões de mundo dos atores investigados. Por outro lado, com aplicação deste método, Mazucato (2015) propõe a possibilidade de verificar possíveis conflitos e disputas entre indivíduos e grupos a partir da produção social do conhecimento.

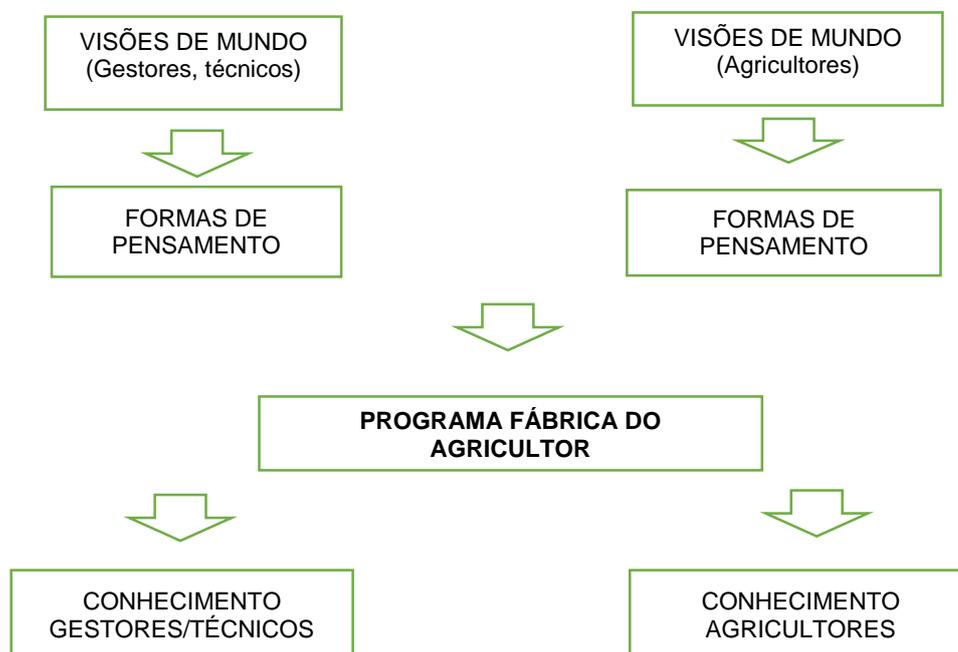
Na (figura 9) representamos uma analogia em relação a ontologia da ocorrência de diferenças de pensamentos e visões de mundo em torno de um mesmo elemento e objeto (figura 8). No universo da pesquisa em questão, temos um grupo de atores gestores/técnicos e agricultores, ambos envolvidos com o Programa Fábrica do Agricultor. No entanto, cada grupo com suas visões de mundo e pensamentos diferentes em relação ao programa, os quais produzem conhecimentos distintos em relação ao mesmo elemento, no caso o programa.

Figura 8: Processo de produção social do conhecimento, para Mannheim.



Fonte: Mazucato (2015, p.18)

Figura 9: Processo de produção social do conhecimento em relação ao PFA por agricultores e técnicos



Fonte: Organizado pelo autor (2017).

Neste sentido, para que de fato ocorra uma compreensão dessas visões de mundo de um determinado grupo de atores, se torna necessário que o conhecimento *ateórico* deles sejam transformados em conhecimento teórico. Assim, um papel encarregado ao pesquisador, pois, segundo Alves (2008), essa transformação teórica e documental acontece a partir das vivências compartilhadas dos indivíduos no cotidiano. Além disso, há um desafio nesse processo de interpretação e compreensão das visões de mundo.

Neste sentido, os conhecimentos dos indivíduos são absorvidos e transformados para que possam apresentar aspectos teóricos. Mannheim não se preocupou em entender o que é uma realidade social, mas sim, em compreender como estabelece sua construção, entendendo como ou de que forma é produzida a realidade social. Portanto, Mannheim, ao aplicar o método documentário, substitui a pergunta — ‘*o que*’ para a pergunta — ‘*como*’ ou — ‘*de que forma*’.

Mannheim chama atenção para uma problemática em relação a compreensão da visão de mundo, a qual pode ou não ser captada em determinado momento histórico, de modo que faz com que ele questione a possibilidade de determiná-la de maneira científica e precisa. No entanto, essa interrogação foi logo superada na

medida em que a especialização do conhecimento, de forma disciplinar, foi ganhando forças.

Assim, para compreender aspectos históricos e culturais, seria necessário a busca de uma visão mais holística, e a divisão de áreas disciplinares deixam a desejar por não darem conta de analisar em sua totalidade dos aspectos de seus objetos de estudo. Neste momento surge o interesse nas visões de mundo enquanto uma ferramenta teórica e holística, a qual permite captar todos os aspectos em torno dos atores sociais, superando as limitações da especialização do conhecimento em áreas específicas. Esse momento é marcado pelo interesse em compreender o historicismo, os aspectos culturais de ideais e as crenças, a partir de um olhar integrado dessas questões e não apenas de forma isolada (MANNHEIM, 1952).

Para Mannheim, existe dois tipos de conhecimentos, sendo o teórico e o ateuórico. Segundo o autor, esses dois tipos são bases para a formação das visões de mundo:

A visão de mundo, entretanto, não está propriamente localizada em nenhum destes campos – nem no teórico nem em outro campo – mas praticamente em todos eles; por esta exata razão, não é totalmente compreendida [ou apreendida – repassar] dentro de qualquer um deles. A unidade e a totalidade do conceito de visão de mundo nos desafia a compreender que devemos ir não somente além da teoria, mas além de qualquer objetivação cultural (MANNHEIM, 1980 apud WELLER, et al, 2002).

Neste sentido, na ótica de Mannheim, as ações do dia a dia dos indivíduos se configura sendo tanto teóricas como também ateuóricas, pois, para o autor, elas não são desprovidas de sentido, ou seja, as experiências e os saberes são práticas ou teorias que possuem formas que permitirão ao pesquisador refletir acerca desses acontecimentos do cotidiano e dessas ações, para torná-los científicos (MANNHEIM, 1952).

Entretanto, para que os saberes e experiências vividas e compartilhadas dos indivíduos se transformem em conhecimentos teóricos, Mannheim propõem um método de interpretação, o qual chama de análise documentário. Para o desenvolvimento deste método de interpretação existem três níveis de sentidos (*Sinnschichten*) que devem ser considerados:

- a) um nível objetivo ou imanente, dado naturalmente (por exemplo, num gesto, num símbolo ou ainda na forma de uma obra de arte);
- b) um nível expressivo, que é transmitido através das palavras ou das ações (por exemplo, como expressão de ou como reação a algo);

c) e um nível documentário, ou seja, como documento de uma ação prática. (WELLER, et. allí, p. 386)

Analisando esses três níveis, observamos que para Mannheim, os produtos culturais são compreendidos em suas totalidades se forem analisados a partir desses três sentidos variados de significação, de modo que para ocorrer essa compreensão não devemos analisar unicamente do ponto de vista imanente daquilo que já está dado. Sendo assim, ao utilizarmos os três níveis de sentido para analisar um produto cultural, permitirá, enquanto pesquisadores, abarcarmos a totalidade do entendimento dele. Para reforçarmos esse entendimento, Alves (2008) sustenta o pensamento de Mannheim ao afirmar que:

Assim, os níveis de sentido estão presentes não somente nos produtos culturais tradicionalmente prestigiados como a arte ou a religião, mas também nas ações cotidianas comumente despercebidas e negligenciadas pela pesquisa. A interpretação não deve permanecer no nível da análise da superfície dos fatos em si constituídos (imanente) nem na interpretação ou auto-imagem que os indivíduos têm dos seus atos (sentido expressivo). Enfim, deve-se avançar para construir, a partir destes dois elementos, a análise teórica dos fatos (documentário). O documento é visto como um processo de interpretação para uma avaliação sinóptica da situação estudada, abrangendo a totalidade das manifestações espirituais (ALVES, 2008, p.56).

Importante destacar neste recorte, que os sentidos: expressivo e objetivo, não devem ser ignorados da metodologia, de modo que constituem em etapas que devem ser percorridas para que se possa chegar ao nível documentário (MANNHEIM, 1952).

Mannheim defende dois argumentos para a utilização do método documentário. Em primeiro lugar, ele reforça a importância do papel do pesquisador em dar valor as práticas cotidianas através deste método, o qual considera um trabalho difícil. Pois, essas ações do dia a dia dos atores encontram-se em uma dimensão social que constituem em um conhecimento atóxico. Além disso, cabe ao investigador científico não desconsiderar, pois, estão integradas a uma determinada estrutura social com dimensões, e conformações históricas e culturais específicas de um tempo. Ao negligenciá-las terá como resultado a parcialidade dos produtos culturais.

O segundo argumento está na caracterização do arcabouço conceitual que atravessam diferentes temporalidades. Entretanto, Mannheim chama atenção para o fato de que é preciso ter cautela com esta etapa, dado que a formulação dos conceitos ocorre de maneira derivativa e não acumulativa (MANNHEIM, 1952).

Neste sentido, partes do método documentário, é preciso ressaltar dois processos destacados por Mannheim: o primeiro, transformar em documento o conhecimento atóxico, o segundo, o conjunto de conceitos não são analisados separadamente. Estes processos permitem que Mannheim integre o empírico com o teórico. Desta forma, este método permite mediar os valores entre as experiências de vida dos indivíduos e a teorias, assim, a partir de cada experiência prática, algumas definições são formuladas para mediação e interpretação das experiências.

Não obstante, outro ponto que deve ser ressaltado na interpretação do método é a verificação da teorização. Para verificar as teorias e integrá-las junto as experiências é preciso seguir dois procedimentos, sendo o primeiro: confirmar o sentido empírico do material histórico; e o segundo: apontar elos de ligações que conectam diversos fenômenos documentários. Ao considerarmos estes dois processos na interpretação deste método, garantimos a racionalidade deste domínio de conhecimento (MANNHEIM, 1952).

Em relação aos aspectos práticos da pesquisa, ou seja, a realização das entrevistas, considerando o método documentário, ao aplica-lo procuramos seguir suas regras. Em primeiro lugar, ao pensarmos o formato das perguntas a serem realizadas aos entrevistados, descartamos o formato de perguntas prontas e consideramos o rumo das entrevistas ao formatar as perguntas. Como por exemplo, as perguntas com a palavra 'por que' foram trocadas por perguntas que utilizem palavras como 'de que forma', 'na sua visão', dentre outras. Neste contexto, é importante ressaltar que não é papel do investigador reconhecer se os conteúdos das falas dos entrevistados são verdadeiros ou não. De acordo com o método documentário, cabe ao investigador perceber nos atores como são constituídas suas visões de mundo.

Outra situação, que é necessária enfatizar ao aplicar este método, é que o pesquisador que está realizando as entrevistas deve interromper o mínimo possível as falas dos atores entrevistados e, assim, fazer com que o ator pesquisado fale o máximo possível. Com relação ao processo metodológico de transcrição das entrevistas, é utilizado uma série de símbolos os quais possibilitam uma análise detalhada do documento após a transcrição do relato.

Realizada esta etapa, temos uma segunda, a qual consiste em dividir a entrevista em temas e subtemas, os quais são dados pelos atores entrevistados, nesta etapa cabe ao pesquisador apenas dividir as informações obtidas durante as entrevistas. Sobre a última etapa, o pesquisador irá selecionar o conteúdo subdividido

em temas, os quais lhe interessam no sentido de procurar compreender as percepções dos entrevistados, permitindo, dessa maneira, refletir sobre elas.

De acordo com Weller et al (2002), para Mannheim nenhum conhecimento é irracional, na sua interpretação ele considera a existência de saberes ateóricos que apenas não foram repassados para uma dimensão teórica. Um exemplo dessa situação está no relato que obtemos de uma entrevista que realizamos com um dos técnicos da EMATER. De acordo com suas experiências relatadas, podemos trazê-las para a dimensão teórica e refletirmos sobre sua atuação profissional junto ao PFA. Importante salientar que os agricultores também possuem visões teóricas assim como o técnico também pode assumir uma visão ateórica sobre vários assuntos.

Esta metodologia é de extrema importância para esta pesquisa, pois através dela podemos ter acesso às informações que na maioria das vezes ficam ocultas nos sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento rural. Além disso, são esses aspectos implícitos que podem nos ajudar a refletirmos e compreendermos a partir de uma análise profunda a respeito das decisões e estratégias que os atores tomam no âmbito do PFA.

Neste sentido, ao entendermos as visões de mundo dos atores pesquisados, se torna indispensável compreendermos os aspectos externos que se relacionam ao contexto social que esses atores estão conectados. Logo, para esse fim, utilizaremos, em complemento, a análise documentária a teoria ator rede de Bruno Latour e Michel Callon. Esta perspectiva teórica nos proporcionará as bases necessárias para identificarmos esses aspectos sociais dos atores.

Portanto, conhecendo as redes em que estes atores circulam no âmbito do PFA, pode-se entender os aspectos sociais que influenciam as tomadas de decisões desses atores. Desse modo, a Teoria Ato-Rede, para este estudo, será uma base teórica que nos permita realizar uma análise profunda para compreendermos as dinâmicas que ocorrem no contexto da pesquisa.

3.3 Abordagens da teoria ator rede (TAR)

No tópico anterior apresentamos a perspectiva do método documentário e suas abordagens para as pesquisas utilizando o enfoque da abordagem de visão de mundo dos atores envolvidos em experiências de desenvolvimento rural. Para complementar essa perspectiva de captar o conhecimento ateórico dos atores, a partir de suas visões de mundo, apresentaremos adiante a teoria 'ator rede' que nos permite realizar uma

leitura entre elementos locais ou não. Os quais podem ser humanos e não humanos. Considerando também a perspectiva de território onde ocorre a interconexão de diferentes atores que relacionam com o ambiente social, cultural, ambiental e econômico. Neste sentido, apresentaremos neste tópico a perspectiva da TAR, esclarecendo algumas considerações sobre essa teoria, já que, também, iremos fazer uma leitura do nosso objeto de pesquisa utilizando este enfoque.

A TAR, denominada também como sociologia da tradução, foi elaborada pelo sociólogo Bruno Latour e pelo engenheiro Michel Callon a partir da década de 1980. Essa teoria procura romper com as teorias dicotômicas a respeito de sociedade e natureza local e global, humanos e técnicos. Neste sentido, essa perspectiva teórica avança na leitura da noção de rede de atores que não se restringe em apenas um ator específico. É constituída pela interconexão de elementos heterogêneos que podem ser humanos ou não humanos. Segundo Law (1996), a TAR é um:

corpo de escritos teóricos e empíricos que trata das relações sociais, incluindo poder e organização como efeitos de redes. A teoria é distintiva porque ela insiste que as redes são materialmente heterogêneas e argumenta que não existiria sociedade e nem organização se essas fossem simplesmente sociais. Agente, textos, dispositivos, arquiteturas são todos gerados em redes do social, são partes delas, e são essenciais a ela. E, num primeiro momento, tudo deveria ser analisado nos mesmos termos. Segundo essa visão, a tarefa da sociologia é caracterizar as formas pelas quais os materiais se juntam para se gerarem e para reproduzirem os padrões institucionais e organizacionais nas redes do social (LAW, 1996, p. 01).

Ao procurarmos compreender os pressupostos da TAR, é necessário definirmos os conceitos de ator e de redes presentes nesta abordagem. De acordo com os autores responsáveis por sua elaboração, a definição de ator corresponde a uma série de elementos variados, animados ou não animados, sociais ou naturais. Em outras palavras, um ator representa um elemento individual ou coletivo, o qual não fica restrito exclusivamente a humanos, um ator pode ser representado, também, por um material não humano e inanimado (CALLON 1995). Outro conceito utilizado na teoria é o de redes, que de acordo com Latour:

A palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais - nas laçadas e nos nós - interligados - fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte (LATOURE, 2000.p.294).

Dada a definição desses dois conceitos elementares para compreensão da teoria, detalharemos mais sua explicação a seguir. Como já esclarecido anteriormente, destacaremos no quadro a seguir (quadro 6) suas principais características.

Quadro 6: Características principais da Teoria Ator-rede

Combinação de elementos humanos e não humanos
Elementos heterogêneos
Elementos conectados e interativos entre si
Não a distinção de inferioridade entre os elementos na rede

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Callon (1995) e Law (2006)

Essas características são fundamentais para interpretação da TAR, uma vez que possibilitam identificarmos a conexão entre os distintos atores, a partir dos seus diversos elementos da rede (CALLON, 1995). É importante destacar nesse quadro de características o fato de que TAR não considerar os atores na rede como superiores ou inferiores, pois não há uma distinção de poder tal qual observamos na sociologia e nas ciências políticas clássicas. De acordo com a TAR, os atores envolvidos na rede precisam ser analisados de maneira sociológica e imparcial (LAW, 2006).

Entender essa característica é essencialmente importante para esta pesquisa, uma vez que estaremos investigando dois grupos de atores agentes/técnicos e os agricultores familiares, ambos envolvidos no PFA, pois nenhum destes dois grupos de atores serão analisados preferencialmente, pois serão investigados segundo as características da TAR, ambos conectados em uma rede heterogênea.

De acordo com Law, a TAR reconhece que os elementos sociais não são encontrados apenas em corpos, é uma rede de certos padrões de relações heterogêneas ou um efeito produzido por uma rede específica. Desse modo, Latour (1994) propõem o princípio de simetria generalizada a qual não separa uma série de dicotomias entre sociedade e natureza. Alves (2008) reafirma esse processo de abolição das inúmeras separações da modernidade:

Latour (1994) e Callon (1986) propõem a não diferenciação essencial entre verdade-erro, ciência não-ciência e questionam a superioridade da modernidade frente aos pré-modernos e aos ditos primitivos. Para eles, não somos diferentes dos “antigos”, porque a mescla entre natureza e sociedade que eles faziam, nós, “os modernos”, também fazemos (ALVES, 2008 p. 60)

Neste sentido, a TAR procura romper com dicotomias reducionistas. Para isso, ela nos coloca a noção de híbridos que permite realizar uma leitura da ciência a partir de um produto e de uma rede de elementos heterogêneos que inclui atores sociais, instituições sociais, máquinas e organizações (ALVES, 2008).

Deste modo, ao utilizarmos essa teoria, considerando na íntegra todos os seus princípios, a TAR permite identificar os atores e as redes que estão presentes na arena do PFA.

3.3.1 O conceito de tradução

De acordo com Latour (2000) o deslocamento dos diferentes atores que estão envolvidos em processos sociais possibilita vários significados das posições desempenhadas e dos objetivos desejados, mobilizando seus interesses e relações de poder. Essas conexões que são produzidas pelos atores são entendidas a partir da definição de tradução, que se refere a um conjunto de condutas a partir da articulação de vários elementos heterogêneos que de alguma forma contribui na modificação e transformação dos envolvidos neste processo (CALLON, 2006). Nesta perspectiva, reforçamos as reflexões em relação a teoria ator-rede realizada por Latour, no contexto da interação entre atores humanos e não humanos e sua hibridização, os quais estão articulados em uma rede. Então, de acordo com Latour (2000), traduzir refere-se ao processo de deslocamento realizado por elementos híbridos, o qual contribui na mobilização de suas competências na constituição de aliados, os quais traduzem a partir de sua própria linguagem os interesses de outros actantes⁴. Dessa forma, a tradução se constitui em um processo no qual os atores interpretam os interesses dos demais actantes, assim se constituindo como porta vozes dos mesmos.

Segundo Hernandez (2003) o conjunto de atores envolvidos em uma rede atuam frequentemente no sentido de traduzir suas linguagens, dilemas, identidades e interesses, é neste processo que o mundo irá se construir e desconstruir, consolidar-se e de consolidar-se. Neste sentido, um ou mais dos actantes na rede continuamente é responsável por essa conexão, os quais estabelecem e traduzem, através de suas linguagens seus discursos e interesses para outros espaços, procurando exercer uma interação e influência nos demais actantes. Considerando

⁴ Actantes são definidos por Latour como qualquer coisa ou pessoa capaz de ser representada.

essa mesma perspectiva Alves (2008) sustenta que o processo de tradução irá construir e desconstruir verdades, mundos, pontos de vistas e redes, de modo que as identidades e os interesses dos atores são confrontados em um processo de estabilização e desestabilização. De acordo com Alves (2008, p. 61-62) Callon (1986) estabelece quatro etapas para que ocorra o processo de tradução, as quais se constituem da seguinte forma:

- a) **Problematização:** a qual refere-se quando o ator mundo procura se tornar indispensável aos demais atores na rede, compreendendo que as soluções para problemas específicos devem obrigatoriamente passar por ele;
- b) **Atração de interesse (*interessement*):** configura-se em um conjunto de processos pelos quais o ator mundo busca determinar outros atores em funções pré-definidas, fazendo com que a rede se torne concreta;
- c) **Matricula ou alistamento:** refere-se a uma série de estratégias nos quais o ator mundo procura definir e assegurar que os vários papéis atribuídos aos outros atores serão obedecidos
- d) **Mobilização:** se configura em um conjunto de métodos para a escolha de porta vozes que serão deslocados ao ponto de passagem elencados na problematização.

Ainda de acordo com Alves (2008), se o processo de tradução for bem-sucedido, ele irá se caracterizar como uma rede. Considerando a Teoria Ator rede esse processo irá ocorrer a partir de dois estágios, no primeiro o ator mundo⁵ irá atuar com objetivo de dar forma a rede, com a articulação de vários elementos e materiais, o segundo estágio inicia-se a partir do sucesso do primeiro, nesse momento é possível identificar a constituição de uma rede articulada a conexões concretas, junto as instituições que participam no processo, e com o ator-mundo no ponto central da rede (ALVES, 2008).

Neste capítulo apresentamos as ferramentas conceituais e metodológicas que utilizaremos para analisar o objeto de estudos. Assim, procuramos assumir com a escolha dessas obras desses respectivos autores a perspectiva em que as relações sociais que são constituídas através de redes e que um conjunto de atores se inter-relacionam e buscam estratégias de reprodução social e econômica em seus

⁵ O ator mundo é responsável por articular diversos elementos na rede, traduz o mundo a sua volta e as vozes dos outros atores, fazendo-se ponto de passagem das reivindicações e das necessidades da rede; classificando, deslocando, ajustando e unificando os atores em novas realidades e papéis (ALVES, 2008 P. 61).

diferentes cotidianos (mundo de vida). Dessa forma, ao considerarmos essa perspectiva assumimos que os agricultores não são mero elementos vazios que fazem parte processos de desenvolvimento rural, pois eles respondem as intervenções desses programas de diferentes maneiras. Neste sentido, a pesquisa procurou mostrar como é constituída a rede de desenvolvimento rural que ocorre no âmbito do Programa Fábrica do Agricultor, paralelamente apresentar em que medida se desenha as relações entre os múltiplos atores conectados na rede, suas interações, objetivos e conflitos e estratégias.

Esse conjunto de autores que escolhemos para este estudo nos fornece uma base teórica que nos possibilita alcançar os objetivos que buscamos com essa pesquisa. Na sequência procuramos analisar o conteúdo teórico que serve com plano de fundo para os programas e políticas públicas que atuam em ações de intervenção de desenvolvimento rural com foco na agroindustrialização rural pela agricultura familiar, bem como o perfil dessa atividade na área do nosso estudo.

4 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E SEUS ELEMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA PESQUISA

O presente capítulo está estruturado mediante dois objetivos principais. O primeiro está centrado em descrever as abordagens teóricas usadas para o entendimento da agroindustrialização rural enquanto uma estratégia para refletir sobre processos de reprodução social e econômica do espaço rural. O segundo consiste em caracterizar o perfil dos agricultores e agroindústrias rurais da região Oeste do Paraná, referente a amostra da pesquisa que corresponde a agroindústrias que estão cadastradas no Programa Fábrica do Agricultor, apresentaremos também uma breve caracterização da região Oeste do Paraná.

4.1 Agroindústria familiar – delimitações teóricas

As reflexões sobre agroindustrialização rural de base familiar configurou-se em um importante debate sobre estratégias de reprodução social e econômica na agricultura familiar, pois a transformação de alimentos possui um papel essencial para esta categoria. Este debate passa a ser legitimado a partir dos anos 1990 (MIOR, 2005). De acordo com Wesz Junior (2009) a agroindustrialização rural possui suas heranças na tradição colonial do processamento de alimentos no núcleo familiar das propriedades rurais para seu autoconsumo.

Estudando sobre agroindustrialização familiar, percebemos que o conceito é complexo, por isso é discutido a partir de várias visões. A complexidade existe na relação entre atividade familiar, processo de produção e o meio em que está inserida. As distintas definições acerca do termo apresentam aspectos comuns, como a questão da agregação de valor ao produto final, alternativas de renda para família, etc. Desse modo, são vários autores que estudaram a definição de agroindústria familiar rural e suas características, Mior, 2005; 2007; Prezotto, 2002; Gazolla e Pelegrini 2011.

Gazolla e Pelegrini (2011 p. 2) definem agroindústria familiar como sendo a “produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo nesse processo, à agregação de valor ao produto final”. Além disso, os mesmos autores enfatizam que o trabalho e a gestão das atividades na agroindústria são realizados pelo próprio núcleo familiar, dando destaque para abordagem família em todo o processo.

Para Mior (2005 p. 191) a agroindústria familiar é uma “forma de organização em que a família rural produz processa e/ou transforma parte da sua produção, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. O autor observa a origem das agroindústrias familiares como um processo de conversão de um produto no valor de uso para o valor de troca. Esse processo é promovido pela agricultura familiar, a partir de organizações cooperativas e apoio institucional (MIOR, 2007).

Wesz Junior (2009), tendo como bases distintos estudos teóricos em torno da definição da agroindústria familiar, considera a agroindústria familiar como uma atividade que ocorre no interior das propriedades familiares com vistas para subsistência, sobretudo para mercantilização. Complementa a definição afirmando que o processo de transformação dos produtos acontece com o objetivo de oportunizar melhorias na qualidade de vida das famílias, permitindo maiores condições de reprodução social.

É importante destacar que a agroindústria familiar pode ser considerada um nicho de mercado (ou mercado alternativo) para os agricultores familiares, de forma que a dimensão local é um importante aspecto que irá configurar a agregação de valor no produto final. A crescente preocupação do consumidor com a saúde e a qualidade de vida permitiu certas transformações nos mercados agroalimentares, valorizando os produtos da agricultura familiar associados à dimensão local e aspectos artesanais dos produtos (WILKINSON, 2008).

Wilkinson (2008) afirma que a agroindústria familiar surge de um processo de “reconversão” para mercados artesanais devido ao contexto de exclusão dos agricultores familiares nos mercados agroindustriais. Vale ressaltar que as agroindústrias familiares também contribuem para diminuir o desemprego, a pobreza rural e, sobretudo o êxodo rural, que vem afetando diretamente a permanência dos agricultores no campo.

Desta forma, as agroindústrias familiares irão propiciar aos agricultores transformações benéficas em suas rendas aumentando a motivação de se viver no campo, diminuindo assim o êxodo rural e fomentando processos de desenvolvimento rural. Portanto, a agroindustrialização da produção e a agregação de valor são uma alternativa rentável de geração de renda para os produtores rurais. O caráter artesanal que é conferido aos produtos da agroindústria familiar representa o diferencial em relação às grandes agroindústrias (WESZ JUNIOR, 2009).

A relação de proximidade entre produtor e consumidor é uma das características principais para diferenciar as agroindústrias familiares do modelo convencional. Mior (2007) complementa apontando que os agricultores estabelecem trajetórias distintas de acordo com o local em que estão inseridos, diferentemente das cadeias convencionais.

Pensando em um modelo de agroindustrialização tendo como base contextos locais, é visto que a uma redução de uma série de custos, sobretudo o custo de transportes dada pela proximidade de matérias primas a estrutura das agroindústrias, a qual irá valorizar os aspectos locais relacionado à cultura da atividade de agroindustrialização (PREZOTTO, 2002). A valorização dos produtos da agricultura familiar e conseqüente valorização de um determinado local, leva ao entendimento que o território e seus recursos locais é um importante fator para buscar o desenvolvimento territorial sustentável, não apenas por seus aspectos temporais e setoriais (ABRAMOVAY, 2003).

É notório perceber que a agregação de valor é uma das principais estratégias de inserção dos agricultores no mercado, sobretudo uma maneira de aumentar a rentabilidade das famílias. Como vários autores já constataram em seus estudos. Wilkinson (2008), Mior (2007), Wesz (2009), dentre outros.

Importante perceber neste contexto, conforme já foi discutido que a utilização dos recursos locais pelos atores, atua como uma estratégia para agregar valor nos produtos, uma vez que permite uma maior diversidade de produtos a serem oferecidos no mercado. De acordo com Ploeg (2003) a capacidade desses atores em diversificar a oferta de produtos e serviços e construir novos mercados se configura enquanto um aspecto potencializado de desenvolvimento rural. Neste sentido, esse potencial é visto pelo processo desses atores em acessar os mercados a partir de uma nova lógica de construção para acessá-los.

Em suma, a agroindustrialização familiar rural é apontada como um caminho para a reprodução social da agricultura familiar, no sentido de permitir a construção de um desenvolvimento rural, com maior autonomia dos agricultores familiares nas tomadas e escolhas de decisões em seus projetos de vida.

4.2 Perfil da produção da agroindústria rural no Brasil: análise da mesorregião oeste do Paraná e da microrregião de Foz do Iguaçu

Neste tópico realizamos uma análise do perfil da agroindústria rural no estado do Paraná, tendo como foco a Mesorregião Oeste Paranaense e na Microrregião de Foz do Iguaçu, onde se localiza o universo da pesquisa de campo. Não foi considerado os dados municipais porque existem poucas agroindústrias e, quando o número é menor a três, os dados não são divulgados por sigilo. Nesse sentido, a menor escala geográfica utilizada foi a microrregião, para não comprometer a análise dos dados e a sua apresentação.

Este exercício de análise da agroindústria rural via dados do Censo Agropecuário de 2006 permite conhecer o contexto da atividade de processamento, sua relevância para agricultura familiar e os principais produtos da agroindústria rural artesanal na área de estudo. As variáveis a serem estudadas dizem respeito a comercialização, transformação e produção. Analisam-se os seguintes produtos: doces e geleias; legumes e verduras; pães, bolos e biscoitos; queijo e requeijão; e embutidos. Limitou-se a estes produtos porque são típicos da agricultura familiar na região.

Na tabela 2 é possível perceber que a produção de queijo e requeijão foi a que teve maior número de informantes (5.614) no Paraná, seguido pela produção de pães, bolos e biscoitos (2.839) e pela produção de embutidos (1.009). Na Mesorregião Oeste do estado a produção de queijo e requeijão também lidera (1.108), tendo em segundo lugar a produção de embutidos (253) e seguido pela produção de doces e geleias (129). Na escala microrregional, a quantidade de informantes segue sendo liderada por queijos e requeijão, com 363 informantes, seguidos pela produção de pães, bolos e biscoitos (22) e de doces e geleias (27).

Analisando a totalidade do número de informantes e a principal linha de produtos da agroindústria rural, verifica-se que desde a escala estadual até a microrregional é a produção de queijos/requeijão e pães/bolos/biscoitos onde há um maior número de informantes.

Tabela 2: Agroindústria rural por produto e origem da matéria-prima

	Produtos	Número de informantes	Matéria prima total (própria + adquirida de terceiros) em toneladas	Matéria-prima própria (%)	Matéria-prima adquirida (%)
PARANA	Doces e geleias	636	203	91.1 %	8.9 %
	Pães, bolos e biscoitos	2839	771	45.0 %	55.0 %
	Queijo e requeijão	5614	1059	55%	45%
	Embutidos	1009	384	54.9 %	45.1 %
MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	Doces e geleias	129	33	66.7 %	33.3 %
	Pães, bolos e biscoitos	101	79	49.4 %	50.6 %
	Queijo e requeijão	1108	735	91.3 %	8.7 %
	Embutidos	253	48	52.1 %	47.9 %
MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU	Doces e geleias	27	24	79.2 %	20.8 %
	Pães, bolos e biscoitos	22	211	66.4 %	23.7 %
	Queijo e requeijão	363	323	92.0 %	8.0 %
	Embutidos	16	17	11.8 %	88.2 %

Fonte: Censo Agropecuário – 2006

Analisando a quantidade produzida de matéria-prima própria com relação à quantidade das adquiridas nos produtos selecionados (Tabela 2), no estado do Paraná o queijo e requeijão com possuem a maior porcentagem de matéria prima proveniente no próprio estabelecimento (55%). Nas outras escalas estudadas esse valor é ainda maior, alcançando 91,3% na Mesorregião Oeste e 92% na Microrregião de Foz do Iguaçu. Com esses dados podemos perceber maior inserção da agricultura familiar na elaboração de produtos como o queijo, o requeijão e derivados do leite em geral.

Ao analisar a origem da matéria-prima de panificados na escala da mesorregião (Oeste paranaense) e microrregião (Foz do Iguaçu), verifica-se que a matéria prima adquirida de terceiros é maior em relação à própria. Isso mostra que os agricultores familiares não possuem domínio sobre toda a cadeia de produção de panificados, uma vez que para o processamento do trigo exige certa complexidade, o que estimula a sua compra e o maior envolvimento com as etapas finais da cadeia produtiva.

Para linha de produtos de queijo e requeijão, na Mesorregião Oeste Paranaense a quantidade produzida com matéria prima própria supera a quantidade com matéria prima adquirida, o mesmo valendo para a escala micro, como pode ser observado no. Esses produtos, que possuem grande representatividade nas atividades de agroindustrialização na região, utilizam para o processamento produtos que são retirados da própria unidade de produção, os quais são usados para agregação de valor. Como foi discutido acima, como base na bibliografia

especializada, a transformação de recursos do próprio estabelecimento permite aos produtores ter domínio de toda a cadeia de produção.

Em relação ao destino dos panificados processados em agroindústrias rurais, de acordo com os dados censo agropecuário (2006) a região oeste paranaense destinou a maior parte à venda direta ao consumidor (50% do total da quantidade de vendida). Isso pode ser explicado pelo fato da região historicamente possuir muitas famílias que já produziam e processavam informalmente esses produtos e comercializam direto com consumidores, por meio de vendas a domicilio – como apontaram Pelegrini e Gazolla (2008) para o Rio Grande do Sul. Outro importante destino da produção são os intermediários (com 45% da produção vendida), além de acessarem os mercados institucionais como PAA (Programa de Alimentação Escolar) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Vale destacar que estas vendas ao governo, via PAA e PNAE, devem ter aumentado nos últimos anos, mas não puderam ser captadas nos dados de 2006. No caso dos panificados, um cenário semelhante ocorre na Microrregião de Foz do Iguaçu.

Na linha de doces e geleias, Paraná totalizou 639 estabelecimentos informantes, sendo que 20,02% estão na Mesorregião Oeste Paranaense, que vendem um total de 28 toneladas, das quais 21 pertencem a Microrregião de Foz do Iguaçu. Com relação aos destinos de vendas na Mesorregião Oeste, 57% da produção foi vendida a intermediários e 43% direto ao consumidor. Na escala da Microrregião de Foz do Iguaçu a quantidade vendida a intermediários também supera a quantidade que foi vendida ao consumidor com 76% do total (IBGE, 2006)

Na Mesorregião Oeste Paranaense o queijo/requeijão são processados em 1.108 estabelecimentos, totalizando 627 toneladas vendidas. No que se refere aos canais de comercialização, tem destaque a venda direta ao consumidor (52%), seguida por intermediários (46%). Na Microrregião de Foz do Iguaçu também se destaca a comercialização desses produtos diretamente ao consumidor (54% do total de vendas), seguido pelos intermediários (46%) (IBGE, 2006).

Conforme Wilkinson (2008), Mior (2007) e Prezotto (2002), a falta de padronização nas etapas produtivas, a produção de baixa escala e algumas questões legais são algumas das dificuldades que as agroindústrias familiares encontram na comercialização de seus produtos. Em decorrência desses entraves, temos a venda direta aos consumidores como uma alternativa para comercialização dos produtos. Por outro lado, o número de consumidores que busca uma alimentação saudável por meio de produtos artesanais, locais e com técnicas de produção diferenciadas, cria

um nicho alternativo para comercialização dos produtos das agroindústrias rurais diretamente ao consumidor.

Vale ponderar que a venda direta ao consumidor é aquela que acontece entre o produtor e o consumidor final sem intermediários, que pode ocorrer por meio da venda dos produtos em feiras livres através de vendas nas ruas, casas ou locais de trabalho dos consumidores, na própria agroindústria ou casa dos agricultores. A comercialização direta aos consumidores é considerada um ambiente de participação social entre agricultor e consumidor na medida em que se estabelecem relações de proximidade entre eles.

Estes mercados são caracterizados como cadeias curtas, reiterando aqui a importância dos circuitos curtos no desenvolvimento local (WILKINSON, 2003). A análise dos dados do Censo Agropecuário permitiu conhecer a importância e expressividade das agroindústrias no espaço rural paranaense, com desta que a Mesorregião Oeste e Microrregião de Foz do Iguaçu. Outra característica refere-se ao destino das vendas dos produtos, com evidência à venda direta ao consumidor, que integra os circuitos curtos de produção e consumo, que são importantes para a dinamização da economia local e oferta de alimentos saudáveis e de origem conhecida aos consumidores.

4.3 Perfil das agroindústrias rurais cadastradas no programa “Fábrica do agricultor na microrregião de Foz do Iguaçu no âmbito da feira de sabores/Emater”

Como já descrito na literatura, a transformação e processamento de matérias primas surge como uma alternativa para pensar a reprodução social e econômica da agricultura familiar. Na maioria das vezes, a emergência das agroindústrias familiares refere-se a iniciativas particulares, potencializadas pela oportunidade de agregação de valor aos produtos e matérias primas do espaço rural. Outro aspecto a destacar neste cenário, é a agroindústria, enquanto uma atividade que permite complementar a renda das famílias com outras obtidas dentro do escopo da propriedade. Neste sentido, a constituição da agroindústria familiar surge enquanto uma atividade de produção e transformação de alimentos que faz parte do cotidiano dos agricultores familiares.

O quadro 5 refere-se ao nível de escolaridade dos titulares das agroindústrias pesquisadas, observa-se que a maioria possui ensino fundamental incompleto, correspondendo a 37,5%. Os que frequentaram o ensino médio completo corresponde a 25% do total dos pesquisados. O ensino superior, foi cursado por 12,5% dos titulares. Conhecer o nível de escolaridade é importante pois reflete em outros aspectos que envolvem o gerenciamento, inovações e tomadas de decisões na propriedade.

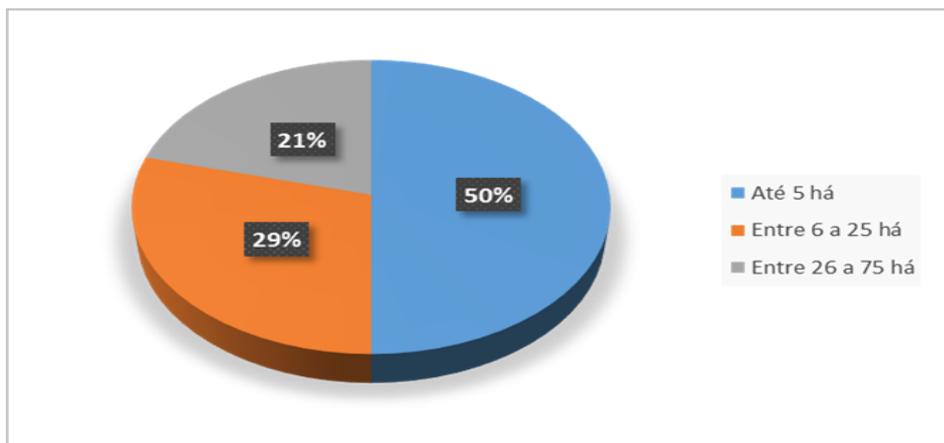
Quadro 5: Nível de escolaridade dos titulares das agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu

	Frequência	Porcentagem
Ensino fundamental completo	5	20,8%
Ensino fundamental incompleto	9	37,5%
Ensino médio completo	6	25%
Ensino médio incompleto	1	4,2%
Ensino superior	3	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A região de estudo é constituída por propriedades com pequenas áreas de terra, conforme o gráfico 2, sendo que 79,2% dessas propriedades são compostas por até 25 ha. Entre os agricultores familiares pesquisados, 50% possuem propriedade com até 5 ha. Já para, 29% o tamanho da propriedade corresponde entre 6 a 25 ha, 21% dessas unidades produtivas são compostas por áreas com uma extensão entre 26 a 75 ha.

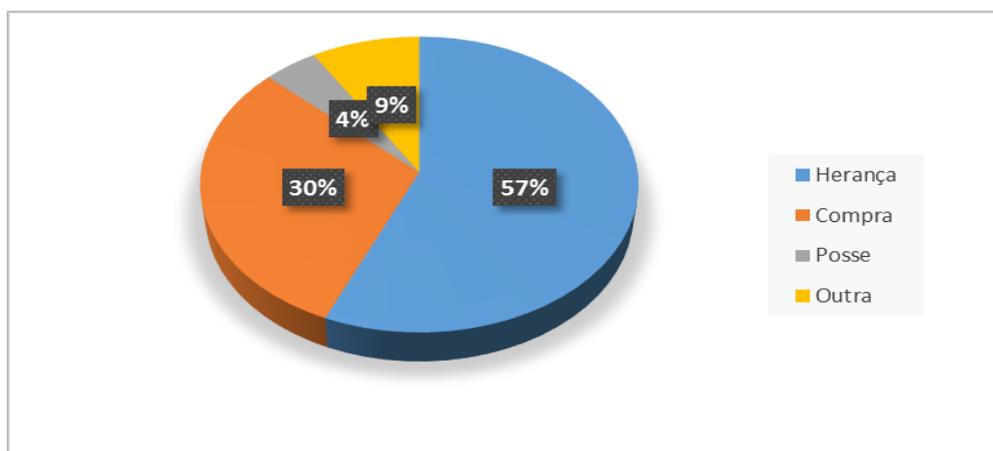
Gráfico 1: Grupos de área total em hectares das propriedades pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quanto a forma de aquisição da propriedade é relativamente diversificada. Entre os agricultores entrevistados, 57% receberam a terra mediante herança, 30% por meio da compra, 9% possuem por meio de posse e o restante 4% corresponde a outras formas de aquisição como arrendamento ou parceria, como observa-se no (gráfico 2).

Gráfico 2: Forma de aquisição da propriedade das famílias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A linha de produtos das agroindústrias pesquisadas (tabela 3) é bastante variada, do total da amostra pesquisada, 3 derivados de cana de açúcar, 1 de lácteos, 2 de embutidos e produção animal, 6 de frutas e hortaliças e 12 de panificação. Nesta amostra também encontramos 1 agroindústria de mel e uma de vinho e licores.

Tabela 3: Linha de Produção agroindustrial pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.

Linha de produtos	Nº de Agroindústrias
Derivados de cana de açúcar	3
Lácteos	1
Embutidos e produção animal (carnes)	2
Frutas e hortaliças	6
Panificação	12
Outros	2

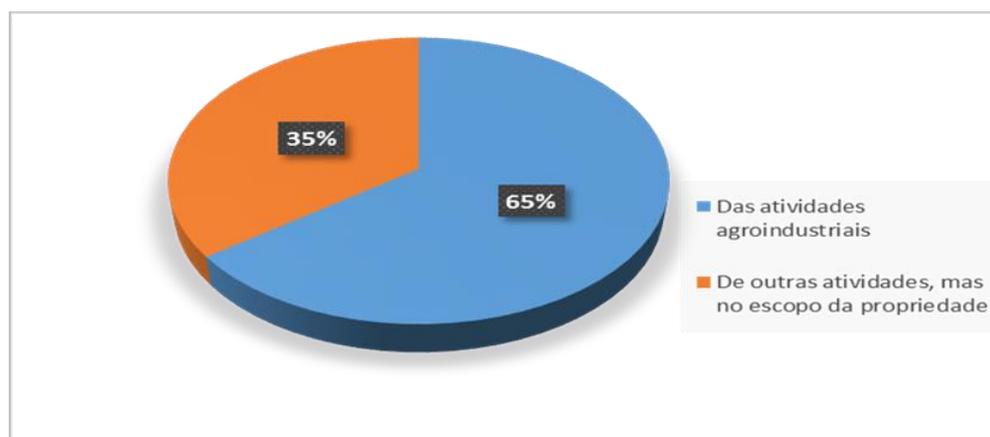
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: A categoria outros, refere-se a agroindústria de mel, vinhos e licores.

As agroindústrias familiares se constituem em atividades não agrícolas, dentro do escopo das propriedades rurais. Muitos pesquisadores da atualidade, já constataram em seus estudos o papel que essas atividades representam na composição de renda e dinâmicas de oportunidade e trabalho para o desenvolvimento rural. Contudo, Kautsky (1980) e Chayanov (1981) já apresentavam reflexões em relação ao *trabalho acessório* e as atividades não agrícolas entendidas como estratégias utilizadas para produtores familiares como uma maneira de obtenção de renda e inserção econômica.

Em relação a principal fonte de renda na propriedade conforme (gráfico 4), 83,3% dos entrevistados responderam que vem das atividades agroindustriais, esse número confirma a importância da agroindústria na geração de renda e consequentemente aumento em relação a qualidade de vida da família, assim como um meio de gerar empregos no espaço rural. Outro ponto observado neste dado é o fato da dedicação praticamente exclusiva por parte das famílias na atividade agroindustrial, considerado como um fator condicionante para aspectos de agregação de valor nos produtos e melhor obtenção da renda. Já 16,7% responderam que origem da renda na família vem de outras atividades no interior da propriedade. Essas outras atividades desenvolvidas no interior das propriedades na maioria das vezes referem-se à produção de hortaliças, frutas e criação de animais.

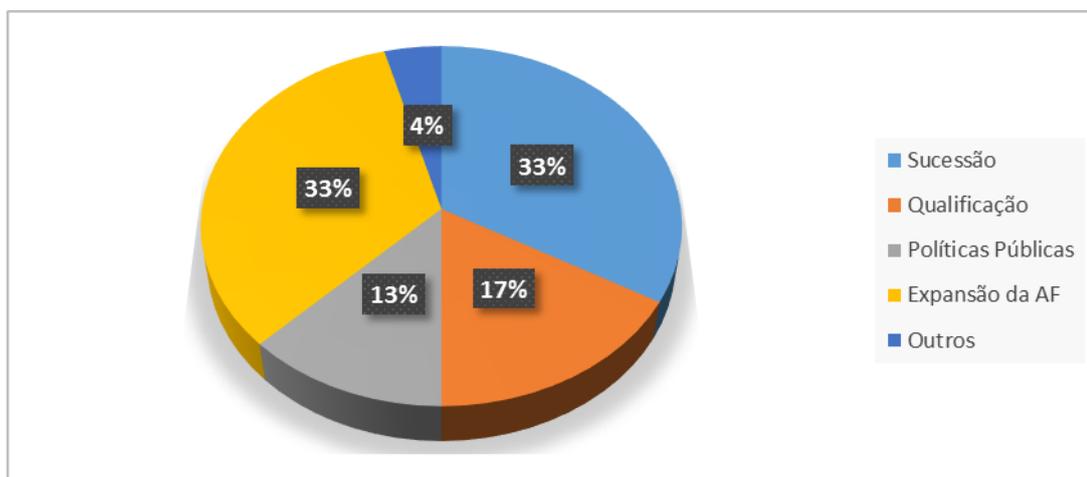
Gráfico 3: Fonte de renda das famílias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Na maioria das agroindústrias pesquisadas, percebemos que o processo de transformação e processamento de alimentos é uma atividade que é passada de pai para filho, trazendo nesse debate a importância da sucessão familiar, essa perspectiva aparece nos dados das entrevistas de campo, quando questionados quais seriam os condicionantes conforme o (gráfico 4) para continuar com as atividades de agroindustrialização do total de dos entrevistados na pesquisa 33% respondeu a sucessão familiar como um principal fator, em seguida, 33% apontaram como condicionante para se manterem na atividades de processamento irão depender do processo de expansão da agroindústria.

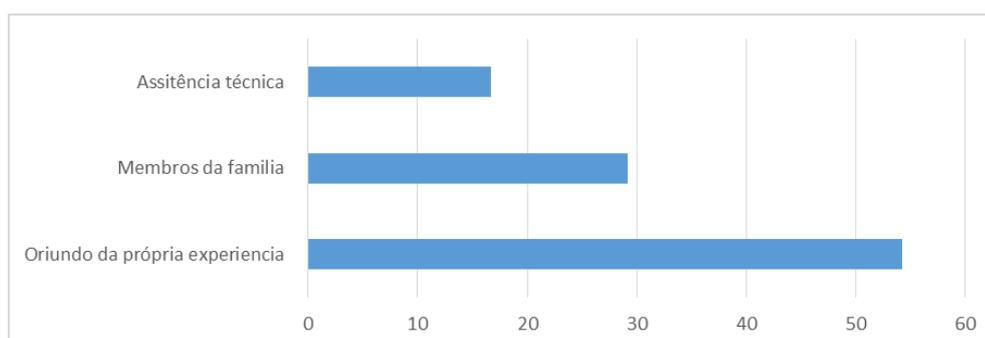
Gráfico 4: Condicionantes para continuar com as atividades agroindustriais pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na mesorregião Oeste do Paraná.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Da amostra investigada, 54,2%, isto é, 13 pessoas responsáveis pela agroindústria, responderam que o conhecimento para iniciar as atividades de processamento de alimentos foi oriundo da própria experiência, seguidos por 29,2% que responderam que o conhecimento foi repassado por membros da família, esses dois aspectos reforçam o debate geracional no interior desta atividade de produção e vem a confirmar o que muitos pesquisadores já constataram em seus estudos, o fato que a transformação e processamento de alimentos é uma tradição que ocorre no interior das famílias rurais. Dessa amostra pesquisada, 16,7% responderam que adquiriram esse conhecimento através da assistência técnica pela EMATER, esse dado é muito importante ao considerarmos a importâncias dos órgãos públicos para do incentivo ao desenvolvimento socioeconômico, conforme o gráfico 5.

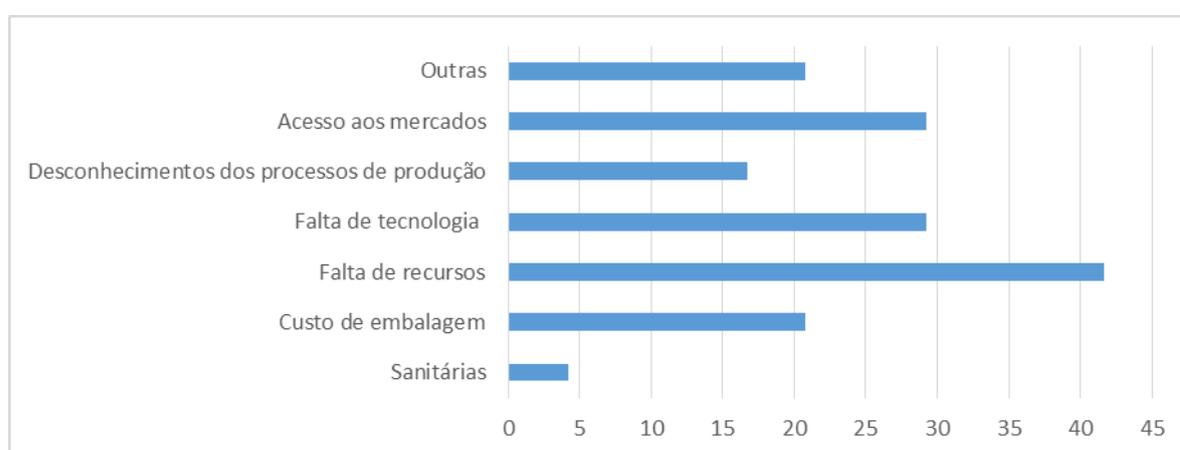
Gráfico 5: Conhecimento para iniciar a atividade de processamento dos produtos na agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Com a finalidade de perceber as principais dificuldades que os agricultores enfrentam na implementação das agroindústrias, (gráfico 6) observamos que 41,7% dos entrevistados consideram a falta de recursos o principal fator de dificuldade, aqui os recursos, se referem ao capital necessário. O segundo fator que eles apontaram na lista, foi a falta de tecnologia, referindo-se as máquinas utilizadas no processamento das matérias primas, correspondendo a 29,2%. Outros aspectos que apontaram em relação as dificuldades foi o acesso aos mercados com 29,2%.

Gráfico 6: Dificuldades na instalação das agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz Iguaçu.

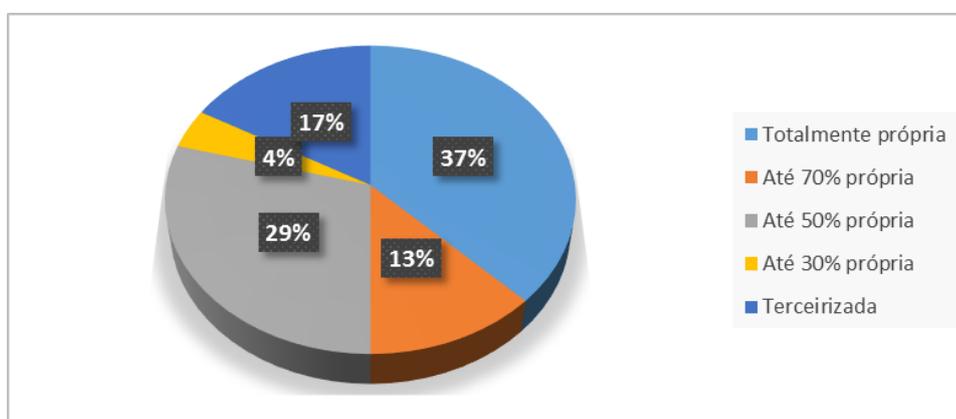


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Em relação a matérias primas utilizadas para o processamento dos produtos nas agroindústrias pesquisadas, de acordo com o (gráfico 7) 37% é exclusivamente de origem da propriedade, totalmente própria, 13% utilizam até 70% próprias, 29% utilizam até 50% de matérias primas próprias. Importante destacar neste aspecto que ocorre uma certa preocupação quando a matéria prima é adquirida de fora da propriedade ou da comunidade em que ela está inserida, pois neste casos o agricultor passar a fazer parte de um processo mercantil que pode envolver um certo risco do ponto de vista de sua reprodução social, pois de acordo com Ploeg (1992) neste processo de mercantilização ocorre uma determinada dependência social e econômica do agricultor com esses fornecedores de matérias primas, pois na maioria das vezes os preços seguem uma lógica do mercado convencional, dessa forma o agricultor familiar passa enfrentar alguns problemas como: custo alto na compra das matérias primas, perda de autonomia, fornecimento de matérias primas sem garantia de qualidade.

A origem e utilização da matéria-prima é um dos aspectos que integra os termos e condições do perfil dos estabelecimentos que enquadra o agricultor familiar no PFA, de acordo com o Decreto Estadual nº 3.927/2004, o agricultor familiar não pode realizar atividades de processamento com uma quantidade de matéria prima superior a 50% que não seja de origem do próprio estabelecimento. O PFA está orientado na caracterização da agricultura familiar Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual delimita a área em até 4 (quatro) módulos fiscais, estabelece que a mão de obra e gestão da propriedade rural sejam predominantemente da família e ainda que a renda seja obtida pelas atividades desenvolvidas no interior da propriedade.

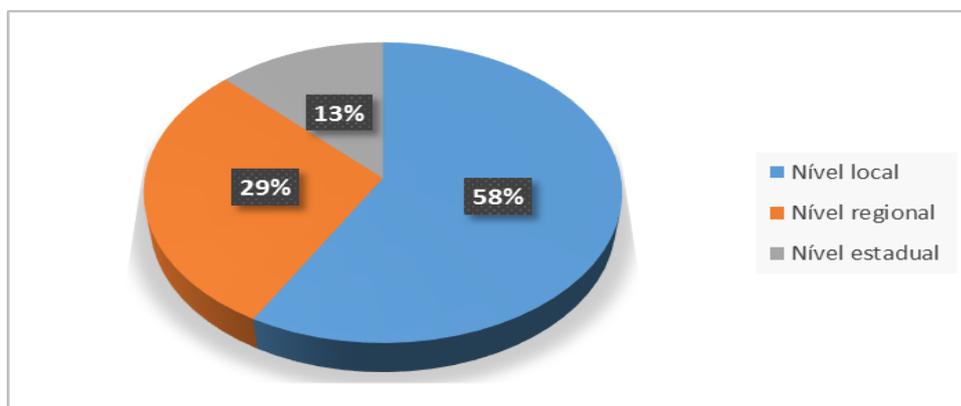
Gráfico 7: Origem de matérias primas pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Em relação a escala de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, conforme o gráfico 8, aponta que a maioria com 58% comercializa seus produtos a nível local, ou seja, no próprio município onde está localizada a agroindústria. Já 29% comercializam seus produtos a nível regional, em outros municípios da região Oeste do Paraná. Do total dos entrevistados 13% responderam que comercializam seus produtos em uma escala de nível estadual.

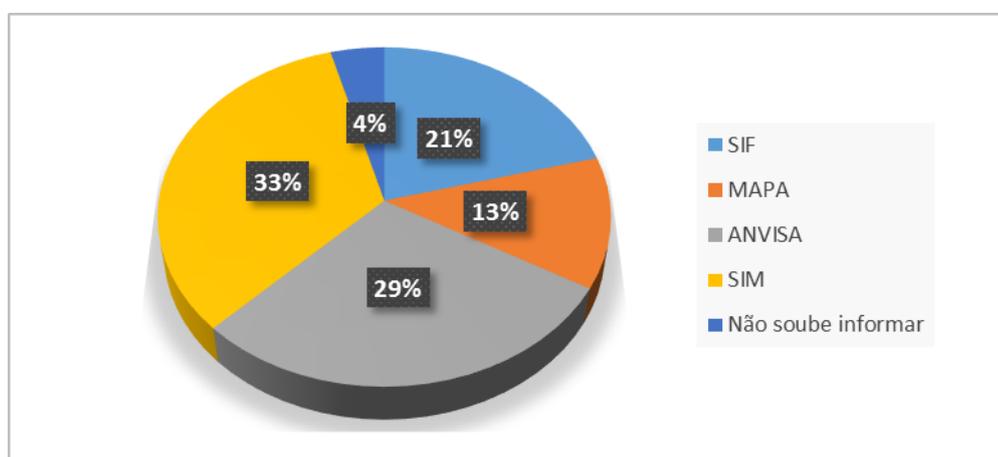
Gráfico 8: Escala de comercialização dos produtos da agroindústria familiar pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Dentre as agroindústrias pesquisadas, 29% apontaram como existentes em seus produtos o registro sanitário da ANVISA. Já com maior destaque aponta como 33% detém o registro Serviço de Inspeção Municipal – SIM (Gráfico 9).

Gráfico 9: Registros Sanitários das Agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.

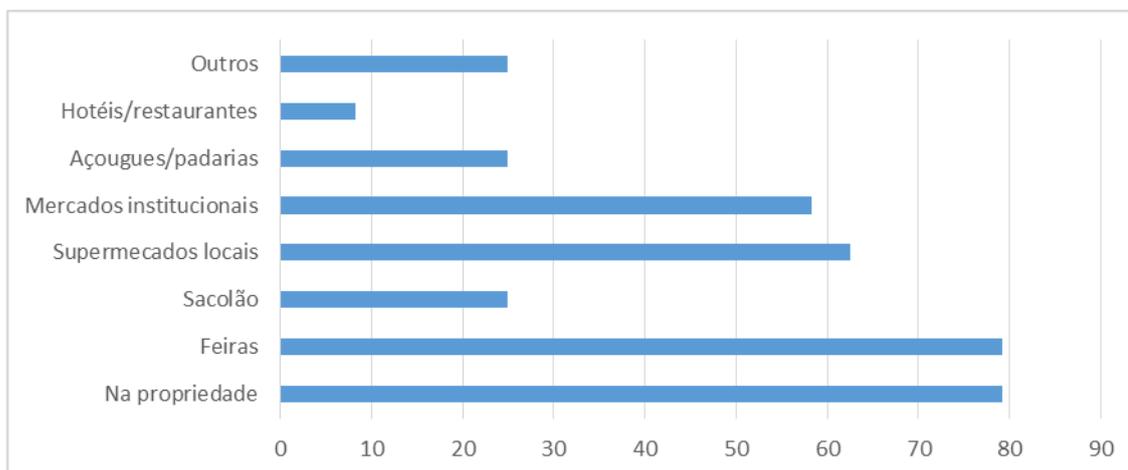


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

As agroindústrias distribuem seus produtos em variados canais de comercialização ao mesmo tempo, como demonstra o (gráfico 10). O que observamos no gráfico, que os principais canais acessados são em sua maioria os informais, como a venda direta na propriedade correspondendo a 79,2%, configurando no principal canal acessado pela maioria das agroindústrias, o segundo canal informal mais acessado refere-se as feiras com um total 75%. Nos mercados formais, o mais acessado e os supermercados locais com 62,5%, em seguida os institucionais (PAA

e PNAE) com 58,3%. O acesso a esses canais geralmente depende das redes que as famílias estão imersas.

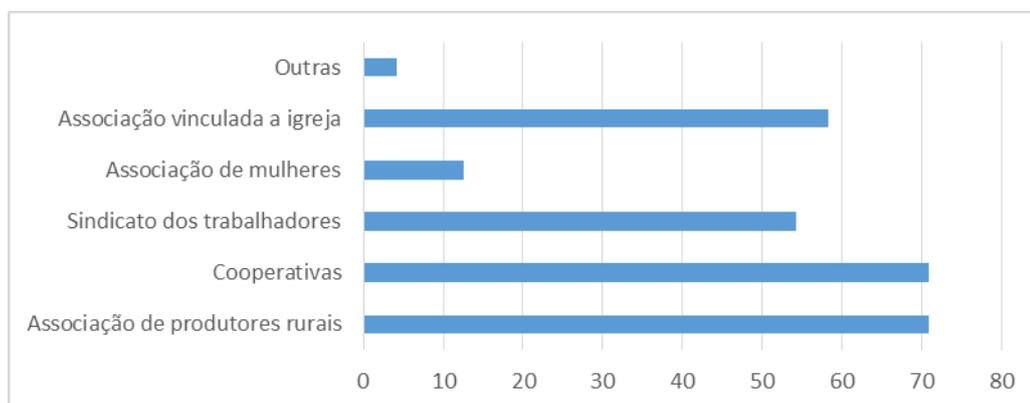
Gráfico 10: Canais de comercialização dos produtos das Agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Sobre as relações (gráfico 11) que as agroindústrias estabelecem com a comunidade externa, 70,8% estão vinculados a associações de produtores familiares e cooperativas. Do total da pesquisa 13 agroindústrias, correspondendo uma porcentagem de 54% estão vinculadas ao sindicato rural, 58,3% fazem parte de associação vinculada a igreja da comunidade, 12,2% estão vinculadas a associação de mulheres.

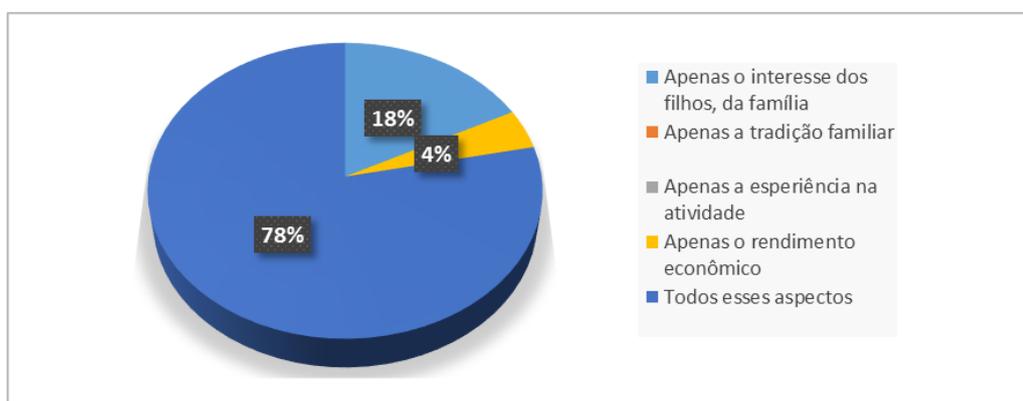
Gráfico 21: Relação com a comunidade local das Agroindústrias pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor na Microrregião de Foz do Iguaçu.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Conforme o gráfico 12, 17,4% dos agricultores responderam que levam em consideração apenas o interesse da família; e 4,3% afirmaram que tomam decisões apoiadas apenas no quesito de rendimento econômico. Porém 78,3% consideram, além dos aspectos citados, a tradição familiar e a experiência acumulada na agroindústria. Existe variadas razões que levam as tomadas de decisões no âmbito da agricultura familiar, principalmente sobre o que produzir, no presente grupo de agricultores pesquisados a lógica familiar é um dos principais fatores no processo de definição da maneira como o trabalho será realizado.

Gráfico 12: Aspectos que o agricultor familiar considera ao tomar decisões sobre as atividades de produção



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A microrregião de Foz do Iguaçu, é uma região que se caracteriza pela presença de grandes cooperativas e agroindústrias convencionais desde os anos 70. Em contrapartida, destaca-se um avanço na consolidação e emergência de agroindústrias de base familiar, sobretudo, a partir da década de 90. Em análise dos dados levantados por meio do questionário semiestruturado, percebemos que a prática de elaboração e transformação de alimentos na maioria das agroindústrias analisadas apresentam um aspecto geracional.

Desse modo encerramos a análise dos dados referentes a caracterização das agroindústrias familiares, sua produção motivação, dificuldades e comercialização, dos Municípios que obtemos dados a nível de Microrregião de Foz do Iguaçu.

De modo geral percebemos nesta análise tanto do ponto de vista teórico quanto empírico que o processamento de alimentos é uma marca histórica da agricultura familiar nesta região, tornado se um importante mecanismo estratégico para viabilizar a reprodução social e econômica das famílias rurais, fazendo com que esse tema

apareça como linha de frente estratégica nos processos e programas de desenvolvimento rural, como é o caso do Programa Fábrica do Agricultor.

No capítulo seguinte, analisaremos com maior profundidade sob a luz das perspectivas teórica metodológicas elencadas no capítulo 3 as agroindústrias de um dos municípios que compõem a amostra da pesquisa a nível da Microrregião de Foz do Iguaçu.

5 SEGUINDO OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA ARENA DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Neste capítulo discutiremos os resultados da pesquisa de campo que realizamos no município de Foz do Iguaçu onde procuramos responder o último objetivo proposto nesta pesquisa que é de analisar como se constituiu as redes e as relações dos múltiplos atores envolvidos no Programa Fábrica do Agricultor Essa análise se dará sob a ótica das teorias analíticas que apresentamos no capítulo 3 onde procuramos discutir e refletir como os produtores respondem aos processos de intervenção para o desenvolvimento rural considerando o contexto da agroindústria familiar.

5.1 Caracterização das agroindústrias investigadas em Foz do Iguaçu- PR

Esta sessão procuramos descrever como ocorreu o surgimento e motivações das agroindústrias investigadas *in loco*, ao mesmo tempo identificar a capacidade de agencia dos produtores envolvidos com a agroindustrialização. É importante ressaltar que para nossa pesquisa estamos considerando a agroindustrialização enquanto um processo de intervenção para o desenvolvimento rural, neste contexto ao entendermos a capacidade de agenciamento dos produtores nos permitirá analisarmos e compreendermos esse processo na integra.

Mais do que descrever os atributos característicos das agroindústrias com base em seus relatos procuramos identificar e analisar as nuances existentes nas relações de interface do PFA.

Quadro 6: As quatro agroindústrias investigadas, ano de criação e principais produtos produzidos pesquisadas vinculadas ao programa Fábrica do Agricultor no Município de Foz do Iguaçu.

Agroindústria	Ano de implantação	Produtos
Berlanda	2010	Pão caseiro, Pão integral, bolacha, geleias, licores.
Delicias da Vovó Mailde	2009	Pão caseiro, pão integral, bolacha
Reb Massas	2016	Pão caseiro, Pão integral, Bolachas, macarrão caseiro
Sabor da roça	2011	Pão caseiro, pão integral, bolachas

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

A **agroindústria Berlanda**, é administrada pela agricultora **If** que tem mais de 60 anos, viúva, tem seis filhos, uma de suas filhas e um genro a auxiliam nas atividades de processamento. A propriedade rural pertence a família, a forma de aquisição da propriedade aconteceu mediante posse com uma área de aproximadamente 32 *ha*, a agroindústria possui um tempo de existência de 13 anos. Além das atividades da agroindústria a família cultiva hortaliças e frutas e possui criação de galinhas, parte dessa produção é destinada para o consumo da família e matérias primas para os processamentos dos produtos na agroindústria e excedente é comercializado.

A proprietária faz parte da Associação de Produtores Familiares de Foz do Iguaçu (APROFOZ) ela é uma das fundadoras da associação, possui outras relações com a comunidade local fazendo parte de associações de mulheres e da igreja. Recebe assistência técnica da Biolabore via COAFASO. Comercializa alguns dos seus produtos no PAA e PNAE, participa de feiras específicas da agricultura familiar no município.

Com base nos relatos da proprietária o saber fazer e o apoio técnico de um extensionista foram os principais motivos que a levaram a criação da agroindústria, como podemos verificar abaixo no relato da produtora:

Mas eu sempre fiz essas coisas, mas fazia para casa para algumas visitas, para os vizinhos, fazia bastante bolo de casamento e tal, mas nunca tinha surgido a ideia de fazer uma agroindústria nem sabia que era isso (Entrevista agroindústria Berlanda, Pesquisa de campo, Linhas 06-09).

Em relação aos principais desafios iniciais das atividades da agroindústria, foram a falta de conhecimento em relação aos processos de fabricação e normatização em relação a rotulagem dos produtos.

Outra experiência analisada refere-se a **agroindústria RB Massas** que está localizada no espaço rural de Foz do Iguaçu, dentro de uma propriedade de 25 *ha* arrendada pela família. As atividades de processamento por meio da agroindústria já ocorrem na propriedade há três anos. A família decidiu ingressar nas atividades de agroindustrialização, a partir de incentivos de outras instituições de assistência técnica da Emater e da Coafaso. Na propriedade residem **Gf** quem foi entrevistada, seu marido e dois filhos de três anos de idade. Hoje, a principal fonte de renda da família é oriunda da agroindústria e da venda de hortaliças. A linha de produtos da agroindústria, basicamente consiste em pães, cucas e bolachas e macarrão. Em relação às matérias primas, 70% é de origem própria.

Atualmente a agroindústria recebe assistência técnica da Biolabore via convênio com COAFASO. A agroindústria está associada a APROFFOZ, tem relação com o sindicato rural e associação da comunidade, comercializa seus produtos através do PAA, PNAE e por meio de vendas diretas na propriedade.

A família acessa outras políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, como o PRONAF como meio de investimento na propriedade.

A agroindústria **Sabores da Roça** é administrada pela agricultura e proprietária **ISf** casada tem uma filha. Possui ensino médio completo, tem 52 anos de idade. Sua propriedade está localizada na comunidade rural Vasco da Gama em Foz do Iguaçu, com tamanho entre 20 *ha*. As atividades no processamento de panificados ocorrem na propriedade há mais de 10 anos. De acordo com a proprietária ela começou as atividades de processamento em uma agroindústria comunitária que tem na comunidade, só depois de alguns anos ela montou sua própria agroindústria, até então ela trabalhava com a produção e venda de hortaliças.

A agroindústria **Delicias da vovó Mailde**, assim como a Berlanda já possui um tempo de existência maior, tendo um maior histórico na atividade de agroindustrialização. De acordo com a entrevistada antes da implementação e início da atividade de processamento de panificados a família trabalhava com a produção de hortas e realização de feiras no espaço cedido pela prefeitura do município. Sua propriedade possui entre 25 *ha*. Segundo a entrevistada a agroindústria não se constitui na principal fonte de renda da família, os principais produtos processados na

agroindústria se constituem de pães, bolachas e biscoitos a maior parte da matéria prima para o processamento desses produtos e oriunda da própria propriedade.

Observamos nas entrevistas realizadas que em todas as agroindústrias descritas a motivação para iniciarem as atividades de agroindustrialização apareceram mediante dois fatores: o primeiro está no processo do saber fazer, conhecimento comumente passado e repassado entre gerações; o segundo fator que aparece em suas falas é a ação da assistência técnica, a qual teve um papel essencial para o início desses empreendimentos, onde as agricultoras receberam capacitações, orientações e cursos preparatórios específicos os quais foram ofertados por diversas instituições como Emater, Senar, Biolabore, entre outras. Esses fatores relacionados ao conhecimento para iniciar e conduzir as atividades na agroindústria também foram encontrados por Mior (2005) e Pelegrine e Gazolla (2008) em estudos envolvendo outras agroindústrias familiares.

Em todas agroindústrias a utilização de matérias primas segue o mesmo padrão, uma vez que procuram utilizar de tudo que está disponível dentro de suas propriedades, como frutas, leite, ovos e outros.

5.2 A Emater como ator mundo traduzindo a perspectiva de intervenção para o desenvolvimento rural

Seguindo a trajetória entre os múltiplos atores envolvidos na arena do Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu, sobretudo dos atores os quais tivemos a oportunidade e disponibilidade de investigar, percebemos que o conjunto de relações diretas e indiretas que são estabelecidas pelas agroindústrias se constitui em uma interface entre Emater/Programa PFA, seu público e meta, e é por meio desta interface que ocorrem ações de intervenção para o desenvolvimento. Considerando essa perspectiva esses atores são tidos com agentes de desenvolvimento. No entanto, esses atores considerados agentes de desenvolvimento podem variar em função aos seus domínios de intervenção e suas habilidades competentes, como identificamos na pesquisa um variado grupo de atores, técnicos extensionistas, técnicos de fiscalização, nutricionistas, etc. Os quais são responsáveis por levantar as demandas, realizarem discursos, validar procedimentos específicos, auxiliarem e fiscalizar comportamentos e técnicas dos agricultores familiares.

Neste sentido de acordo com Alves (2008) o conjunto de uma determinada sociedade é formada por discursos, narrativas e variados dispositivos que estão

articulados e organizados pelos atores que fazem parte das redes, além do mais esses elementos são deslocados pelos próprios atores, assim como enxergamos na rede que identificamos na nossa pesquisa, a partir das relações que os atores estabelecem entre si.

Ao identificarmos os diferentes atores na rede e suas relações, conseguimos verificar os deslocamentos na rede, e enxergamos um ator em particular que atua mobilizando e articulando elementos em diversos campos na rede. No nosso caso esse ator específico é a própria instituição Emater que se constitui como ator mundo na rede, esse ator tem um papel essencial de mediação técnica e redefinição da rede, é esse processo de mediação que contribui para definir a realidade dos demais atores.

As mediações que são realizadas pelo ator mundo podem redefinir a realidade dos demais atores, desse modo essas novas configurações na realidade, tecem novos controles no interior da rede, fazendo que os atores se desloquem e descentram, dessa maneira, tecendo um novo ordenamento na rede.

Se olharmos para a constituição da rede da nossa pesquisa, veremos que o Emater assume uma posição de destaque uma vez que se configura em um ponto de passagem obrigatório para os demais atores. Esse ator mobiliza um conjunto de atores, (órgãos municipais, estaduais, escola, cooperativa, associação etc.) que irão formar uma rede sócio técnica em função dos seus objetivos.

Para analisarmos a Emater enquanto um ator mundo, é importante destacarmos suas principais estratégias de atuação e mecanismos de controle, a primeira ocorre desde da criação do PFA e se localiza no fato desse programa estar vinculado às diretrizes básicas da política agrícola do Paraná voltada para agricultura familiar, outra estratégia é o apoio no processo de legalização e formalização das agroindústrias familiares, visto que muitas agroindústrias na região atuam informalmente, e por último ao processo de capacitação, qualificação e acesso aos mercados. A partir dessas estratégias podemos enxergar a constituição da rede-sócio técnica que é formada pela Emater em torno do PFA.

Outro aspecto que chamou atenção em nossa análise é a própria logomarca do Programa, que também traduz os aspectos estratégicos dos objetivos que se propõem. Conforme podemos observar, no próprio nome do programa com a nomenclatura Fábrica trazendo a ideia de produção, remetendo assim a técnica, o desenho do agricultor com um chapéu e no fundo um prédio lembrando a ideia de uma indústria (fábrica) e operário capacitado.

Essas características do próprio logo do PFA, bem como a lista de objetivos apresentados no quadro 3, permite que observamos como que a Emater se coloca em uma posição estratégica na rede, reafirmando alguns elementos essenciais presentes em sua proposta que é de “apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção”.

Ao assumir esse posicionamento podemos entender como que através do PFA a instituição tece suas estratégias e dinâmicas para se colocar como ator mundo na rede. Pois ela se configura em um processo que congrega os demais atores, a Emater é a rede em si que articula os outros atores, ela se converte em tradução para a solução dos problemas de geração de renda dos agricultores, assim na sequência demonstraremos a constituição da rede que é mediada e certa medida articulada pelo ator mundo Emater.

5.3 A constituição da rede, os atores seus interesses e estratégias nas agroindústrias

Na descrição acima vimos como agroindústrias analisadas foram criadas, a partir dos relatos dos atores protagonistas desta pesquisa, demonstramos também aspectos de agenciamento no processo que envolve a constituição efetivação das atividades das agroindústrias. Observamos que a mobilização a constituição da organização dos produtores em Foz do Iguaçu, as relações de parentesco e de comunidade colocam em tela inúmeras questões, as quais orientam os processos de constituição da rede na arena do PFA e das formas de reprodução social e econômica dessas famílias.

Observando para questões como conflitos, mobilização, acesso a políticas públicas, projetos, unidades e formas de produção, tendo como base o princípio de simetria generalizada, que considerando a visão de seus autores possibilita a mesma forma de tratamento em relação ao conjunto da rede sociotécnica (CALLON 1998), considerando a dinâmica interna dessa rede.

Como observado na literatura a agroindústria familiar aparece como um mecanismo que permite as famílias envolvidas orientar seus processos de reprodução social e econômica, desse modo, considerando as reflexões a respeito desses processos Gazolla 2009 criou uma representação do que ele chama de condições alargadas dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares, a qual se constitui de cinco elementos principais que são:

A lógica familiar e proativa nos processos de construção de suas próprias estratégias e ações, uma base material e de recursos técnicos produtivos, diferentes processos de agregação de valor, a pequena média escala aliada a produção de alimentos diferenciados/com especificidades (novidades), e suas ligações sociais e econômicas com os mercados locais/proximidades e instituições (GAZOLLA, 2009 p. 78)

Tendo como base essa perspectiva, verificamos que a reprodução social das agroindústrias analisadas está diretamente relacionada às inter-relações dos múltiplos atores que estão inseridos na arena do PFA nessas condições. Importante ressaltar neste contexto, que as formas de reprodução social que se apresentam nesta pesquisa se inserem dentro do enfoque da ANT uma vez que a mesma considera esse processo como resultado de vários elementos de caráter social e técnico que inter-relacionam na rede.

Considerando este contexto, percebemos a variedade de formas de reprodução social que se desenvolvem nas dinâmicas que se estabelecem nas relações que são formadas, desse modo, constatamos a existência de uma interação intensa nas inter-relações e influências de alguns atores dentro da rede. Desse modo, a constituição de uma rede ocorre quando os atores possuem interesses mútuos e se estabelecem após a relação e posicionamento de seus objetivos o que resulta em pontos de passagem obrigatórios que são determinados pelo ator mundo, para os atores (LATOUR, 2000), assim sendo, que na constituição dessa rede a definição dos materiais que são mobilizados pelos atores das agroindústrias analisadas é transformada a partir das ações sociais e produtivas e até mesmo nas inovações que ocorrem com base nas interações de processos de aprendizagem, nas trocas de conhecimento do saber fazer dos atores, mesmo formais ou informais.

Desse modo, com identificação dos atores na constituição da rede sócio técnica que apresentaremos na sequência será possível compreender melhor esses pontos de passagem obrigatórios que são determinados pela Emater enquanto um ator mundo que executa o processo de tradução.

No sentido de melhor compreender a rede e os atores dessa pesquisa, e ressaltar as diferentes condições de reprodução social que originam das estratégias escolhidas pelas agroindústrias, percorremos a rede buscando observar os variados e distintos atores que de alguma forma ou de outra estabelecem relação com as agroindústrias analisadas. Seguindo a trajetória da rede identificamos diferentes organizações comunitárias, assim como governamentais e institucionais que dão assessoria as agroindústrias.

Optamos em priorizar os atores envolvidos na malha da organização e execução do PFA em Foz do Iguaçu, os quais irão compartilhar valores, conhecimento, experiências do cotidiano e até mesmo recursos, isto é, aqueles que causam efeito na rede, que a definem e são redefinidos por ela. Incluem os agricultores responsáveis pelas unidades de produção nas agroindústrias e suas representações locais, que no nosso caso refere-se a APROFOZ, comunidade da igreja e associação das mulheres que produzem panificados na comunidade, as instituições de assistência técnica, as instituições de formalização e qualificação das agroindústrias, importante ressaltar que cada ator possui seus interesses específicos e que “uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados” (MORAES, 2004. p. 322).

De modo que destacamos, os atores-chave, que retratam as conexões mais importantes entre si e com o PFA e os interesses e objetivos de cada grupo de atores no alcance de seus objetivos. Observamos também, que essas agroindústrias estão articuladas e conectadas as redes curtas e a redes longas, que ocorrem em função das políticas públicas, pela comercialização de seus produtos, por agências de fomento entre outros aspectos.

No sentido de priorizar os principais atores da rede suas relações, procedemos a seguinte sistematização:

- Os atores, agricultores, proprietários e a unidade familiar -Estes atores se categorizam como assentados rurais, agricultores familiares, herdeiros(a), em geral se caracterizam como os proprietários das agroindústrias suas ações estão direcionadas para subsistência familiar e reprodução social e econômica de suas famílias. Estes atores requerem necessidades e demandas específicas que orientam suas ações sócio produtivas relacionadas não apenas a atividade de agroindustrialização rural, como também a produção agrícola, acesso a crédito, acesso aos mercados, aos recursos tecnológicos etc.

Como esses atores atuam na lógica de garantir sua reprodução social enquanto uma necessidade de suas famílias, através das entrevistas percebemos que eles buscam inicialmente estabelecer vínculos na própria comunidade onde residem, seja por meio de laços de parentescos, ou de vizinhança e até mesmo grupo de agricultores, como ocorre na pesquisa, eles estão organizados em uma associação de produtores familiares do município conhecida como APROFOZ. Dessa forma eles constroem e mantêm relações de reciprocidade como, a implementação de uma

agroindústria comunitária, como relatou a proprietária da agroindústria Sabores da Roça que só começou a iniciar a atividade de processamento de alimentos por meio da agroindústria Delicias do Campo, uma unidade comunitária onde obteve conhecimento e motivação para criação de sua própria unidade de processamento em sua propriedade.

Ainda de acordo com os relatos da proprietária, pois o dia a dia na agroindústria, a troca de conhecimento com as mulheres que já tinham mais experiência com a atividade, e o contato da agroindústria com fornecedores e técnicos de extensão rural foi essencial para o fortalecimento de laços dentro da própria comunidade. No decorrer da descrição dos atores, analisaremos com mais profundidade como esses vínculos entre os diferentes atores na rede, se articulam aos processos produtivos e de formalização das agroindústrias irão se revelar como aspectos essenciais para compreensão da rede sócio técnica que temos em torno do Programa Fábrica do Agricultor.

Extensão rural e políticas públicas- A empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER) é uma das executoras de ações e práticas de ATER no município de Foz do Iguaçu, não apenas na temática de agroindustrialização rural, mas em outras linhas de temas que envolvem o protagonismo da agricultura familiar no espaço rural do Paraná.

Desde sua implementação e atuação em Foz do Iguaçu, a Emater por meio de seu escritório local, já realizava levantamentos como diagnósticos e características do contexto socioeconômico da realidade da agricultura familiar no município. Com a agroindustrialização de base familiar em pauta das áreas estratégicas da Emater, deu-se o início de identificação das atividades de agroindustrialização familiar existentes, nesse levantamento os dados apontaram a existência de muitas atividades de agroindustrialização de caráter não formal no Município, porém considerando as potencialidades das famílias envolvidas nessa atividade a Emater procurou realizar cursos de formação e qualificação em diversos temas em relação às práticas de produção nas agroindústrias. Aqui é uma das estratégias enquanto executora do PFA, sendo o ator mundo mobiliza uma série de elementos para viabilização da agroindustrialização rural pela agricultura familiar.

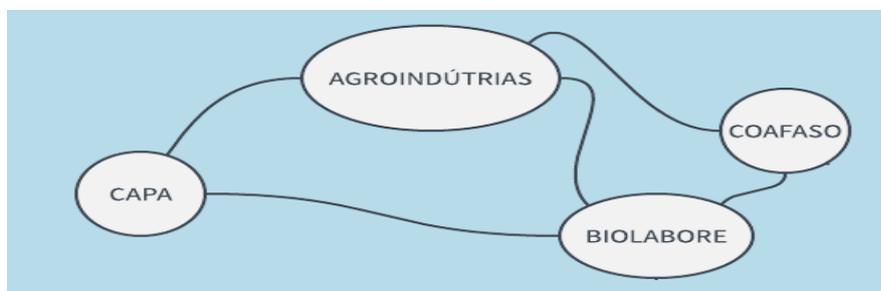
Essas ações acontecem em função das áreas temáticas estratégicas da EMATER, onde a agroindustrialização compõem a lista dessas áreas (EMATER, 2011). Importante ressaltar que essas ações, em alguns casos ocorrem em função da execução de políticas públicas específicas para área temática, como é o caso do PFA,

que foi criado pontualmente para área da agroindústria. Outras políticas públicas que a agroindústrias analisadas acessam é o PAA, PNAE E PRONAF.

O PAA – programa de aquisição de alimentos e uma política pública voltada para o público da agricultura familiar, foi implementado pelo artigo 19 da Lei 10.696 93 do ano de 2003, regulamentado pelo Decreto 6.447 no ano de 2008, e modificado pelo Decreto 6.959 em 2009, este programa é resultado das ações do Programa Fome Zero, na linha temática de fortalecimento da agricultura familiar. Tendo como objetivo “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em insegurança fomentar à Formação de estoques estratégicos” (Lei n.º 10.696). Desse modo, o PAA é orientado a partir princípios da segurança alimentar, pois, oportuniza o acesso a uma alimentos em quantidade e qualidade a população com riscos de insegurança alimentar, ao mesmo tempo promove uma a inclusão social viabilizando uma renda a partir da compra dos produtos da agricultura familiar. Este programa atua como ação que veio para complementar o PRONAF como um mecanismo que irá apoiar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, onde o governo obtém esses produtos e doa para populações em situação de risco alimentar.

- **Os atores e a assistência Técnica** – As agroindústrias recebem assistência técnica por meio da COAFASO, que por sua vez possui um convênio com uma empresa específica de serviços de ATER que a BIOLABORE. Outro ator que apareceu na fala de uma das entrevistadas que tem prestado assistência técnica é o CAPA, que atua mais na linha da produção agroecológica. A Emater também entra nesse conjunto de atores mobilizados na execução da extensão rural.

Figura 10: Redes de interação com assistência técnica



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

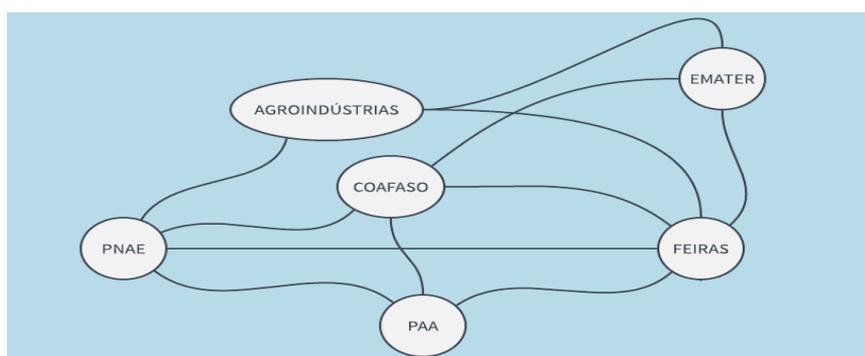
- **Os atores e a unidade de produção** – Além das relações no âmbito familiar que ocorre no interior das unidades de beneficiamentos das matérias primas, se estabelecem outras relações que pode envolver relações com as redes verticais de

desenvolvimento rural, na compra de matérias primas como farinha, óleo, fermentos, e inovações tecnológicas estruturais nas agroindústrias.

- **Os atores e os processos de qualificação** - a relação das agroindústrias com os atores envolvidos nos processos de capacitação na escala local ocorre a partir da demanda dos próprios agricultores junto as demais instituições que se relacionam, neste estudo identificamos dois atores envolvidos neste processo a Emater que presta qualificação através de cursos específicos com a temática de fabricação dos panificados, porém esses cursos nos últimos anos segundo relatos dos agricultores tem diminuído, e outro ator que tem atuado nesta linha e COAFASO cooperativa que presta apoio para agroindústrias.

- **Os atores e as estratégias e comercialização**- Neste aspecto envolve as relações que as agroindústrias estabelecem no acesso aos mercados por meio da comercialização em feiras (locais e estaduais), de acordo com as entrevistadas elas comercializam seus produtos na Feira dos Sabores que é organizada no âmbito da EMATER e do programa PFA. Entretanto, a feira não ocorre semanalmente ou mensalmente em função da limitação de um local específico para este fim. Outra forma de comercialização ocorre através do acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE), porém esta última ação é executada pela COAFASO que articula organizados beneficiários no município.

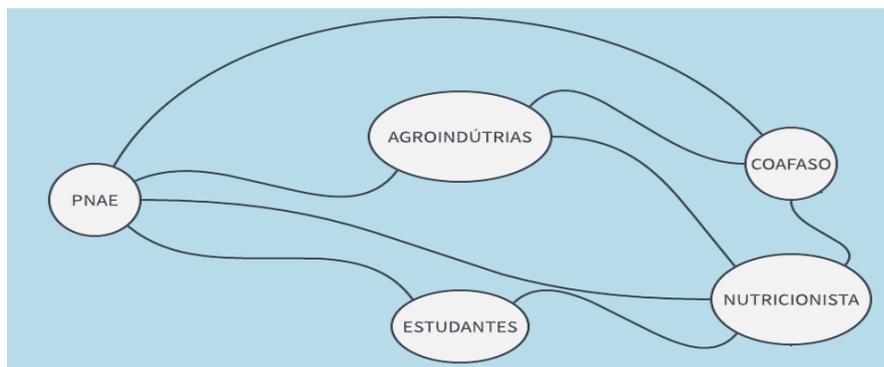
Figura 11: Redes de interação na comercialização dos produtos da agroindústria familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

- **Os atores a nutricionista e os estudantes**- Essa relação das agroindústrias com esse grupo de atores ocorre em momentos diretamente e outros momentos indiretamente, pois é cooperativa COAFASO que realiza a entrega dos produtos para as escolas que possui uma relação mais intensa com esses atores, principalmente com a nutricionista.

Figura 12: Redes de interação na distribuição e consumo dos produtos da agroindústria familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

- Os atores e a prefeitura municipal – A relação das agroindústrias com a prefeitura ocorrem na maioria das vezes de forma articulada com as de outros atores (demais órgãos públicos ou não), porém pode vir ocorrer de maneira individual. Na qual podemos mencionar algumas ações pontuais em relação as agroindústrias como o processo de institucionalização de serviços sanitários no município em relação aos produtos de origem animal (SIM) e vegetal (vigilância sanitária), além do serviço de licenciamento ambiental. De acordo com as entrevistas realizadas com maior profundidade nas agroindústrias que visitamos a campo, identificamos que a prefeitura se constitui em um ator chave na formalização das agroindústrias, porém esse processo envolve múltiplos atores conectados nessa rede. Outro aspecto de relação observado com a prefeitura é articulação de espaços para comercialização dos produtos em feiras.

Neste tópico procuramos descrever como se estabelecem as relações sociais entre os múltiplos atores que estão envolvidos no Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu. É visto que as famílias que atuam nas agroindústrias estudadas estão inseridas em um conjunto de relações sociais que são locais ou não, a constituição e dinâmica dessas relações que nos auxilia a entender a capacidade de agenciamento dos produtores na arena do PFA e outras especificidades da agroindústria enquanto uma estratégia de desenvolvimento rural.

Como destacamos o Programa Fábrica do Agricultor atua no desenvolvimento e apoio a agroindustrialização familiar. Em relação sua atuação na região Oeste do Paraná e em Foz do Iguaçu, destaca-se a assistência técnica, assessoria de projetos de agroindústrias, prestação de conhecimentos sobre normas técnicas de higiene e

sanidade na produção, promoção de cursos de capacitação e diversificação de produtos agroindustriais.

5.4 Visões de mundo entrelaçadas: ações dos atores, suas interfaces sociais, agências e traduções

As situações de interface social na arena do Programa Fábrica do Agricultor em Foz do Iguaçu, mais precisamente nas agroindústrias analisadas traduz a conexão/interação que se estabelecem entre os atores que estão envolvidos diretamente em um processo de desenvolvimento rural. Assim, por meio da interface social será possível verificarmos como as agroindústrias que se relacionam com instituições e os projetos e normas que fazem parte da agência que representam e como os agricultores reagem e criam maneiras estratégicas de negociação e de manobra, para legitimação de seus interesses.

Como já destacamos na nossa pesquisa um projeto de desenvolvimento pode ser analisado como uma arena a qual se configura como um ambiente social onde ocorrem as situações de conflito e confrontações entre os atores o que não expressa somente interesses e objetivos divergentes, como também o resultado das estratégias pessoais e visões de mundo de cada ator. As divergências entre agricultores e técnicos ocorrem devido a diferentes visões de mundo dos atores na arena.

Analisar o conflito, como argumenta Alves (2008) permite colocar em evidencia como os atores sociais respondem aos processos de intervenção quando se encontram diferentes interesses e valores. Ademais, analisar as interfaces oportuniza percebermos como são formadas as visões de mundo dos atores e como elas são traduzidas no percurso do processo. É na interface que os atores estão expostos e manifestam suas escolhas, posições políticas e ideológicas.

Cabe destacar, conforme já ressaltado que na maioria das vezes os extensionistas (técnicos da EMATER, cooperativas etc.) possuem seus próprios interesses, assim como os interesses de suas instituições de que atuam nos processos de desenvolvimento rural e também aos interesses dos agricultores com os quais interagem e compartilham sua experiência e conhecimento, desse modo ocorre em alguns casos situações de conflito entre esses atores devido a diferenças de seus respectivos interesses.

De acordo Long (2007) nos projetos de desenvolvimento ocorrem intervenções que envolvem o surgimento de múltiplas interfaces com variados atores e instituições.

A partir dos relatos dos agricultores percebemos e destacamos algumas situações de interface que ocorrem na inter-relação entre os atores que identificamos anteriormente.

Atores envolvidos no processo de formalização das agroindústrias – aqui identificamos uma situação de interface social que ocorre nos processos de legalização e formalização das agroindústrias em escala local. A primeira interface que identificamos foi junto a EMATER.

A estrutura da EMATER em Foz do Iguaçu é constituída de escritório municipal com apenas um técnico responsável por todo o município, ele possui formação profissional em engenharia agrônoma, as ações desenvolvidas neste escritório concentram-se no suporte, elaboração e implementação de projetos com diferentes eixos temáticos de desenvolvimento rural sustentável, mediação no acesso a programas de fomento da agricultura familiar, como também organização e mobilização de grupos de produtores para demandas específicas.

Como já descrito anteriormente para o acesso no PFA, geralmente ocorre pela procura dos próprios agricultores interessados, como também através de ações de divulgações de extensionistas rurais. Considerando esse processo, de acordo com técnico responsável no município a EMATER realiza um levantamento no sentido de mapear quais são os agricultores que possuem interesse em iniciar atividades de agroindustrialização rural, bem como de agroindústrias atuando em caráter informal no município, desse modo o técnico responsável procura fazer com que a agroindústria realize um cadastro junto ao PFA com o intuito de apoiar no processo de legalização da atividade.

De acordo com técnico, a EMATER realiza visitas nas propriedades rurais no sentido de identificar quais as motivações e condições dos agricultores para implementação de uma agroindústria familiar. Porém, no município é mais comum a existência de agroindústrias já em atividades, mas que operam informalmente, geralmente sem nenhum tipo de licença seja ela tributária, sanitária ou ambiental.

A relação de interface que identificamos entre a EMATER e agricultores neste processo ocorre porque o técnico responsável não é especializado na temática das agroindústrias. Ele segue orientações fornecidas pela unidade regional ATR (Assistência Técnica Regional) que possui o técnico especializado em agroindústrias. Neste ponto identificamos na interface a existência de apenas um técnico responsável pela ATER para todo o município de Foz do Iguaçu é um ponto de desgaste da relação dos agricultores com a EMATER. Além da abrangência territorial esse técnico precisa

trabalhar com muitas áreas temáticas e, no caso das agroindústrias, as decisões e orientações são dadas pelo escritório regional denominado Assistência Técnica Regional (ATR) localizado no município de Cascavel.

Nesta perspectiva, ocorre que o profissional atua como um mediador, articulador nos processos que envolvem as demandas e necessidades das agroindústrias e dos profissionais especializados nesta temática.

Assim, alguns problemas que ocorrem agroindústrias não são solucionados localmente, visto que envolvem ações à distância (como ocorre no PFA em Foz do Iguaçu) ou a necessidade de tempo e recursos no sentido de esquematizar a vinda de demais profissionais. Como efeito deste cenário de interface, temos a dificuldade de implementações iniciais e formalização das agroindústrias, mantendo o quadro de agroindústrias atuando informalmente.

Outra situação de interface, que envolve o processo de formalização das agroindústrias ocorre em relação aos órgãos de fiscalização sanitária e ambiental. Na nossa pesquisa identificamos algumas situações de conflitos. Por exemplo na agroindústria Sabor da Roça a proprietária buscou seu registro sanitário através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), porém esse registro é realizado geralmente através do Município, percebemos na fala da proprietária uma situação de conflito que envolve dois órgãos de fiscalização, que pode ocorrer uma confusão na compreensão da legislação sobre a competência nos diferentes níveis de abrangência territorial (nacional, estadual e local) desses órgãos e que os agricultores ficam no meio dessas circunstâncias, como podemos observar na fala da proprietária da Agroindústria Sabor da Roça:

Eu protocolei lá tudo, mas eu protocolei na ANVISA tudo que eles me pediram, na prefeitura a última conversa que eu tive com o técnico lá, daí ele não aceitou, ele ficou bravo deu uma confusão danada, depois teve aquele relatório, depois ele disse assim pra mim, olha senhora fica na sua cabeça, você que sabe, se você quiser ficar lá você fica, se você quiser ficar aqui você fica é decisão tua, porque em relação a documentação a ANVISA exige um pouco mais, ele brigou, brigou falou que eu não deveria ter deixado técnico da ANVISA entrar, ai com o tempo ele foi aceitando quando eu falei que eu tinha levado os documentos. (Entrevista agroindústria Sabores da Roça, Pesquisa de campo, Linhas 23-26)

De acordo com técnico da EMATER essa situação ocorre porque os produtos de origem vegetal são de responsabilidade da ANVISA, mas o município insiste em atuar também neste aspecto municipal. Outra situação de interface que ocorre no processo de fiscalização e formalização sanitária é que esses órgãos criam

legislações que não consideram o contexto específico da agricultura familiar. Avaliando as agroindústrias familiares da mesma maneira que uma agroindústria de grande porte.

A agroindústria Delicias da vovó Mailde relatou a dificuldade e a demorada da obtenção do alvará de formalização, consideraram o processo muito burocrático.

Atores envolvidos nos processos de formação e capacitação das agroindústrias

- De acordo com os relatos dos proprietários das agroindústrias estudadas, identificamos algumas situações de conflitos existentes na relações desses atores. O primeiro refere-se a oferta de cursos específicos de panificados por parte da própria EMATER – PFA. Até então, o SENAR desenvolvia cursos, porém de acordo com uma das agroindústrias o SENAR deixou de ofertar novos cursos. De acordo com técnico da Emater do Município até no de 2016 tinha uma profissional dentro do quadro técnico da instituição que até então trabalhava especificamente para este processo de capacitação, no entanto ela se aposentou e esta questão ficou a desejar, hoje aparecendo como uma forte demanda das agroindústrias, pois estão sendo cada vez mais cobradas nos processos técnicos que envolvem o processamento de matérias primas.

Outro ator que atua nesta linha é a Biolabore, que atualmente conta em seu quadro técnico como uma profissional com formação em engenharia de alimentos a qual tem ofertado algumas capacitações neste segmento as agroindústrias.

De modo geral dentro dessa rede temos três atores que estão envolvidos nos processos de qualificação e capacitação dos agricultores. O primeiro a própria EMATER já que executa o PFA e uma das linhas do programa e dar apoio no processo de aperfeiçoamento profissional nas atividades da agroindústria. O SENAR que já faz um tempo que não está desenvolvendo ações dentro desse processo, é a Biolabore.

Atores envolvidos nos processos na comercialização dos produtos – Os atores

envolvidos nos processos de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares são: o próprio PFA, a COAFASO, o mercado institucional, a prefeitura e os consumidores. Uma das linhas de apoio do PFA para acesso aos mercados é a execução de feiras que estão pautadas na aproximação de agricultor e consumidor.

A promoção da feira dos sabores é um espaço de comercialização dos produtos das agroindústrias, essa feira ocorre tanto em âmbito regional como ocorreu no caso desta pesquisa, quanto estadual. Quem escolhe os municípios e as

agroindústrias que irão expor seus produtos nessas feiras é o próprio ator-mundo PFA que estabelece uma série de critérios para escolha das agroindústrias, um dos principais é que elas estejam legalizadas, desse modo observamos aqui o poder de decisão deste ator-mundo tanto em escala municipal quanto estadual. Outro ator neste aspecto é a COAFASO que comercializa os produtos da agroindústria para os mercados institucionais PAA e PNAE, atualmente o acesso a estes canais está sendo limitado, provocando uma situação de angústia nos agricultores, já que contavam como uma renda fixa a venda para estes canais. De acordo com agroindústria Sabores da Roça a limitação a este canal está sendo um ponto chave para tomar a decisão até de parar com as atividades de processamento na propriedade.

A prefeitura também se configura em um ator importante no processo de comercialização, uma vez que disponibiliza espaços específicos para a comercialização de produtos da agricultura familiar no município. Atualmente a prefeitura tem disponibilizado um espaço e horário para realização de uma feira que acontece semanalmente no município, no entanto, o que ocorre que nesta feira é que ela reúne tanto comerciantes que não são agricultores ou que comercializam produtos que não são da agricultura familiar ou agroecológicos e alguns agricultores familiares do município, o que tem gerado uma situação conflituosa, pois de acordo com as entrevistadas tem pessoas nesta feira que compram produtos do CEASA e leva para comercializar como se fossem os produtores, isso contribui para diminuir a venda dos produtos da agricultura familiar, de acordo com ela a uma pressão dos produtores familiares para que a prefeitura passe a fiscalizar a origem dos produtos que estão sendo comercializados nesta feira.

5.5 Capacidade de agência das agroindústrias investigadas

Como já descrito anteriormente, em síntese, a capacidade de agenciamento dos atores refere-se ao fato deles conseguirem processar e sistematizar suas experiências sociais (LONG, 2007). Neste presente estudo, como ponto de partida para entendermos o agenciamento dos atores são as estratégias que as agroindústrias enfrentam para a constituição de sua reprodução social, econômica e até mesmo cultural.

Em um primeiro momento na nossa pesquisa a campo identificamos nas agroindústrias visitadas que os proprietários se reconhecem como atores chaves em seus processos de tomadas de decisão que orientam seus projetos de vida.

Como analisamos nas situações de interface já descritas, entre os agricultores e as instituições com quem eles estabelecem suas relações, verificamos que os proprietários das agroindústrias que analisamos se revelam como agentes, que na perspectiva de Long (2007) atores com capacidade de agência humana, ou melhor, atores sociais que detém de habilidades em conhecer e captar seus problemas com objetivo de buscar supera-los.

Na arena local (PFA), por meio das interfaces as quais descrevemos identificamos dois tipos de poder que estão incrustados nas relações o primeiro dos agricultores/agroindústrias e o segundo dos técnicos. Mesmo que esses atores possuem maneiras de poder desiguais e desequilibradas em função do próprio conhecimento e visões de mundo de cada um, eles possuem a capacidade de não aderir o que realmente os técnicos estão propondo, ou seja de fazer diferencialmente, de acordo com suas próprias maneiras, manifestando ações de manobra, ao resistir ou a se recusar a aderir ou implementar e participar de alguma ação proposta pelos técnicos. Long (2007) analisa esta situação de resistência e manobra como uma forma de agir invisível por parte dos atores mais desprovidos, ele analisa que há distintas maneiras com que esses atores criam seus próprios espaços e defende suas visões de mundo mesmo sobre os planos e discursos dos atores dominantes.

Essa situação pode ser verificada no caso da agroindústria sabor da Roça, segunda a entrevistada ela não pretende continuar mais com as atividades da agroindústria pensando ao longo prazo pelo fato da limitação dos recursos públicos, e acesso a políticas públicas. Ela procura buscar uma autonomia e não ficar limitada aos recursos públicos escassos.

Pra falar bem a verdade eu tô querendo para. Dizem que esses programas de governo agora tá uma dificuldade para liberar PAA, PNAE, teve um corte de 80%, eu tenho até medo né, não dá para ficar só com isso. (Entrevista agroindústria Sabores da Roça, Pesquisa de campo, Linhas 10-13)

Outra situação de agência que identificamos é em relação ao acesso aos mercados, segunda a entrevistada o centro de comercialização ligado a Aproffoz atualmente está fechado, neste local era realizado semanalmente uma feira pelos agricultores, além do mais, funcionava como um espaço fixo de comercialização dos produtos da agricultura familiar do município e das agroindústrias analisadas.

Como alternativa de superar essa limitação, ela relata que alguns agricultores estão envolvidos junto a comercialização de cestas em um espaço disponibilizado por um grupo de consumidores, assim como membro da associação ela enxerga essa

situação como oportunidade de obter um local onde possa novamente ser realizado uma feira dos agricultores neste espaço, com o objetivo de levar este assunto para discussão em pauta de reunião da APROFOZ, como ela expressa em seu relato:

E daí ...Eu dei a ideia agora...pra eles, porque que eles não iriam fazer essa feira lá, desde que a gente voltasse a convidar os sócios, divulgasse, então quem sabe, eu acho que a gente indo em grupo é mais fácil, quem sabe a gente voltar entrar nessa feira deles, pra voltar comercializar de novo. (Entrevista agroindústria Sabores da Roça, Pesquisa de campo, Linhas 62-66

Olhando para as relações que são construídas, a capacidade de agenciamento dos atores e suas interfaces, significa dizer que no ordenamento dessa rede houve uma série de articulações, troca de conhecimento e informações, desse modo, destacando a formação de conexão ou nós que se utiliza na terminologia específica da ANT.

Considerando essa perspectiva, Moraes (2005) ao abordar essa ideia de conexões chama atenção para o fato de que é insuficiente apontar as conexões e as alianças propriamente ditas, pois não está em questão a aplicação de um quadro referencial onde se insere os fatos e as conexões, de acordo com este autor o que realmente importa é acompanhar a produção de diferenças os efeitos e os rastros que são deixados pelos atores.

Admitindo como referência essa observação, no contexto desta pesquisa percebemos que as conexões que as agroindústrias estabelecem com os demais atores se fortalecem na medida em que elas estabelecem suas alianças, seja no âmbito familiar ou coletivo como é o caso da APROFOZ, ou grupo de mulheres dentre outras organizações sociais. Desse modo, o que está em destaque são os efeitos obtidos através das conexões que são realizadas na rede, as quais se formam em uma determinada temporalidade e espacialidade e como essas conexões contribuíram nas mais variadas formas de reprodução social e econômica dessas agroindústrias como analisamos, através dos processos mobilizatórios, seja pelo ator mundo PFA ou no conjunto das agroindústrias/agricultores, nas suas alianças, nos seus agenciamentos e nas formas de mediação, que contemplam uma diversidade atores/actantes envolvidos com a agroindustrialização enquanto um processo de desenvolvimento rural.

O conjunto de atores que identificamos são formados por uma rede sociotécnica que é mediada pelo Ator mundo PFA. No âmbito da temática da agroindustrialização familiar, observamos que o processo do saber fazer das famílias

é traduzido pelo Programa a partir do conceito de “fábrica”. No entanto, como demonstramos na nossa análise através das relações, agências e interfaces a tradução realizada pelo programa não compreende uma realidade efetiva das agroindústrias familiares analisadas, pois elas se inserem em um universo de agricultura familiar que é complexo e multifacetado, assim ao utilizarmos ANT em conjunto com a perspectiva orientada ao ator do Long (2007) conseguimos analisar as nuances que são estabelecidas nesse contexto.

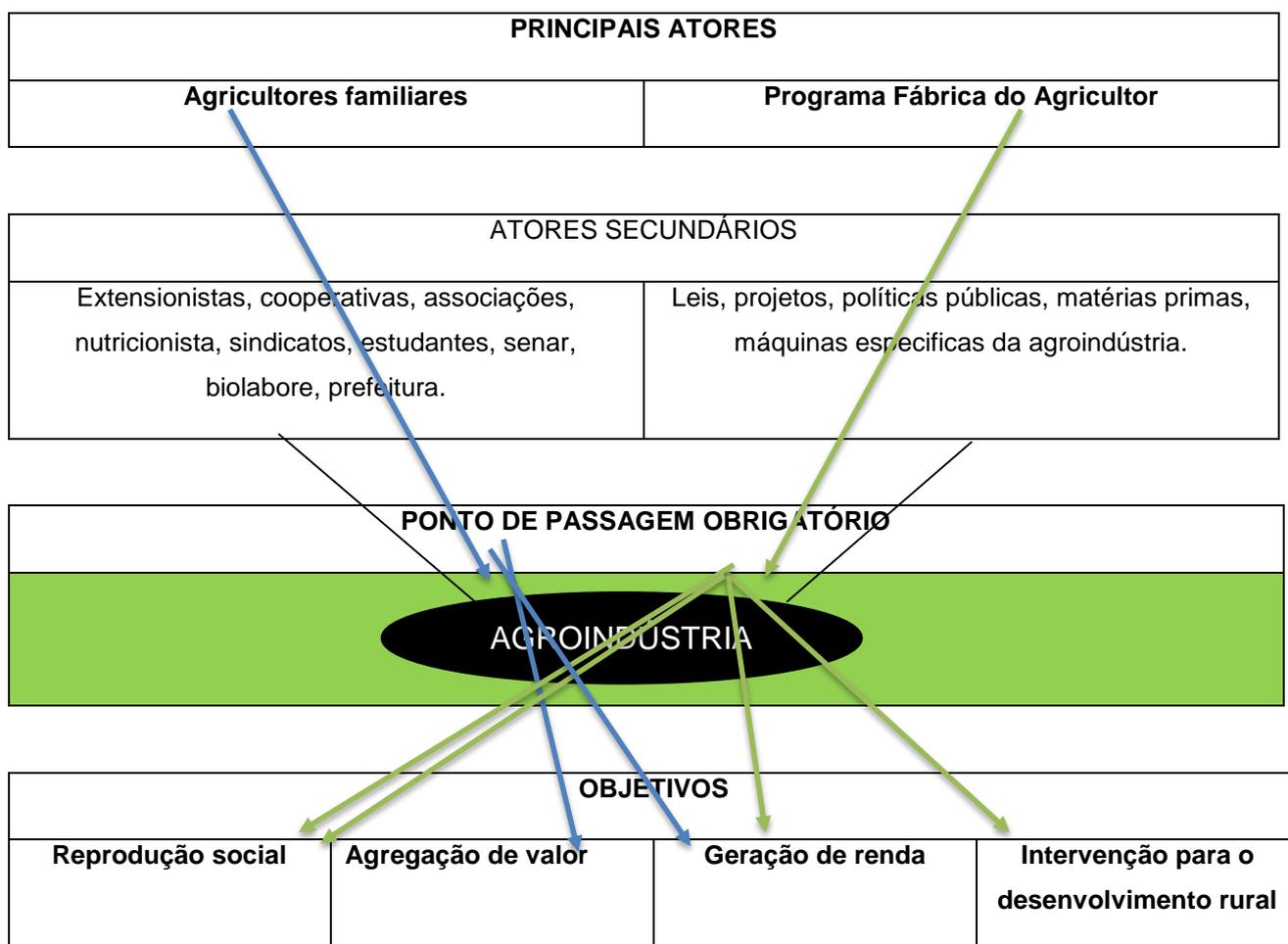
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu seguir e identificar a trajetória dos atores envolvidos em atividades de agroindustrialização familiar operacionalizada por uma política pública. Deste modo conseguimos através desta pesquisa analisar as relações que se estabelecem entre os atores na malha do Programa Fábrica do Agricultor-PR em Foz do Iguaçu, entendido como um projeto de intervenção para o desenvolvimento rural.

Ao identificarmos esses atores e analisar suas relações sociais, vimos como as famílias envolvidas com agroindústria familiar estão se organizando em redes que possibilita uma interação com variados atores que de alguma forma contribui com os objetivos dessas famílias, seja através dos processos de produção, comercialização e até o consumo de seus produtos.

Deste modo nas agroindústrias que investigamos, elas desenvolvem e agregam valor em seus produtos a partir da interação de outros atores que residem no próprio município da pesquisa, bem como região e país. Desse variado conjunto de atores que estabelecem alguma forma de relação com as agroindústrias, identificamos um conjunto de atores (humanos e não humanos) que formam uma rede sociotécnica são agentes da sociedade civil, técnicos da secretaria da agricultura/prefeitura, técnicos de extensão rural, agentes de organização governamentais/associações, cooperativas, educadores, nutricionista, estudantes, vizinhos da comunidade, políticas públicas, etc.

Assim a rede é explorada por múltiplos atores com diversos interesses e antagonismos, relacionada a conexões com laços curtos e longos onde circulam troca de conhecimentos, reciprocidades, técnicas, políticas públicas, identidades individuais e coletivas etc. o que na linguagem da ANT significa dizer que a consolidação da agroindústria familiar se torna um ponto de passagem obrigatório necessário para todos os atores na rede (Figura 13).

Figura 13: Agroindústria como ponto de passagem obrigatório na rede sociotécnica

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018. Adaptado de Callon (1986).

Desse modo a realidade que encontramos a campo como constatamos em nossa pesquisa revelou-se muito mais complexa e dinâmica, sobretudo porque conseguimos adentrarmos em um espaço que é formado por múltiplos atores, e além disso, o método documentário de Karl Mannheim (1952) nos permitiu uma maneira de acessarmos a visão de mundo desses atores.

Assim o aporte teórico da ANT e da perspectiva orientada ao ator, a partir do seu modelo de seguir os atores em ação, possibilitou mais do que identificar as redes e as conexões que são construídas nos permitiu mostrar o processo de como se desdobram as diferenças e como os atores respondem a esses processos, o que nos oportunizou identificar e analisar os interesses e as diferentes estratégias que integram a reprodução social das agroindústrias pesquisadas, assim como as dinâmicas da rede sociotécnica neste contexto.

As agroindústrias pesquisadas, do mesmo modo que o conjunto de atores que foram mobilizados e mediados pelo ator mundo PFA, possuem suas próprias redes, interesses e estratégias, ressaltando que para ANT as redes referem-se a diversos

fluxos, circulações, alianças e movimentos que ocorrem entre os atores. Considerando essa perspectiva, a pesquisa mostrou, nesse contexto, a complexidade das relações que são desenhadas na malha do Programa Fábrica do Agricultor no Município de Foz do Iguaçu. O desenho da rede sociotécnica demonstrou que o PFA assume um processo mobilizatório de diversos atores que atua em diferentes frentes.

A perspectiva orientada ao ator ainda nos permitiu analisar os conflitos que são manifestados pela interface social que ocorre na arena do PFA, o qual identificamos as relações de poder e de decisões dentro de propostas de desenvolvimento rural como é o caso do PFA, dessa maneira abrindo espaço para compreendermos melhor a complexidade que envolvem essas propostas de intervenção.

Essas perspectivas teóricas analíticas nos permitiram enxergarmos que os processos de intervenção para o desenvolvimento rural, podem ser construídos por meio de uma melhor conexão e negociação entre os atores, pois se torna imprescindível a consideração de suas visões de mundo, de seus objetivos e estratégias, assim como, da troca de conhecimento tanto dos agricultores quanto dos técnicos integrados nessa rede. Este arcabouço teórico-conceitual possibilita aos atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural refletir e analisar sobre suas circunstâncias e estratégias de ações a serem executadas nesses processos.

Finalmente, as informações obtidas nesta pesquisa oportunizaram aprofundarmos o conhecimento das relações sociais e as diferentes conexões que formam redes de desenvolvimento rural em torno de uma política pública. Identificar e analisar essas relações, quem são os atores e qual o papel que cada um desempenha na rede são questões pertinentes para entendermos os processos de desenvolvimento rural.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Populações Rurais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

ALVES, A, F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. 256 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

BUTTEL, F. (1994) **Agricultural change, rural society and the state in the late twentieth century. Some theoretical observations**. In Symes, David e Jansen, Anton (eds), *Agricultural restructuring and rural change in Europe*. Wageningen: Wageningen Agricultural University Press. Págs. 13-31.

ELLIS, F; BIGGS, S. (2001) *Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s*. **Development Policy Review** 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <[#](http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4)>. Acesso em: 2 Janeiro de 2017.

CALLON, M. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. Disponível em: <[http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20\(1986\)%20Some%20elements%20of](http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20(1986)%20Some%20elements%20of)>

CALLON, M. **Rede de concepção e adoção tecnológica: lições para o praticante da ACT**. 1995. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/>> Acesso em: 03 de Maio. 2017.

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (2006). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10/04/2017.

COTRIM, D. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. Tese de Doutorado. PGDR-UFRGS. Porto Alegre. 2013.

CHAYANOV, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista**. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (Ogrs). *A questão Agrária –Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense 1981.

DEL GROSSI, M.E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Fábrica do Agricultor del Estado do Paraná, sur del Brasil**. In: ORNAS, *Ocupações Rurais Não-agrícolas: Oficina de atualização temática*, 2000, Londrina, PR. *Anais...* Londrina, PR: IAPAR, 2000.

ESCOBAR, A. **La Invención del Tercer Mundo – Construcción y Desconstrucción del Desarrollo** (Santa Fé de Bogotá, Norma ed.) 1996 .

FAVARETO, A, S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp; Iglu, 2007.

Gazolla, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais cadeias curtas das agroindústrias familiares.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 294p. 2012.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G. **As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado.** Ensaio FEE, v. 32, n. 2, 2011

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** São Paulo: Editora Unicamp, 1999.
 GUIVANT, Julia S. (2002b) **Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: v.19, p.72 - 88, 2002.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** *Estudos avançados*, v. 15, p. 37-50, 2001.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
 LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (v. II).

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LONG, N. (2007). Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. México, **Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social:** El Colegio de San Luis.

LONG, N. An Actor-oriented Approach to Development Intervention. In: **Rural Life Improvement in Asia: Report of the APO Seminar on Rural Life Improvement for Community Development.** 2002.

LONG, N.; PLOEG, J. D. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure.** In. BOOTH, D. (org) Rethinking social development: theory, research and practice. Essex: Longman Scientific and Technical. 1994. p. 62-89.

LAW, J. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade.** Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006

MANNHEIM, K. **On the interpretation of Weltanschauung.** In *ibid.* **Essays on the sociology of Knowledge.** London: Routledge & Kegan Paul: 33-83.1952.

MAZUCATO, T. **Aspectos históricos e metodológicos: Alguns elementos teóricos da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.** Revista Florestan. 2. N. 3. Junho de 2015.

MIOR, L.C. **Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

PLOEG, J. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PMFI - Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Secretaria Municipal de Administração / Departamento de Informações Institucionais. **Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2010**. Disponibilizado em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal>. Acesso em 20 de maio. 2017.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, p.133-154, 2002

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Fábrica do Agricultor**, Curitiba, 2011.

WANDERLEI, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WELLER, W. **A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos**. Porto Alegre. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222005000100011&script=sci_arttext> Acesso em: 01 de Nov.2013.

WELLER, *et al.* **Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo**. Brasília. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922002000200008&script=sci_arttext> Acesso em: 02 de Maio.2017.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES TÉCNICOS DO PFA

Este roteiro de entrevista é parte integrante de um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG-DRS, nível mestrado. As informações obtidas serão utilizadas para análise e reflexão sobre as contribuições e dinâmicas dos atores do Programa Fábrica do Agricultor na região Oeste do Paraná. O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*. As informações aqui repassadas ficarão em sigilo e anônimas, sendo seu conteúdo apenas destinado ao projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE.

Pesquisador responsável: Rafael Lucas Alves Ferreira

Nome:

Organização:

- 1) Comente a sua trajetória profissional no sentido de apresentar como você veio a se inserir nesse campo de trabalho que é o de participação no desenho e gestão e execução de políticas para a agricultura familiar, em especial as voltadas para a agroindustrialização da produção.
- 2) Como a necessidade de uma política pública para a agroindústria familiar entrou na pauta de discussões aqui em Foz do Iguaçu? Quais grupos políticos e entidades estavam envolvidos? Quais as contribuições mais relevantes de cada participante?
- 3) Na sua visão porque os produtores procuram acessar o PFA?
- 4) De que forma acontece a assessoria nas agroindústrias cadastradas no programa PFA?
- 5) De acordo com sua visão quais são as principais dificuldades dos produtores rurais nos processos de agroindustrialização e o acesso aos mercados?
- 6) Como a emater procura solucionar/resolver essas dificuldades?
- 7) Na sua visão, os agricultores que estão sendo assistidos pelo PFA aqui em Foz, estão tendo resultados satisfatórios com os objetivos do programa?

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES

Este roteiro de entrevista é parte integrante de um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG-DRS, nível mestrado. As informações obtidas serão utilizadas para análise e reflexão sobre as contribuições e dinâmicas dos atores do Programa Fábrica do Agricultor na região Oeste do Paraná. O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*. As informações aqui repassadas ficarão em sigilo e anônimas, sendo seu conteúdo apenas destinado ao projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE.

Pesquisador responsável: Rafael Lucas Alves Ferreira

- 1) Fale um pouco sobre o que a família produzia/ no que trabalha antes de possuir a AF? Comente o que os levou iniciar a atividade com a agroindústria Familiar? A quanto tempo está nesta atividade?
- 2) Comente como ocorreu a implementação da agroindústria, as principais dificuldades enfrentadas, houve ajuda de alguma entidade?
- 3) Como ocorre o acesso aos canais de comercialização para os produtos da agroindústria? Quais estratégias para conquista de consumidores dos produtos?
- 4) Comente de que forma o programa fábrica do agricultor tem atuado no apoio a agroindústria?
- 5) Na sua opinião o que o programa PFA trouxe de novo/diferente? Comente quais mudanças mais significativas nas suas atividades a partir da inserção no programa?
- 6) Comente um pouco sobre sua interação/relação com outros produtores, organizações, associação cooperativas, universidades, sindicato, órgãos? Na sua opinião qual o papel/importância desses atores?
- 7) Como ocorre a troca de conhecimentos e informações entre os envolvidos com o PFA? Na sua opinião como você avalia a interação das pessoas envolvidas nesse processo?
- 8) Na sua opinião, a renda obtida através da agroindústria contribui para os aspectos de qualidade de vida da família?

- (3) custo de embalagem
- (4) falta de recursos
- (5) falta de tecnologia
- (6) desconhecimento das atividades de processamento
- (7) falta de matéria prima
- (8) acesso aos mercados
- (9) outras. Quais?

C) Qual o número de pessoas que participam das atividades na agroindústria?

Total de Mão de obra utilizada	Família		Contrato temporário		Contrato permanente	
	(1) M	(2) F	(1) M	(2) F	(1) M	2 (F)

D) Qual a linha de produtos processados na agroindústria?

- (1) carnes e embutidos (suínos, bovinos, aves etc.)
 - (2) cana de açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura e aguardente)
 - (3) lácteos (queijo, iogurtes, requeijão, doce de leite)
 - (4) frutas e hortaliças (doces, sucos/polpas, geleias e conservas)
 - (5) massas e panificação (macarrão, pães, bolachas e biscoitos)
 - (6) Outra? Qual?
- d) Qual a linha de produtos da agroindústria? Qual o volume produzido?

Produto	Quantid. Produzida	Unidade	Orgânico/groecológico	Preço Unitário

E) O conhecimento para iniciar a atividade de processamento dos produtos na agroindústria:

- (1) Oriundo da própria experiência (2) Membros da família (3) Assistência técnica (emater e outras instituições)

F) Pensando no longo prazo, quais seriam os condicionantes para continuar na atividade de agroindústria? (1) Sucessão (2) Qualificação (3) Políticas Públicas (4) Expansão da AF (5) Outros _____

G) Para o senhor a atividade de transformação ou elaboração de alimentos é:

- (1) Um complemento da atividade agrícola;
- (2) Um passo rumo à especialização produtiva visando a constituir-se como empresa agroindustrial

G) Quando vai tomar alguma decisão sobre as atividades agrícolas, o senhor leva em conta quais aspectos:

- (1) Apenas o interesse dos filhos, da família
- (2) Apenas a tradição familiar
- (3) Apenas experiência na atividade
- (4) Apenas o rendimento econômico
- (5) Todos esses aspectos

H) Qual a origem da matéria prima para o processamento na agroindústria:

- (1) totalmente própria (2) até 70% própria (3) até 50% própria (4) até 30% própria (5) terceirizada (6) não soube responder

I) Possui algum registro de vigilância sanitária:

(1) SIF (2) SIP (3) MAPA (4) ANVISA (5) SIM (6) não soube informar

j) Qual o volume mensal de produção?

(1) até 500 Kg ou litros (2) de 5.001 Kg ou litros até 10.000 Kg ou litros

(3) de 501 Kg ou litros até 2.000 Kg ou litros (4) maior que 10.000 Kg ou litros

(5) de 2.001 Kg ou litros até 5.000 Kg ou litros (6) não sabe informar

Informações redes de desenvolvimento rural da agroindústria**A) Qual a escala de comercialização dos produtos da agroindústria?**

(1) nível local (município) (2) nível regional (municípios próximos)

(3) nível estadual (4) em outros estados (5) não soube informar

B) Quais os canais de comercialização dos produtos na propriedade Feiras sacolão supermercados locais Mercado institucional – A partir de quando? _____ Açougues/padarias Outros. Quais?**C) Comercializa os produtos em grandes redes de supermercado? Em caso negativo, justifique:**

(1) sim (2) não

D) Qual o tipo de relação que a família possui com comunidade local:

Especificação	Participa
Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	(1) sim (2) não
Cooperativas (créditos, produção, etc.).	(1) sim (2) não
Sindicato dos trabalhadores	(1) sim (2) não
Associação de mulheres	(1) sim (2) não
Associação vinculada à igreja (pastoral)	(1) sim (2) não
Outras:	

E) Recebeu assistência técnica, extensão rural ou consultoria de alguma entidade?

(1) Emater/PR (2) empresa privada (3) universidade (4) não recebi (5) Sebrae/PR (6) empresa pública (7) ONG (8) não, pois nunca necessitei (9) Outro

F) Qual seu nível de satisfação quanto a assistência técnica recebida no âmbito da agroindústria familiar? muito satisfeito satisfeito indiferente pouco satisfeito insatisfeito**F) Em sua opinião porque o consumidor adquire os produtos da agroindústria familiar?**

(1) qualidade do produto

(2) preço mais acessível

(3) facilidade local

(4) valorização do produto rural

(5) interesse pela questão ambiental

(6) busca por produtos naturais (segurança alimentar)

(7) outros. Quais? _____

G) O seu produto possui:

Rótulo: (1) sim (2) não

Código de barras: (1) sim (2) não

Tabela nutricional (1) sim (2) não

Informações programa fábrica do agricultor**A) A agroindústria faz parte do programa agroindústria familiar fábrica do agricultor?**

(1) Sim		(2) Não
Há quanto tempo?	()	Porquê?

B) Porque você decidiu ingressar no programa agroindústria familiar fábrica do agricultor?

C) Como obteve conhecimento do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”

- (1) por uma visita de um extensionista
 (2) por meio de outro participante
 (3) através de alguma entidade (Prefeitura, Sindicato, Associação, Cooperativa, outro)
 (4) na realização de cursos (Emater/PR, Senar/PR, Sebrae/PR)
 (5) em alguma atividade do próprio programa
 (6) Outro _____

D) Qual seu nível de satisfação quanto à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa?

- (1) muito satisfeito (2) satisfeito (3) indiferente (4) pouco satisfeito (5) insatisfeito

E) Participou no âmbito do programa de cursos de qualificação e/ou profissionalização?

- (1) sim (Quais? _____) (2) não (3) não, pois não houve necessidade

F) Recebeu no âmbito do programa orientação especializada ou apoio para identificação de estratégias de comercialização dos produtos?

- (1) sim (Quantas vezes? _____) (2) não

39. Qual seu nível de satisfação quanto à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa?

- () muito satisfeito () satisfeito () indiferente () pouco satisfeito () insatisfeito

G) Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria para o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”?

41. Acessa outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar?

sim não

Em caso positivo, quais?

Em caso negativo, por quê?